UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENFERMAGEM

Emiliane Silva Santiago

**Tradição e modernidade:
Desanexação da Escola de Enfermagem
da Universidade de São Paulo.**

São Paulo

2011

Emiliane Silva Santiago

**Tradição e modernidade:
Desanexação da Escola de Enfermagem
da Universidade de São Paulo.**

Dissertação apresentada ao PPGEEn
- Programa de pós - Graduação em
Gerenciamento em Enfermagem, da
Escola de Enfermagem da
Universidade de São Paulo, EEUSP,
para obtenção do título de Mestre
em Ciências.

Área de Concentração:

Gerenciamento em Enfermagem

Orientadora:

Taka Oguisso

SÃO PAULO

2011

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Assinatura: _____

Data: ____/____/____

Catálogo na Publicação (CIP)
Biblioteca “Wanda de Aguiar Horta”
Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo

Santiago, Emiliane Silva
Tradição e Modernidade: desanexação da Escola de
Enfermagem da Universidade de São Paulo (EEUSP) / Emiliane
Silva Santiago – São Paulo, 2011.

218 p.

Dissertação (Mestrado) - Escola de Enfermagem da
Universidade de São Paulo.
Orientadora: Profª Drª Taka Oguisso

1. História da enfermagem 2. História da instituições
3. História da mulher 4. Escola de Enfermagem da
Universidade de São Paulo - História I. Título.

Folha de aprovação:

Emiliane Silva Santiago

Tradição e modernidade:

*Desanexação da Escola de Enfermagem
da Universidade de São Paulo.*

Dissertação apresentada ao PPGE
- Programa de pós - Graduação em
Gerenciamento *em Enfermagem, da
Escola de Enfermagem da
Universidade de São Paulo, EEUSP,*
*para obtenção do título de Mestre
em Ciências.*

Área de Concentração:

Gerenciamento em Enfermagem

Orientadora:

Taka Oguisso

Aprovado em ____/____/____.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

A minha família:

Edmundo, Ruth, Edmundo Jr., João Paulo
e a minha vovó/madrinha D. Nilza (*in memorian*)

Agradecimentos:

A Deus.

A minha família Edmundo, Ruth, Edmundo Jr. e João Paulo por todo apoio e compreensão.

A Taka Oguisso mestre, exemplo e orientadora.

Ao Paulo Fernando Souza-Campos por ensinar-me os primeiros passos, os segundos, os terceiros... e (ainda) acreditar em mim.

A Victoria Secaf pelos inúmeros conselhos.

A Silvana, Renata, Regiane, Lúcia, Deyse do Serviço de Pós-Graduação EEUSP, por toda a dedicação e auxílios incomensuráveis!

A Ângela, Ednaldo, Eliane, Bianca, Bruna, Gabriel, Magali, Magna, Marcelo, Patrícia, Poliana e Renata por todos os socorros...

A meus amigos por compreenderem tantas ausências...

Ao Osnir, Andréia, Edina e Milena por todo o suporte neste processo.

A Clotilde, Nadir, Juliana, Isabel, Alexandre e Aderaldo da Biblioteca Wanda de Aguiar Horta da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (EEUSP);

Ao Ricardo, Ronaldo e Serginho da gráfica da EEUSP.

A Grazielle, Ivani, Soraia e Gevanildo pelo apoio no princípio da pesquisa.

A Karen do Centro Histórico Cultural da Enfermagem Ibero-Americana – CHCEIA/EEUSP,

A Sylvia, Maria Helena e Osvaldo da Assistência Técnica Acadêmica da EEUSP,

A Marta, Solange e ao Thiago da Assistência Técnica Acadêmica FMUSP,

Ao André Motta, Gabriela Marinho e a Graça do Museu Histórico Professor Carlos da Silva Lacaz da Faculdade de Medicina da USP (FMUSP),

Ao Fernando Porto e Flávia iniciar minha apresentação a Piere Bourdier.

Ao Jean e toda a equipe do Departamento de Arquivo Documentação da Fundação Osvaldo Cruz.

Ao Carlos e toda a equipe da Biblioteca da Casa de Oswaldo Cruz da Fundação Osvaldo Cruz (FioCruz).

A Cristina, Fabiana, Fernanda e a Susan da Associação Brasileira de Enfermagem, Seção de São Paulo (ABEn - SP),

Aos colegas do Centro Acadêmico XXXI de outubro

A toda a equipe do Arquivo Público do Estado de São Paulo,

A toda a equipe da Biblioteca Centro de Informação e Referência (CIR) da Faculdade de Saúde Pública da USP (FSP-USP);

A toda a equipe Biblioteca Florestan Fernandes da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (FFLCH-USP);

A toda a equipe da Biblioteca da Faculdade de Direito da USP (FD-USP);

A toda a equipe ao Instituto de Estudos Brasileiros (IEB - USP),

E a toda a equipe da Reitoria da Universidade de São Paulo (USP).

Aos estudantes dos cursos técnicos que apoiaram minha dedicação à pesquisa.

A todos os membros do Grupo de Pesquisa História e Legislação em Enfermagem.

Aos profissionais de enfermagem, de todos os níveis, para quem efetivamente, é realizado esse trabalho, para a interiorização de seu valor.

A todos os funcionários da EEUSP.

EPÍGRAFE

“Embora a arte da enfermagem seja o ramo mais novo da clínica médica, ela é uma das mais velhas artes professadas pela mulher, devendo ter coexistido com a primeira mãe que lutou pela conservação e pelo desenvolvimento de seu filho. Foi este também desde os tempos remotos, o único privilégio que não foi tomado à mulher, mesmo nas épocas em que ela se viu privada de todos os outros meios de revelar (ou manifestar) a sua personalidade. Muitas mulheres, famosas na história e na lenda, foram enfermeiras, em tempos de paz ou de guerra”

(Edith Magalhães Frankael)

“A vida só pode ser compreendida olhando-se para trás; mas só pode ser vivida olhando-se para frente”

(Soren Kierkegaard)

Resumo:

Santiago, ES. Tradição e modernidade: Desanexação da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. [dissertação]. São Paulo: Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 2011.

O presente estudo teve o objetivo de analisar o processo histórico da desanexação da Escola de Enfermagem de São Paulo - EEUSP - da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – FMUSP. Para tanto, pretendeu-se apontar alguns antecedentes assim como descrever sumariamente a conjuntura da enfermagem no país e a fundação dessa Escola. Este estudo qualitativo descritivo tem como interesse a garantia da memória da profissão de enfermagem e da EEUSP, incentivando a concretização da identidade desta profissão, através da análise de diversas fontes encontradas sobre o processo de desanexação da EEUSP. Entre essas, o “Boletim do SESP”, imagens fotográficas, cartas de Miss Tennant e Sr. Sopper da Fundação Rockefeller, edições da Revista Médico-Social, documentos e relatórios da fundação Rockefeller sobre a criação da Escola de Enfermagem de São Paulo, as Atas do Conselho Técnico e Administrativo Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP) e da Congregação da mesma instituição, assim como também as Atas da Associação Brasileira de Enfermagem, Seção de São Paulo (ABEn - SP), Conselho Técnico Acadêmico da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (EEUSP) e no arquivo da Reitoria, as ATAS do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo (CO-USP). A análise dos diversos documentos encontrados possibilitou realizar um breve apanhado histórico da fundação da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo até sua desanexação. Para tanto, foi necessário ampliar o olhar e conhecer um pouco das instituições e personagens que estão diretamente ligadas a essa história, como a própria Universidade de São Paulo, Faculdade de Medicina, alguns de seus diretores e a própria Escola de Enfermagem da USP e suas primeiras diretoras. Com amplo apoio da elite intelectual, política e econômica paulista, a Universidade de São Paulo foi criada pelo Decreto nº 6233, de 25 de janeiro de 1934 e congregou as outras faculdades que já existiam. A Escola de Enfermagem deveria ser criada como universitária conectada a Faculdade de Medicina, ao Instituto de Higiene e ao Hospital das Clínicas, a intenção da construção de importante centro de excelência em saúde, sempre integrado: a Faculdade de Medicina, o Instituto de Higiene e a futura Escola de Enfermagem. O planejamento do mais importante complexo de saúde da América Latina firmava o claro princípio da integralidade. Com a recomendação do Presidente Juscelino Kubitschek de que as obstetrizas sejam formadas nas escolas de enfermagem num regime de uma fase de ensino comum e outra diversificada e em virtude da USP manter uma conceituada escola de enfermagem, com toda a estrutura necessária para a formação dos dois profissionais e as contribuições de Maria Rosa Sousa Pinheiro foi determinante para concretização do processo de desanexação.

Palavras – chave:

História da Enfermagem, História das Instituições, História das Mulheres, Autonomia.

Abstract

Santiago, ES. Tradition and Modernity: detaching the School of Nursing *from the University of São Paulo (EEUSP)* [Master *dissertation*]. São Paulo: School of Nursing, University of São Paulo, 2011.

This study aimed at analyzing the historical process of the School of Nursing's detachment from the University of São Paulo (USP), Medical School (FMUSP) to which it was annexed when created. To this end, a study was done in order to point out some background on nursing status at the time of the foundation of the Nursing School (EEUSP). This is a qualitative, historical and descriptive study. It intends to preserve the memory of the nursing profession and of the School, and to encourage the finding of the profession's identity profession, through the analysis of several sources found within the process of detaching the School of Nursing. Among the documentation found, the "Bulletin of the SESP (Public Health Special Service)", photographs, letters from Miss Tennant and Mr. Soper, (representatives of the Rockefeller Foundation), old editions of the Medical-Social journal, reports from the Rockefeller Foundation related to the establishment of the Nursing School of Sao Paulo, Minutes of the FMUSP Technical and Administrative Committee and of the Congregation (its highest body), as well as the minutes of the Brazilian Nursing Association, São Paulo Section (ABEn - SP), of the Nursing School itself found in the file of the Rector, and the minutes of the University Council, the highest body at the University of São Paulo (USP-CO). Analysis of several documents found facilitated the understanding related to the founding of this School of Nursing, University of São Paulo until its detachment from the Medical School. For this purpose, it was necessary to broaden perspectives and learn a little more about these institutions and their characters directly related to this history, some of their principals and first deans. The University of São Paulo was established by Decree no. 6233, on 25th January 1934, and gathered other colleges that already existed. The School of Nursing was planned to be created within this University, annexed to the Medical School, as Nursing did not have much autonomy at that time. The Medical School needed a hospital for practice of medical students. Therefore a hospital was also founded in the 40's and it became nowadays the largest health complex in Latin America, with thousands of beds and all medical and health specialties, a real excellence center. The principle of comprehensiveness. At the recommendation of President Juscelino Kubitschek that midwives are trained in nursing schools in a system of one phase of education policy and other diverse and because of the USP to maintain a reputable nursing school, with the entire infrastructure necessary for the formation of two professionals and the contributions of Maria Rosa Sousa Pinheiro was crucial to completing the process of detaching.

Descriptors: History of Nursing, history of institutions, USP History, History of Women

Lista Iconográfica:

Figura1: Imagem fotográfica de Visitadora Sanitária publicada no Boletim do SESP nº 33, 1953. 37

Figura 2: Imagem fotográfica do lançamento Pedra Fundamental da Construção do Hospital das Clínicas pelo Interventor Adhemar de Barros. 64

Figura 3: Imagem fotográfica do Interventor Adhemar de Barros em vistoria na Construção do Hospital das Clínicas. 65

Figura 4: Imagem fotográfica do Interventor Adhemar de Barros na inauguração do Hospital das Clínicas. 66

Figura 5: Imagem fotográfica publicada pela Revista Médico Social de 1942, da última visita de Fred Soper a São Paulo, acompanhada do Tomas Parran. Benedito Montenegro, diretor da Faculdade de Medicina, Taylor, novo diretor da Fundação Rockefeller no Brasil e Edith de Magalhães Fraenkel Diretora da Escola de Enfermagem de São Paulo. 89

Figura 6: Imagem fotográfica da Maquete da Escola de Enfermagem de São Paulo. 98

Figura 7: Imagem fotográfica da construção do prédio da Escola de Enfermagem de São Paulo. 98

Figura 8: Imagem fotográfica de Nelson Rockefeller e Edith de Magalhães Fraenkel em vistoria a construção do prédio da Escola de Enfermagem de São Paulo. 99

Figura 9: Imagem fotográfica em frente a Escola de Enfermagem de São Paulo, de Nelson Rockefeller e os funcionários da obra 99

Figura 10: Imagem fotográfica do Complexo de Saúde de São Paulo do relatório "Conclusão do acordo NT-SPA-14". 108

Figura 11: Imagem fotográfica de uma aula ministrada na Escola de Enfermagem de São Paulo. Fonte: Souza-Campos, E. História da Universidade de São Paulo. Oficinas Gráficas Saraiva S.A.. São Paulo, 1954. Publicação comemorativa ao 4º centenário da Cidade de São Paulo 108

Figura 12: Imagem fotográfica da Biblioteca da Escola de Enfermagem de São Paulo do relatório "Conclusão do acordo NT-SPA-14" 109

Figura 13: Imagem fotográfica da entrada e do balcão de informações da Escola de Enfermagem de São Paulo do relatório “Conclusão do acordo NT-SPA-14”. 109

Figura 14: Imagem fotográfica do refeitório da Escola de Enfermagem de São Paulo do relatório “Conclusão do acordo NT-SPA-14” 110

Figura 15: Imagem fotográfica de um quarto de uma interna da Escola de Enfermagem de São Paulo do relatório “Conclusão do acordo NT-SPA-1 110

Figura 16: Imagem fotográfica de um quarto de uma interna da Escola de Enfermagem de São Paulo relatório “Conclusão do acordo NT-SPA-14” 111

Figura 17: Imagem fotográfica de uma reunião discente com Maria Rosa Sousa Pinheiro e com Wanda de Aguiar Horta (na cabeceira esquerda da mesa) na Escola de Enfermagem de São Paulo 112

Figura 18: Imagem fotográfica de uma reunião do Conselho Consultivo da Escola de Enfermagem de São Paulo. 114

Figura 19: Imagem fotográfica dos modelos para novo uniforme das docentes, aprovado pela Reunião do Corpo Docente da Escola de Enfermagem de São Paulo, 1967. 115

Figura 20: Imagem fotográfica dos modelos para novo uniforme das discentes, aprovado pela Reunião do Corpo Docente da Escola de Enfermagem de São Paulo, 1970. 116

Figura 21: Imagem fotográfica dos modelos para novo avental do uniforme das discentes, aprovado pela Reunião do Corpo Docente da Escola de Enfermagem de São Paulo, 1970 117

Figura 22: Imagem fotográfica do primeiro número do Jornal “O Bisturi” do Centro Acadêmico Osvaldo Cruz (CAOC) da Faculdade de medicina da USP 119.

Figura 23: Imagem fotográfica de uma visita de Carmem Miranda a Escola de Enfermagem de São Paulo 149

Figura 24: Imagem fotográfica aérea do complexo de saúde de São Paulo. A esquerda na frente o Hospital Emílio Ribas, ao lado a Faculdade de Medicina e na extrema direita o Instituto de Higiene, atrás a esquerda o Hospital das Clínicas e na diagonal a Escola de enfermagem de São Paulo. Extraída do relatório “Conclusão do acordo NT-SPA-14”. 153

Figura 25: Imagem fotográfica de uma moça caracterizada como uma enfermeira. Fonte: Souza-Campos, E. História da Universidade de São Paulo. Oficinas Gráficas Saraiva S.A.. São Paulo, 1954. Publicação comemorativa ao 4º centenário da Cidade de São Paulo 157

Figura 26: Imagem fotográfica da sala de reuniões do 1º andar com os quadros dos três primeiros diretores da Escola de Enfermagem de São Paulo: Edith de Magalhães Fraenkel, uma das fundadoras; Maria Rosa Sousa Pinheiro, diretora que lutou pela desanexação e Carlos da Silva Lacaz 179

Figura 27: Imagem fotográfica de Benedito Montenegro Fonte: Marinho, GSMC. Trajetória da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo: aspectos históricos da “Casa de Arnaldo”. São Paulo: FMUSP, 2006 180

Figura 28: Imagem fotográfica Paula Souza, diretor do Instituto de Higiene. Fonte: Geraldo Horácio de Paula Sousa: Perfil e Trajetória <http://www.fsp.usp.br/site/paginas/mostrar/218> 181

Figura 29: Imagem fotográfica de Edith de Magalhães Fraenkel, primeira diretora da EEUSP. Fonte: Carvalho, AC. Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo – resumo histórico 1942-1980.1980: 38 182

Figura 30: Imagem fotográfica de Maria Rosa Sousa Pinheiro, segunda diretora da EEUSP, em início de carreira 184

Figura 31: Imagem fotográfica de Maria Rosa Sousa Pinheiro, a primeira diretora da EEUSP membro do Conselho Universitário da USP 185

Figura 32: Imagem fotográfica de Carlos da Silva Lacaz, terceiro diretor da EEUSP 186

Lista de Siglas:

ABED – Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas
ABEn/SP - Associação Brasileira de Enfermagem, Seção de São Paulo

ATA - Assistência Técnica Acadêmica
ACS – Agente Comunitário de Saúde
CAOC – Centro Acadêmico Oswaldo Cruz
CES – Câmara de Educação Superior
CHCEIA/EEUSP - Centro Histórico Cultural da Enfermagem Ibero-Americana – Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo
CIE – Conselho Internacional de Enfermeiras
CIR - Biblioteca Centro de Informação e Referência da Faculdade de Saúde Pública da USP (FSP-USP)
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa
COC - Casa de Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz
CO/USP – Conselho Universitário da Universidade de São Paulo
CTA – Conselho Técnico e Administrativo
DESu – Diretoria do Ensino Superior
DNS – Departamento Nacional de Saúde
EESP – Escola de Enfermagem de São Paulo
EESP – Escola de Enfermagem de São Paulo da Faculdade de Medicina de São Paulo
EEUSP – Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo
EESPFMUSP – Escola de Enfermagem de São Paulo da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo
ENO – Departamento de Orientação Profissional
EUA - Estados Unidos da América
FD/USP - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
FFLCH/USP - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP
USP
FD/USP - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz

FMUSP – Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

FSP/USP – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Funasa – Fundação Nacional de Saúde

HC/FMUSP – Hospital das Clínicas “Dr. Adhemar Pereira de Barros”
da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

IAIA – Instituto de Assuntos Interamericanos

IEB/USP - Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo

MES – Ministério da Educação e Saúde

MS – Ministério da Saúde

OMS – Organização Mundial da Saúde

SP – São Paulo

SESP – Serviço Especial de Saúde Pública

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	20
A. O PROCESSO DE DESANEXAÇÃO DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO	23
B. ENTRE O MODERNO E O TRADICIONAL: A AUTONOMIA DA ENFERMAGEM	25
2. OBJETIVOS	28
2.1 OBJETIVO GERAL	29
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	29
3. REVISÃO DA LITERATURA	30
3.2 FUNDAÇÃO ROCKEFELLER, AMERICANIZAÇÃO E ENFERMAGEM NO BRASIL	31
3.3 SESP E A ENFERMAGEM NO BRASIL	36
3.4 SESP E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NO BRASIL	43
3.5 FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – FMUSP	46
3.6 SESP E A FUNDAÇÃO DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO.	48
4. PERCURSO METODOLÓGICO	54
4.2 TRABALHO COM AS FONTES DE PESQUISA	56
4.3 ABORDAGEM MICRO-HISTÓRICA: O MÉTODO DE ANÁLISE	57
4.4 ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS	60
5.RESULTADOS	61
5.1 AMERICANIZAÇÃO	62
5.1.1 Universidade de São Paulo: as origens do ensino da enfermagem	62

5.1.2 Antecedentes da Criação da Escola de Enfermagem de São Paulo: a Necessidade de Enfermeiros	65
5.1.3 Acordo e Criação da Escola de Enfermagem de São Paulo: o Projeto Enfermagem da Fundação Rockefeller	69
5.1.4 Preparativos: planejamento e administração da nova Escola	71
5.1.5. Política Acadêmica: a conjuntura da formação administrativa da Escola de Enfermagem de São Paulo	83
5.1.6 Término de um Ciclo: a consolidação da Escola de Enfermagem de São Paulo	87
5.2 COTIDIANO DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO	93
5.2.1 O Princípio	93
5.2.2 Prédio da Escola	95
5.2.3 Ambições da Escola de Enfermagem de São Paulo	99
5.2.4 Programa de bolsas no exterior	100
5.2.5 Dificuldades do Caminho	102
5.2.6 A vida acadêmica	104
5.2.7 Conclusão do Acordo de auxílio com a Escola de Enfermagem	106
5.2.8 Atas da Reunião do Corpo Docente	111
5.2.9 Relacionamento Interpessoal	117
5.2.10 Relações entre os discentes da FMUSP e da EEFMUSP em “O Bisturi”	119
5.3 DESANEXAÇÃO	133
5.3.1 Alicerces da autonomia	133
5.3.2 Escola de Enfermagem da Universidade da Bahia	136
5.3.3 Atas da Congregação da Faculdade de Medicina	138
5.3.4 Atas do Conselho Técnico Administrativo	139
5.3.5 Atas do Conselho Universitário	140
5.3.6 Maria Rosa Souza Pinheiro: A primeira diretora da EEUSP desanexada	144
6. DISCUSSÃO DOS DADOS	147

6.1 INFLUÊNCIA DA II GRANDE GUERRA PARA A SAÚDE PÚBLICA NA AMÉRICA LATINA	148
6.2 O COMPLEXO DE SAÚDE	150
6.3 A ESCOLA DE ENFERMAGEM E O HOSPITAL DAS CLÍNICAS	156
6.4 RENASCIMENTO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL:O MUNDO QUER ENFERMEIRAS	158
6.5 SIM, ENFERMEIRAS!	161
6.6 - A ESCOLA DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO	165
6.7 O PROCESSO DE DESANEXAÇÃO	172
6.8.DIRETORES DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	181
6.9 PERSONALIDADES IMPORTANTES NA ESCOLA DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO	182
6.9.1 Benedito Montenegro	183
6.9.2 Geraldo Horácio de “Paula Souza”	184
6.9.3 Edith Magalhães Fraenkel	185
6.9.4 Maria Rosa Sousa Pinheiro	187
6.9.5 Carlos da Silva Lacaz	189
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	190
8. REFERÊNCIAS	193
9. ANEXOS	208
9.1 RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 3.	209

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo objetivou analisar o processo histórico de desanexação da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo – EEUSP – da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – FMUSP. Para tanto, pretendeu-se apontar alguns antecedentes assim como descrever sumariamente a conjuntura da enfermagem no país e a fundação dessa Escola.

Como uma das conseqüências do envolvimento dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, houve a reorientação de sua política externa para a América Latina nas questões culturais e sociais. Assim, o empresário, Nelson Rockefeller, por exemplo, liderou e patrocinou uma série de iniciativas no sentido de realizar essa aproximação, em termos políticos e culturais ⁽¹⁾.

O Instituto de Assuntos Interamericanos – IAIA estava entre as instituições criadas com essa finalidade, e promoveu programas de cooperação com países da América Latina em apoio às políticas de saúde e saneamento. Uma das formas de dar apoio era através de bolsas de estudos oferecidas para a formação e aprimoramento de profissionais de saúde. Santos ⁽²⁾ aponta um acordo assumido entre o Presidente brasileiro, Getúlio Vargas e o Presidente norte-americano Franklin Roosevelt, em março de 1942, em Washington, composto por um conjunto de trinta tratados de cooperação técnica, econômica e militar que confirmou a coalizão do Exército Brasileiro aos aliados na II Grande Guerra Mundial. Entre os termos assumidos havia cláusulas que estipulavam formas de apoio à política de saúde e saneamento inclusive com a fundação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP). ^(2, 3,4)

Patrocinado pelo IAIA, o SESP obteve autonomia financeira, organizacional e política perante o Departamento Nacional de Saúde Pública. Apesar de partir do IAIA a criação da Escola de Enfermagem através do SESP, este tinha seu interesse voltado para o Vale do Rio Doce, especialmente a Amazônia, com o intuito de tornar viável a produção de borracha para o mercado norte-americano. A criação da Escola de Enfermagem de São Paulo nasceu desta necessidade. ⁽⁴⁾

Ainda com o intuito da aproximação, desta vez cultural, os EUA criaram o cinema hollywoodiano, ditador de novas regras e tendências, como a beleza, comportamento feminino e valores morais, como por exemplo, a manutenção da castidade feminina até o casamento. Esses filmes geraram muitas revistas femininas, as quais traziam aconselhamentos sentimentais, a manutenção, a qualquer custo, de um casamento mal sucedido; culinária, moda e acessórios de consumo; bastidores da vida americana ou ideal de vida a ser seguido. O cinema celebrava vários estereótipos de mulher, tanto a romântica e casadoira, a bonita e fútil, a frágil que só conseguia algo através de suas lágrimas e a divorciada sofredora. Mas, foi justamente nesse período de guerra, que o cinema trouxe à tona a mulher trabalhadora, inteligente e forte que lutava por sua independência, e precisava de coragem para enfrentar os problemas familiares, as armadilhas do destino e dar sustentação à família. Construía-se assim a “personalidade marcante” da mulher no período da guerra. ^(5,6)

Em uma época de transição, em que a mulher adentrava ao mercado de trabalho por questões puramente financeiras, Maria Rosa Sousa Pinheiro, se torna a figura central do processo de desanexação. Como uma exceção, como uma dentre poucas mulheres à frente de seu tempo, trabalhava para ser independente, uma profissional qualificada, como caracterizada uma mulher moderna de seu tempo. Sua liberdade, confiança e independência moral e financeira eram admiradas e serviram a muitas de exemplo. ⁽⁶⁾

Foi a convite do diretor do Instituto de Higiene, Geraldo Horácio de Paula Souza, que Maria Rosa Sousa Pinheiro foi contemplada com uma bolsa de estudos oferecida pela Fundação Rockefeller, para cursos de Enfermagem Geral e Enfermagem em Saúde Pública I e II, na Escola de Enfermagem da Universidade de Toronto, Canadá, no período de setembro de 1940 a novembro de 1943. ⁽⁶⁾

A ideia de autonomia e da desanexação da Escola de Enfermagem surgiu juntamente com a construção desta, a partir de Edith de Magalhães Fraenkel. Mulher independente, de ampla visão e vivência na enfermagem internacional, ainda em novembro de 1942, em seu artigo na Revista Médico

Social já defendia que as escolas de enfermagem poderiam ser ligadas a hospitais gerais, porém, com Conselho Administrativo separado. ⁽⁷⁾

É possível defender que suas ideias de autonomia também influenciaram Gleite de Alcântara e Maria Rosa Sousa Pinheiro, pois ambas mantiveram-se firmes neste propósito. Gleite consegue a autonomia da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto antes mesmo da EEUSP e Maria Rosa Sousa Pinheiro foi a grande responsável pela desanexação desta escola, pela sua constante perseverança e luta pelo ideal de autonomia.

1.2 O PROCESSO DE DESANEXAÇÃO DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Através do Decreto-lei Estadual nº. 13.040 criou-se a Escola de Enfermagem de São Paulo, integrada à Universidade de São Paulo, porém anexa à Faculdade de Medicina, como parte de um acordo bilateral entre Brasil e Estados Unidos intermediado pela Fundação Rockefeller. ^(8, 9) A Escola de Enfermagem de São Paulo da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – (EESPFMUSP), constituiu parte significativa deste acordo intergovernamental.

Essa modalidade de instituição anexa era considerada ideal pelos incentivadores de sua criação no final da década de 1930, mas tornou-se fator desfavorável em relação ao seu pleno desenvolvimento, como referiu Carvalho. Mencionava também a autora, que por ser representada no Conselho Universitário, não por uma enfermeira, mas pelo diretor da Faculdade de Medicina, era uma desvantagem para a EEUSP, pois nem sempre as necessidades da escola eram atendidas; “talvez por falta de argumentos que uma pessoa mais diretamente ligada aos seus problemas administrativos e docentes poderia apresentar” ⁽⁸⁾.

Na época da fundação da EEUSP, estava em vigor o Decreto 20.109, de 15-06-1931, que fixava as condições para equiparação das escolas de enfermagem à Escola Ana Neri, que era considerada a escola

oficial padrão à qual todas as demais deveriam equiparar-se. Assim, a nova Escola seguiu os ditames e foi equiparada pelo Decreto Federal 21.965, de 21-10-1946, com base em relatório favorável apresentado pela enfermeira Rosaly Taborda, indicada para fazer a verificação. ⁽⁸⁾

Por ser anexa à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – FMUSP, a EEUSP não possuía alguns colegiados típicos de uma instituição universitária, como Congregação, por exemplo, que passou a ser exigido pelo Decreto 27.426, de 14-11-1949, que regulamentou a Lei 775, de 06-08-1949, sobre o ensino de enfermagem no País. Esse Decreto aprovou o regulamento básico para os cursos de enfermagem e de auxiliar de enfermagem. O capítulo sobre a congregação constava de quatro artigos (de 40 a 43) que tratavam de sua composição, funcionamento e competências. Apesar dessa lacuna estrutural, a EEUSP encontrou um período de grande expansão, principalmente a partir da inauguração oficial de seu prédio próprio em 31 de outubro de 1947. ⁽⁸⁾

Apesar de não ter uma Congregação, a Escola tinha grande autonomia, pois funcionava em prédio próprio, tinha orçamento separado, era dirigida por uma enfermeira, conforme determinação legal específica, e contava com docentes enfermeiras bem preparadas, qualificadas em universidades americanas e canadenses. Criou inclusive cursos de pós-graduação ⁽⁸⁾.

Em 1950, a Escola encaminhou à Diretoria do Ensino Superior (DESu), do Ministério da Educação e Saúde, um novo regulamento adaptado à Lei 775/49, que não foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) exatamente porque não continha dispositivos sobre uma congregação. No parecer desse Conselho sobre o projeto de regulamento referia que “exigências constantes da lei, como a exigência de congregação, foram totalmente ignoradas pelo projeto” ⁽⁸⁾.

A Reitoria da Universidade foi cientificada da conveniência “de elaborar peça nova” que melhor atendesse às regras prescritas na Lei 775/49 e no regulamento aprovado pelo Decreto 27.426/49. Como afirma Carvalho, “acrescentados os dispositivos sobre a congregação, o regulamento foi aprovado pelo Decreto Estadual 23.796-C de 1954” ⁽⁸⁾.

Entretanto, logo surgiram dúvidas quanto à validade da Congregação da EEUSP, pois esse decreto não podia revogar o Decreto-lei Estadual 16.308/46 que aprovou o primeiro Regulamento da Escola em novembro de 1946.⁽⁸⁾

Consultado o Conselho Universitário, o relator do processo, Professor Eduardo de Oliveira França, apresentou duas soluções possíveis: extinguir a congregação ou desanexar a Escola. Considerando ser a segunda alternativa a mais conveniente, foram iniciadas em 1956, as gestões para desanexação. Apesar do Conselho Administrativo da Escola, do CTA da Faculdade de Medicina e do Conselho Universitário terem se pronunciado a favor da desanexação, no final de 1962, essa somente foi efetivada em dezembro de 1963, pelo Decreto Estadual nº. 42.809/63; a EEUSP figurou a partir desta data, como estabelecimento de ensino superior da Universidade de São Paulo.

Não obstante, a Congregação só foi implantada após 12 anos, em 1975. Durante esse período o Conselho Universitário funcionou como Congregação e em 1964 foi instalado o Conselho Técnico Administrativo da Escola, sob a presidência de Maria Rosa Sousa Pinheiro.⁽⁸⁾

1.3 ENTRE O MODERNO E O TRADICIONAL: A AUTONOMIA DA ENFERMAGEM

Este estudo pretendeu um recorte sobre o processo de desanexação da Escola de Enfermagem da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, logo, da autonomia que lhe conferida após esse processo. O processo de desanexação, apesar de sua importância para esta instituição, não foi ainda devidamente analisado assim como as circunstâncias que o cercaram. Ainda que tenhamos essa perspectiva, o estudo não esgota o tema.

A autonomia da Escola de Enfermagem em relação à Faculdade de Medicina representava a necessidade da própria profissão de enfermagem

de firmar sua identidade através do embasamento teórico e suas competências técnicas e profissionais. Como arte do cuidado, tornava-se importante clarificar a diferenciação desta em relação à medicina. Ambos saberes são distintos e igualmente importantes, porém, historicamente há disputa de saberes e de poderes entre tais profissionais, o que ilegítima a atuação da enfermagem enquanto ciência do cuidado.

Para tanto, destaca-se que a autonomia do profissional enfermeiro advém do saber teórico-prático, como também da luta política de mulheres que redimensionaram a profissão, do desempenho competente e da atual Lei do Exercício Profissional nº 7.498, de 25/06/86 para, juntamente com os esforços da equipe multiprofissional, a enfermagem possa prestar atendimento amplo e eficiente ao usuário, como saber específico, não auxiliar ao médico, tal qual afirmou Florence Nightingale ao escrever seu primeiro livro, traduzido por Carvalho como “Notas sobre Enfermagem”.

Contudo, mais recentemente, em reconhecimento a esta necessidade, em novembro de 2001, a Resolução do Conselho Nacional de Educação - CNE através da Câmara de Educação Superior - CES nº 3 determinou as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem (anexo I), apontando em seu art. 4º que a formação do profissional graduado em enfermagem tem por objetivo dotar o enfermeiro de conhecimentos requeridos para o exercício das competências e habilidades gerais para a atenção à saúde, tomada de decisões, comunicação, administração e gerenciamento, liderança e educação permanente. Ainda nessa Resolução, o Art. 5º considera conhecimentos requeridos para o exercício da profissão, uma lista de 33 as competências e habilidades específicas, dentre as quais destacamos “reconhecer o papel social do enfermeiro para atuar em atividades de política e planejamento em saúde” ⁽¹⁰⁾.

Corroborando a resolução e acreditando na relação exercida entre a autonomia institucional e profissional, o estudo e análise desse processo de desanexação buscou contribuir para o desenvolvimento e conscientização profissional, maior reconhecimento da profissão e maior autonomia da enfermagem. A existência de outros cursos de enfermagem que continuam

anexos como departamentos dentro de faculdades ou centros de universidades públicas nas capitais da Região Sudeste e no Estado de São Paulo desvelam, a contrapelo, a importância das ações que levaram a desanexação, objeto deste estudo, pois desvela a primazia desejada para a profissão, sobretudo no pós-1930, como afirmou Campos.⁽¹¹⁾ Cabe ressaltar que o desenvolvimento da pesquisa se insere no Grupo de Pesquisa História e Legislação da Enfermagem – ENO/EEUSP/CNPq.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL:

O desenvolvimento deste estudo buscou discutir o processo de desanexação da Escola de Enfermagem de São Paulo, da Faculdade de Medicina, da Universidade de São Paulo, suas repercussões para a Escola de Enfermagem e para a profissão de enfermagem, visando contribuir para o desenvolvimento da linha de pesquisa em História da Enfermagem junto ao Programa de Pós-Graduação em Gerenciamento de Enfermagem – PPGEEn-EEUSP.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- a. Analisar o processo histórico da desanexação da Escola de Enfermagem da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.
- b. Identificar a atuação das pessoas que participaram do processo.
- c. Descrever o papel de Maria Rosa Sousa Pinheiro no processo de desanexação.
- d. Discutir as consequências da desanexação para a Escola de Enfermagem e para a profissão.

3. REVISÃO DA LITERATURA

Uma das maiores e mais antigas instituições filantrópicas dos Estados Unidos, a Fundação Rockefeller, foi decisiva não apenas para a criação da Escola de Enfermagem de São Paulo, como para o desenvolvimento da saúde pública brasileira. Fundada a partir das doações de John Dawson Rockefeller, conhecido como “rei do petróleo” da segunda metade do século XIX, patriarca da família que se manteve sempre presente em setores-chaves da vida pública, dentro e fora dos Estados Unidos, tornou-se mundialmente reconhecida. ^(12,13)

A Fundação através da filantropia científica muito apoiou a Universidade de Chicago em 1890. Com a criação em 1913 do Instituto Rockefeller para Pesquisas Médicas, com sede em Nova Iorque, as doações ficaram concentradas e destinaram-se preferencialmente aos campos de Educação e Saúde, posteriormente a pesquisa científica principalmente no campo biomédico. ^(12,13)

Ainda no início do século XX houve maciço apoio às ações de Saúde Pública e instituições de ensino médico, por considerar que a causa da pobreza era enfermidade, que deveria ser combatida com instrumentos da ciência, civilização e progresso ^(12,13). Neste período, como “política de boa vizinhança” e principalmente para garantir a unificação do continente americano contra a ex-URSS, foram realizados grandes investimentos desta Fundação a serviço dos EUA na América do Sul.

3.2 FUNDAÇÃO ROCKEFELLER, AMERICANIZAÇÃO E ENFERMAGEM NO BRASIL

Para realizar empreendimentos no Brasil, o Governo de Roosevelt contava com o apoio da Fundação Rockefeller e criou o Instituto de Assuntos Interamericanos (IAIA). Assim, havia um órgão governamental apoiado por uma fundação. Esse órgão, juntamente com o governo brasileiro, fundou o Serviço Especial de Saúde Pública - SESP, em 1942,

como agência bilateral brasileira americana. Até 1960 o SESP foi uma agência internacional, com estatuto jurídico especial, que lhe garantia completa autonomia dentro do Ministério da Educação e Saúde ⁽³⁾.

Financiada com recursos norte-americanos e brasileiros, o SESP elaborou suas políticas sanitárias a partir de um acordo com o Instituto de Assuntos Interamericanos (IAIA), acordo este expirado em 1960, quando o SESP tornou-se Fundação Serviço Especial de Saúde Pública (FSESP). Regida por outro estatuto jurídico, a agência perdia então sua condição de agência internacional, embora conservasse uma condição diferenciada em relação aos demais órgãos do Ministério da Saúde. Por ser uma fundação, permanecia à parte do Departamento Nacional de Saúde (DNS). A Fundação SESP acabou extinta em 1990, sendo seus quadros incorporados à Superintendência de Campanhas, integrada à Fundação Nacional de Saúde – Funasa ⁽³⁾. Os registros desse processo encontram-se na Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz – COC/Fiocruz, no Rio de Janeiro.

Estabelecida para ser uma agência temporária de guerra, o SESP existiu durante 48 anos e teve como prioridade o campo da saúde pública e modelo institucional. Com sua autonomia dentro do Ministério da Saúde, especialmente até 1960, o SESP contava com um orçamento e um plano de cargos e salários invejáveis em comparação aos demais órgãos da administração pública direta. Seus vínculos técnicos, institucionais e simbólicos com os norte-americanos e sua competência técnica e científica criaram um *ethos* próprio, e eram motivo de orgulho para os “SESPianos”, ao mesmo tempo em que fomentavam constantes acusações de antipartidarismo por parte de seus adversários ⁽³⁾.

Concebida no contexto da Segunda Guerra Mundial, o SESP seria para o governo norte-americano, uma agência temporária encarregada de políticas sanitárias pontuais na Amazônia e no Vale do Rio Doce, regiões produtoras de matéria prima ⁽³⁾. Para o governo brasileiro, essas políticas do SESP se enquadravam nas políticas sanitárias do Ministério da Educação e Saúde e na política de Estado da Era Vargas.

Suas políticas sanitárias empreendidas para as populações do interior objetivavam combater as grandes endemias do chamado “sertão”

brasileiro; fomentar rede de unidades sanitárias e outros equipamentos, para tanto, foram montados escolas de enfermagem, hospitais e centros de saúde, construídas e administradas pelo SESP, além de sistemas de água e esgoto, estabeleceu convênios com estados e municípios para construir, normatizar e expandir a saúde pública. Normatizou técnicas e procedimentos, contratou e expandiu uma burocracia importante para a organização dos serviços e formou mão de obra qualificada voltada para a educação sanitária; enfim, “nada que fugisse à agenda de saúde pública estabelecida pelo Estado Novo, que se prolongou pela década de 1950” ⁽³⁾.

No entanto, fazia-se necessário ampliar o incentivo a pesquisas e a disseminação do conhecimento médico, pois o mundo tornava-se cada vez menor e as fronteiras cada vez mais solúveis. A difusão do conhecimento médico na bacteriologia ganha destaque como suporte científico para as políticas de saúde pública no início do século XX. São variáveis não - científicas que permeiam as decisões governamentais na área as confluências de elementos econômicos, políticos e culturais do contexto histórico. Além da medicina científica, a política e a diplomacia internacionais foram importantes na determinação das políticas públicas de saúde no século XX. A concepção de tamanho do mundo, os limites demográficos são re-configurados e aproximados como constante comércio e a expansão dos meios de transporte. Os governos de Estados nacionais começam a reconhecer a interdependência de todos os povos e nações no que tange às doenças infecciosas. ⁽¹⁴⁾

Neste processo, o Brasil torna-se interessante pelas inúmeras possibilidades financeiras e a parceria com o Governo norte-americano garante o distanciamento da Alemanha de Adolf Hitler, tornando o Brasil mais um dos Aliados da Segunda Guerra Mundial. A reação do governo americano, oficializada em 1942, contra a expansão econômica e política da Alemanha na América Latina, iniciou-se com o programa de saúde e saneamento do IAIA em meados da década de 1930. Políticos e líderes empresariais norte-americanos discutiram as estratégias de apoio e aliança com repúblicas latino-americanas perante a ameaça alemã. ⁽¹⁵⁾

Na iminência de ter uma base alemã instalada em Natal e Fernando de Noronha, que poderia ser usado para facilitar o transporte de homens e munições alemãs para chegarem ao Caribe e ao Canal do Panamá, o que acreditavam os estrategistas norte-americanos ser uma grande ameaça, o governo getulista assume como uma posição de neutralidade, vendendo produtos para Aliados e países do Eixo, caracterizando assim o governo Vargas como ambíguo. Por esse motivo, houve um esforço de políticos e empresários para que o Governo norte-americano voltasse suas atenções para um acordo financeiro e técnico com países latino-americanos. Nelson Rockefeller, em memorando encaminhado ao presidente Roosevelt, em junho de 1940, argumentava que a “segurança e os interesses dos Estados Unidos seriam mais bem preservados num quadro de cooperação e dependência econômica dentro do Hemisfério” ⁽¹⁶⁾.

Sugeria que os Estados Unidos aumentassem a compra de produtos primários latino-americanos, aumentando assim, seus investimentos na região e estabelecendo um programa de relações culturais com os países do subcontinente ⁽³⁾. Rockefeller tornou-se o homem forte destes acordos do governo americano com os países latinos e os consolida com a criação da agência governamental específica para esses assuntos interamericanos, a “*Office for Coordination and Cultural Relations Between the American Republics*” ⁽³⁾. Jovem, político e empresário foi nomeado o coordenador desta “superagência coordenadora de esforços do governo, prioritariamente vinculada à segurança nacional dos Estados Unidos” ⁽³⁾ e reportava-se diretamente ao presidente. Sua função era “promover o desenvolvimento das relações comerciais e culturais entre as repúblicas americanas no sentido de incentivar a solidariedade e aprofundar o espírito de cooperação entre as Américas no interesse da defesa do Hemisfério” ⁽³⁾.

Com as negociações para a instalação de bases norte americanas no litoral brasileiro, em 1941, acentua-se o interesse no campo da saúde e saneamento básico. Nelson Rockefeller, com informações dos técnicos da Fundação Rockefeller que já atuavam no Brasil desde 1916, sabia que algumas das regiões que receberiam os soldados norte-americanos eram endêmicas para malária e outras doenças. Realizou-se um plano de

saneamento e abastecimento alimentar em torno destas bases. Com o ataque japonês a Pearl Harbor, houve crescente demanda de matérias primas, sendo necessário, ampliar o plano de saneamento para maiores áreas. ⁽³⁾

Os EUA dependiam da borracha do sudoeste da Ásia para equipar seus veículos militares, o que os obrigava a importar 98% da borracha natural de que precisavam. Após a captura pelos japoneses, em 1942, Malásia e das Índias Orientais Holandesas houve uma séria ameaça de desabastecimento para os Aliados. Essa urgência da demanda por borracha obrigava a extração em grande escala de látex das árvores nativas da Amazônia, por isso a necessidade de controlar as doenças desta região. ⁽³⁾

Fred Sopper, em 1942, ex-diretor da Fundação Rockefeller no Brasil, conduziu as negociações nos bastidores da Conferência do Rio com o Ministro da Educação e da Saúde, Gustavo Capanema. Essa conferência finalizou um acordo para a criação de um programa de saúde e saneamento para a América Latina. Entre as resoluções deste Terceiro Encontro, a segunda resolução recomendava que as repúblicas americanas mobilizassem seus recursos agrícolas e minerais para o esforço de guerra, e a trigésima resolução, que as nações do hemisfério estabelecessem acordos bilaterais para a promoção de saúde pública e melhoria das condições sanitária dos povos. ⁽³⁾

Como resultado desta conferência, Brasil e EUA assinaram os chamados Acordos de Washington, sendo 30 tratados sobre assuntos variados, como comércio, empréstimos, produção mineral e agrícola, um acordo militar e o acordo de saúde e saneamento que deu origem ao SESP.

⁽³⁾ Havendo nesse acordo quatro subprojetos de saúde e saneamento intermediado pelo IAIA na América Latina para campanhas especificadamente contra malária, doenças sexualmente transmissíveis, tuberculose, peste bubônica, boubá, febre tifóide e as patologias provocadas por parasitas intestinais. ⁽³⁾ Entre esses subprojetos, havia também projetos de infra-estrutura, como saneamento básico com redes de esgoto, abastecimento de água e educação sanitária, construção de hospitais, clínicas, centros e postos de saúde; treinamento profissional, com

programas de aperfeiçoamento de médicos, engenheiros sanitários e enfermeiras ⁽³⁾.

A agência cooperativa brasileira, batizada de Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), foi fundada em 17 de julho de 1942, com a assinatura do chamado Acordo Básico entre o embaixador americano no Brasil, Jefferson Caffery; o representante do IAIA, George M. Saunders; o ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, e o Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, tendo o presidente Vargas nomeado superintendente o médico americano George Saunders ⁽³⁾.

3.3 SESP E A ENFERMAGEM NO BRASIL.

Na década de 40 o país vivia grande necessidade de profissionais na enfermagem e as campanhas sanitaristas, com as visitadoras sanitárias, ganharam o país. São diversos os artigos que apontaram para essa crescente demanda, como apontava o Boletim do SESP, ⁽¹⁷⁾ lê-se o artigo intitulado “Enfermeiras para o Brasil”. O texto refere-se a um artigo da Revista Em Marcha que, segundo o Boletim do SESP, a reportagem continha farta ilustração fotográfica e referia-se “a luta para formação de enfermeiras no Brasil”. O artigo afirma ser “comum e familiar” no interior do país:

a jovem graciosa, de vestido simples e grande bolsa a tiracolo, caminhando pela rua poeirenta batida de sol ardente. A certa altura, abandona o caminho e bate a uma porta rústica. Vai levar à gente simples da zona rural do país ensinamentos dos modernos métodos de higiene. É a boa amiga, a chamada Visitadora Sanitária, do Serviço Especial de Saúde Pública, que presta esses serviços a comunidade sob a supervisão de uma enfermeira de Saúde Pública (Boletim do SESP 1953, 33:5). ⁽¹⁷⁾

O artigo prossegue informando que, com o tempo, a população trocou a desconfiança inicial pela simpatia, e assim recebem em casa as

orientações das visitadoras sobre higiene e prevenção de algumas patologias.

Figura1: Imagem fotográfica de Visitadora Sanitária publicada no Boletim do SESP nº 33, 1953. Fonte: Biblioteca da Casa de Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz (FioCruz).

As visitadoras sanitárias cumpriram importante papel na saúde pública, principalmente na prevenção e combate das patologias, ligadas a questões de educação em higiene. Atualmente, uma pequena parte desta atuação tem sido realizada pelo Agente Comunitário de Saúde – ACS, que não tem o mesmo preparo e consequentemente a mesma habilidade.

Como subtítulo *O Plano*, a mesma edição do boletim, afirma que o SESP opera sobre “auspícios” conjuntos do Ministério da Educação e Saúde e do Instituto de Assuntos Interamericanos. Ao falar das operações realizadas pelo SESP, aponta que “sua obra, somente no que se refere ao

preparo de enfermeiras e pessoal auxiliar de enfermagem para os mais variados serviços, já não pode ser descrita num simples artigo de revista ilustrada”.⁽¹⁷⁾

O SESP investia na formação de profissionais de enfermagem em todo o país, nesta mesma edição do Boletim, demonstrava ainda que em outros oito Estados, escolas de enfermagem receberam auxílio e assistência técnica do SESP. Destacava que as escolas de Manaus e Recife tiveram como docentes exclusivamente enfermeiras instrutoras do SESP, além das diversas colaborações com escolas de enfermagem “para a formação de enfermeiras profissionais” com “curso oficial” de auxiliar de enfermagem, cursos intensivos de Visitadoras Sanitárias e os cursos de “treinamento em serviço” para “auxiliares hospitalares” e “atendentes hospitalares”, todos trabalhavam somente nos serviços do SESP.

Essas ações do SESP foram possíveis quando em outubro de 1942, o IAIA enviou ao Brasil a enfermeira Elizabeth Tennant, do Conselho Internacional da Fundação Rockefeller, para avaliar o ensino de enfermagem no país, traçar seu aprimoramento e expansão.⁽¹⁸⁾ Em seu relatório, Miss Tennant recomenda ao Ministério da Educação e Saúde (MES) que regulamentasse o ensino de enfermagem e que o SESP organizasse novas escolas, sendo as quatro primeiras nos estados de São Paulo, Pará, Rio de Janeiro e Bahia. Desta proposta emerge o Programa de Enfermagem do SESP, que até 1951 foi conduzido por enfermeiras norte-americanas, com o objetivo de formar enfermeiras graduadas e auxiliares para os programas do SESP e estimular o projeto de expansão e profissionalização da carreira no país. Após 1951, as enfermeiras brasileiras assumiram essa direção. O relatório aponta que 94 jovens recebiam bolsas de estudos para enfermagem em diversos Estados e, continua⁽⁶³⁾:

Em virtude dos entendimentos entre o SESP e a ‘Kellogg Foundation’ 14 moças brasileiras freqüentam cursos de enfermagem em escolas norte-americanas. Destas, 10 regressaram ao Brasil para exercer a profissão que abraçaram. Até agora, por meio de bolsas de estudos, de várias entidades, 23 enfermeiras brasileiras tiveram cursos de pós-graduação nos Estado Unidos. (Tennant, 1942, p.4)⁽⁶³⁾

As bolsas internacionais de estudos também eram uma constante, sua intenção era de preparar enfermeiras para serem docentes nas novas escolas que deveriam ser abertas. Acreditando num efeito de replicação, essas estudantes contempladas pelas bolsas tinham o compromisso de voltar ao país ou estado, pôr em prática seu aprendizado e replicá-lo através de cursos de formação de profissionais para a enfermagem.

Em continuidade, o relatório apresentava como objetivo da enfermagem, suas ações no campo da medicina preventiva, dos dispensários de higiene infantil, da higiene materna, pré-escolar, escolar, de adultos e das “moléstias transmissíveis, tinham objetivos essencialmente educativos e era exercida tanto nas unidades sanitárias como em escolas e nos próprios lares”. Apontava que nos hospitais o trabalho atende aos aspectos da “medicina curativa” e da “missão educativa” ⁽¹⁹⁾.

O conteúdo do documento afirmava que ao invés de combater o trabalho das “parteiras curiosas” o SESP as aproveitava em suas unidades sanitárias nos serviços de enfermagem. “A essas mulheres, ignorantes e privadas de todos os recursos, o Serviço proporciona ensinamentos adequados, dando-lhes noções mínimas, mas suficientes para evitar danos e riscos às parturientes e seus filhos”. Assim, vislumbra-se a possibilidade encaminhar pessoas minimamente qualificadas aos recônditos do país, onde a enfermagem profissional ainda não havia conseguido chegar ⁽¹⁹⁾. Para essas parteiras, havia ainda o fornecimento de uma maleta contendo o material necessário e a fiscalização de seu trabalho durante os partos atendidos. Com esse trabalho foi possível diminuir ao mínimo o índice de nati-mortalidade por imperícia durante o parto nas áreas “muito atrasadas do norte” ⁽¹⁹⁾.

O SESP não apenas capacitava como também apoiava a enfermagem brasileira. Uma das formas de apoio estava na constante ligação desta entidade com as profissionais que se dedicavam a pensar uma enfermagem melhor. Essas profissionais reuniam-se como categoria na Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas - ABED. Prova disto é que em vários números do periódico dos SESP, como na edição do boletim de abril de 1953 ⁽¹⁷⁾, havia uma nota sobre a Associação de Enfermeiras

Diplomadas. Nesta afirmam que como membro do Conselho Internacional de Enfermagem, a ABED fez o convite ao Conselho para que o X Congresso Internacional de Enfermagem se realizasse no Brasil. Durante esse X Congresso a associação apresentou o trabalho “Padrões Aceitáveis para Enfermagem em Saúde Pública Rural”.⁽¹⁷⁾

A ABED mantinha um trabalho conjunto com o SESP no sentido de conseguir novas candidatas para a profissão para equipá-las com o que havia de mais moderno nas técnicas de enfermagem em âmbito internacional. A ABED mantinha um programa de bolsas para a estudante carente que obtivesse um bom desempenho na Escola de Enfermagem de São Paulo e fosse oriunda de outra cidade. Essa bolsa era um valor em dinheiro para custear os gastos com alimentação, livros e lazer, uma vez que o curso na Escola de Enfermagem de São Paulo era gratuito e em regime de internato, o que garantia às estudantes a moradia. Quanto à alimentação e o serviço de rouparia era realizado pelo Hospital das Clínicas que servia alimentação, três vezes ao dia, em seu refeitório e a roupa das estudantes era lavada e passada na lavanderia do mesmo.

Muito importante reafirmar a importância da Associação uma vez que os levantamentos de necessidades da enfermagem no país sempre foram elaborados por esta ou em conjunto com esta instituição. Em relatório do primeiro trimestre de 1954⁽¹⁹⁾, apresentado pelo SESP ao Ministro de Saúde havia um subitem sobre escolas de enfermagem. Apresentava as escolas sob a responsabilidade direta do SESP, a que recebia colaboração financeira e técnica, as que receberam auxílio técnico e a colaboração para Escolas de Auxiliares de Enfermagem em Aracajú e Maceió.

Neste relatório⁽¹⁹⁾, há um subitem sobre escolas de enfermagem que afirma que estas continuavam sob a responsabilidade direta do SESP, com ingresso de estudantes em Manaus, Porto Alegre e Recife numa média de 36 estudantes por turma. Há também a Escola do Estado do Rio que continuava recebendo a colaboração financeira e técnica.

Já as escolas de Salvador, Belo Horizonte, Juiz de Fora e Goiânia receberam auxílio técnico representado por professores para a cadeira de

enfermagem de saúde pública. Aponta ainda a colaboração para Escolas de Auxiliares de Enfermagem em Aracajú e Maceió.

Em outro subtítulo, “Treinamento de Pessoal” do mesmo relatório revela que houve 22 bolsistas do Instituto de Assuntos Interamericanos, entre eles, 3 médicos e 2 engenheiros foram matriculados no curso de saúde pública da Faculdade de Higiene e Saúde Pública de São Paulo; 15 bolsistas do SESP tornaram-se enfermeiras no primeiro trimestre e concedeu-se 10 novas bolsas de estudo para as Escolas de Enfermagem, sendo 68 as estudantes do SESP que cursam enfermagem em uma das 15 escolas.⁽¹⁹⁾

O SESP não oferecia apenas bolsas de estudos internacionais, mas nacionais também, porém, para recebê-las o candidato além de ter um bom desempenho no curso deveria se comprometer em regressar a sua cidade de origem e disseminar o saber obtido. Assim, pessoas de várias cidades do país tiveram a oportunidade de estudar numa das escolas do SESP sem custos e com um auxílio financeiro⁽¹¹⁾.

Os Boletins do SESP serviam para ampla divulgação das ações educativas desta entidade além de servir de estímulo para que outros jovens se interessassem por um de seus programas. No Boletim do SESP de 1964 há um artigo intitulado “Atividades da Divisão de Enfermagem” que descreve “foram das mais proveitosas as atividades da Divisão de Enfermagem durante o primeiro trimestre de 1954.” Divulga as 12 alunas formadas pela entidade de auxiliar de enfermagem, 17 do curso de visitadoras Sanitárias, e relata os cursos de visitadoras em Ilhéus e auxiliares hospitalares em Juazeiro, ambas na Bahia.⁽²⁰⁾

O texto do artigo publicado refere que o estágio das alunas da Escola de Enfermagem de Recife em nosocômios para tuberculosos havia sido suspenso em 1951, reiniciado no Sanatório do Sancho, sob orientação de Anna Matter, que já havia estado em Porto Alegre dirigindo trabalhos preliminares para o estágio no Sanatório Parthenon. Novamente o Boletim demonstra não apenas as benfeitorias empreendidas pelo SESP, como o caráter educativo, ponto forte da instituição.⁽²⁰⁾

O SESP atuava em vários Estados do País, sempre com o intuito de promover a educação em saúde e para isso contava com algumas

enfermeiras americanas para efetivar o apoio técnico. Foi a pedido do diretor do Departamento Estadual de Saúde e da diretora da Escola de Enfermagem em Porto Alegre, que o SESP solicitou à enfermeira americana Mabel Johnson, para que orientasse o currículo do curso de enfermagem em saúde pública e preparasse o campo de prática desta escola. O mesmo ocorreu a pedido da diretora da Escola de Enfermagem da Bahia, onde foi reorganizado o centro de treinamento em saúde pública, também sob a supervisão de Mabel Johnson. Para conseguir o campo de prática para as estudantes de enfermagem e garantir assim seu melhor aproveitamento, o SESP assinou um convênio entre a Fundação do Hospital de Cirurgia e a Escola de Enfermagem de Aracajú.⁽⁹⁾

Tentando traçar os melhores caminhos para a enfermagem brasileira, além das orientações das enfermeiras americanas, o SESP contava com enfermeiras brasileiras formadas em universidades canadenses e americanas em cargos de direção. A parceria com a Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas – ABED possibilitava o panorama das necessidades em enfermagem do País.

A parceria do SESP com a ABED fica muito clara quando observamos que Maria Rosa Sousa Pinheiro foi diretora Divisão Especializada de Enfermagem do SESP e também presidente da Comissão de Educação da ABED. Representando essas entidades, segundo o boletim do SESP, Maria Rosa Sousa Pinheiro “participou de uma reunião de diretoras de escolas de enfermagem, onde se discutiu o tema ‘Meios Para desenvolver nos Estudantes o Espírito de Enfermagem’.” Reforçando a busca por tornar interessante às jovens brasileiras a profissão de enfermagem através de ampla divulgação de sua necessidade e virtudes.⁽²⁰⁾

No Boletim do SESP, é divulgada a mudança de nome da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas, decidida em assembléia geral de 21 de agosto. A partir desta data, a referida entidade passou a chamar-se Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn e a revista Anais de Enfermagem foi renomeada para Revista Brasileira de Enfermagem,

sendo anunciada Maria Rosa Sousa Pinheiro, diretora da Divisão de Enfermagem do SESP, para presidente da ABEn.

Na mesma edição, há a referência ao VII Congresso Nacional de Enfermagem, promovido pela ABEn sob os auspícios da Comissão do IV Centenário da Cidade de S. Paulo. Todas as reuniões subordinadas ao 'Tema 2' foram presididas por Maria Rosa Sousa Pinheiro, chefe da Divisão especializada e as de Tema Livre por Rosaly Taborda, funcionária do SESP. A diretora da escola de Enfermagem de Manaus, Hermengarda de Faria Alvim, apresentou em conjunto com Beatriz Cavalcanti, secretária executiva da ABEn, o trabalho 'Recrutamento e Seleção de Enfermeiras e Auxiliares de Enfermagem'. O evento registrou mais de 600 participantes no congresso. ⁽²¹⁾

Em 1955, no Boletim do SESP, foi publicada uma foto de Maria Rosa Sousa Pinheiro, encimando uma nota a seguir, transcrita ⁽²²⁾:

Maria Rosa S. Pinheiro – atendendo ao chamado da Universidade de São Paulo, para assumir o cargo de Vice-Diretora da Escola de Enfermagem dessa Universidade, deixou a Divisão de Enfermagem do SESP, em 22 de agosto último, sua Diretora, Dna. Maria Rosa Pinheiro. O Serviço Especial de Saúde Pública e especialmente a Divisão de Enfermagem, que contavam com sua segura orientação e competência profissional desde 1º de março de 1951, formulam votos para que as novas funções que lhe foram cometidas possibilitem a Dna. Maria Rosa S. Pinheiro continuar na luta em prol da melhoria e aprimoramento do nível dos serviços de enfermagem em nosso país. (Boletim do SESP, 1955, 9:1)

Maria Rosa Souza Pinheiro deixou o SESP para dedicar-se à Escola de Enfermagem de São Paulo, anexa à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, para ocupar o cargo de Diretora da Escola.

3.4 SESP E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NO BRASIL

“Novos Rumos para a Enfermagem no Brasil” é o título de um texto do Boletim do SESP, que informava que na sede do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) havia sido instalado o Conselho de

Colaboradores do Centro de Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem. Estiveram presentes os membros do Conselho diretor da Entidade, Fabrício Gondim de Barros, representante do Ministério do Trabalho; Deputado Lauro Cruz; Ernani Braga, representante da Fundação Rockefeller; Maria Rosa Sousa Pinheiro como presidente da ABEn e presidente do Conselho, Edith de Magalhães Fraenkel, que foi a primeira presidente da ABEn, Kenneth Courtney, representante da Organização Mundial de Saúde (OMS); e Luiz de Abreu Moreira, secretário geral do IBGE. ⁽²³⁾

O estudo “Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem” foi a primeira pesquisa em âmbito nacional no campo da enfermagem realizada no País, para formar uma base de dados e inclusive com a definição de extrema importância dos avanços do SESP no país em relação à Saúde Pública e à formação de enfermeiras. Tais dados serviriam para o planejamento efetivo da enfermagem e ajudariam a fundamentar os argumentos para discutir com legisladores, governantes e as próprias enfermeiras.

O Boletim continua afirmando o SESP como estimulador da Saúde Pública, ao publicar como reportagens de capa “XXII Reunião do Conselho Executivo da OMS III Conferência técnica de saúde pública da América Latina e Estados Unidos Dia Mundial da Saúde -7 de abril” relata a conclusão do curso de auxiliares de enfermagem por uma turma da Escola de Enfermagem Hugo Werneck de Belo Horizonte. ⁽²³⁾

Na mesma edição, anuncia Maria de Lourdes Rodrigues foi designada pelo Diretor do Departamento de Técnica de Saúde Pública da Faculdade de Higiene de São Paulo, como Chefe do Serviço de Visitação do Centro de Saúde da mesma faculdade. A enfermeira do SESP já servia na faculdade devido a um acordo entre ambas as instituições. ⁽²³⁾

“Problemas de Enfermagem no Brasil – Conferência da Enfermeira Hermengarda de Faria Alvim” é o título do artigo que relata a conferência realizada, a convite do Rotary Clube do Rio de Janeiro, no Tênis Clube pela então, Chefe de Seção de Enfermagem do SESP. Para o SESP era possível ter uma real visão da situação da enfermagem no país, tanto do ponto de

vista de mercado de trabalho como de demanda e necessidades de formação.⁽²³⁾

Na coluna “Enfermagem” comenta-se a comemoração ao Primeiro Centenário de Fundação da Beneficência Portuguesa, onde em Santos ocorreu a Primeira Jornada Médica Cirúrgica com a apresentação por Marina de Andrade Resende, Diretora da Divisão de Enfermagem do SESP, seu trabalho intitulado ‘Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil’.⁽²³⁾

A enfermagem em âmbito nacional era muito discutida, como visto, não só pela ABEn como pelo SESP, assim com essa panorâmica visão, foi possível redesenhar as estratégias para a enfermagem no País. Não apenas bolsas de estudos para auxiliares de enfermagem ou enfermeiros eram concedidos pelo SESP, o Boletim anunciava como “Regresso de Bolsista” o engenheiro José Araújo de Oliveira Santos, pertencente a Diretoria Regional do Maranhão, regressou dos Estados Unidos, onde esteve por intermédio da bolsa de estudos concedida pela International Cooperation Administration.⁽²⁴⁾

O Boletim informava sobre o “I Seminário didático sobre integração dos aspectos sociais e de saúde nos currículos de Escolas de Enfermagem”. Afirma que a ABEn realizou esse seminário e o SESP foi representado por Marina de Andrade Resende, Assistente Técnico; Ida Vieira de Lira e Isabel dos Santos, respectivamente Vice-Diretora e Professora de Saúde Pública da Escola de enfermagem de Recife e a professora Simone Fomm Rivera. Logo em seguida há um texto em referencia ao aniversário de um século de fundação da Primeira Escola de Enfermagem, fundada no hospital de St. Thomas, em Londres, por Florence Nightingale, intitulado “Ano Florence Nightingale” que refere:⁽²⁵⁾

O sistema Nightingale só foi introduzido no Brasil em 1923, quando com a iniciativa do sanitarista Carlos Chagas e o financiamento da Fundação Rockefeller, foi aberta a Escola Ana Neri. Funcionam hoje 39 Escolas de Enfermagem em todo o Brasil, que comemora o centenário da primeira escola de alto padrão, denominando 1960, o Ano Florence Nightingale (Boletim do SESP, 1960, 3:4.)

Na época, ainda era desconhecido o funcionamento, de uma escola no Hospital Samaritano de São Paulo, que também utilizava o Sistema Nightingale desde 1896, assim acreditava-se que a Ana Neri foi a primeira escola a utilizar esse sistema no Brasil. Em 1959 de Escola de Enfermagem do Hospital Samaritano recebeu o nome de Lauriston Job Lane. ⁽²⁷⁾

3.5 FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FMUSP

A Fundação Rockefeller desempenhou um papel fundamental entre 1916 e 1931 na organização da vida científica e acadêmica da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo FMUSP, antiga Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, desde a definição do modelo de ensino e pesquisa até a infra-estrutura física e laboratorial. ⁽¹³⁾

Com recursos e orientações da Fundação, foi possível a Faculdade de Medicina conceber e construir um dos mais modernos centros de ensino de medicina da época. ⁽¹³⁾ Com pontos bem característicos, o modelo de universidade de elite introduzido no Brasil pela Fundação Rockefeller firmava-se na limitação do número de estudantes; regime de tempo integral de aulas - principalmente para disciplinas básicas; intensificados trabalhos em laboratórios, organização departamental das disciplinas e a vinculação do ensino clínico a um hospital – escola, correspondente às recomendações do Relatório Flexner, publicado nos Estados Unidos em 1910. ^(12,13)

Em 1918, quando a Fundação Rockefeller estabeleceu os primeiros acordos com a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, o Estado dispunha de poder econômico, de uma elite intelectual e base científica, consolidada pelo status de polo produtor e exportador de café. ⁽¹³⁾ A escolha por essa Faculdade para obter o apoio da Fundação justificou-se pelo Relatório Rose, de 1915, que aponta a tradição brasileira no campo de pesquisa bacteriológica, a tradição sanitaria e as escolas formadas por Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, e Emílio Ribas e Adolpho Lutz, em São Paulo. ⁽¹³⁾

Foram estabelecidos os primeiros contatos entre a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo e a Fundação Rockefeller a partir de correspondência enviada por Arnaldo Vieira de Carvalho em 24 de novembro de 1916. O prédio da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo localizado na avenida Dr. Arnaldo, antiga Av. Municipal, resultou da atuação de um grupo de professores e do apoio da Fundação Rockefeller. ⁽¹³⁾

O lançamento da pedra fundamental da Faculdade de Medicina, deu-se em 25 de janeiro de 1920, por Arnaldo Augusto Vieira de Carvalho, porém a construção somente foi iniciada em 1928, com projeto arquitetônico dos professores Ernesto de Souza Campos, Benedito Augusto de Freitas Montenegro e Luiz Manoel de Rezende Puech, tendo como representante da Fundação Rockefeller, Richard Pearce. ⁽¹²⁾

A participação dos membros da Faculdade de Medicina e com o crescimento do espírito universitário dentro da Universidade de São Paulo em sua formação, percebe-se através do tempo a atuação entre outros de Benedito Augusto de Freitas Montenegro, membro do primeiro Conselho Universitário, diretor da Faculdade de Farmácia e Odontologia, com decisiva atuação na criação da Escola de Enfermagem; Geraldo Horácio de Paula Souza, fundador do Instituto de Higiene, hoje Faculdade de Saúde Pública e Carlos da Silva Lacaz, fundador do Instituto de Medicina Tropical. ⁽¹²⁾

Geraldo Horácio de Paula Souza foi o responsável pela construção do Instituto de Higiene, inicialmente vinculado à Faculdade de Medicina, hoje Faculdade de Saúde Pública (Decreto-lei nº 14.857, de 10 de julho de 1945). ⁽¹²⁾ Criada em 1942, durante vários anos a Faculdade de Medicina abrigou a Escola de Enfermagem, até que esta se tornou uma unidade autônoma da USP pelo Decreto Estadual nº 42.809/63). Por outro lado, criada pelo Silvío Maya, em 1912 e mantida pelo Raul Briquet, a Escola de Obstetrícia anexa à Clínica Obstétrica da Faculdade de Medicina, foi em 1971 incorporada à Escola de Enfermagem pela Portaria GR nº 1.398/71. ⁽¹²⁾

O governo do Estado de São Paulo, no dia seguinte ao lançamento da pedra fundamental da nova Faculdade de Medicina, firmou o compromisso de construir o Hospital das Clínicas - HC, para complementar o

ensino desta Faculdade. Em 10 de outubro de 1938 teve início a construção do prédio central do HC, e sua inauguração, em 20 de abril de 1944, na interventoria de Fernando Costa, sendo o diretor da Faculdade de Medicina Benedito Montenegro. O HC permitiu consolidar as atividades de ensino que até a década de 40 eram realizadas na Santa Casa de Misericórdia, tendo sido nomeado “Adhemar Pereira de Barros”, através da Lei nº 2.457, de 29 de outubro de 1980 ^(12,13).

Foi instalado em 4.600 metros quadrados de área construída, o Instituto Central possui 11 andares, 1.200 leitos divididos em 207 enfermarias, 17 salas cirúrgicas, 106 quartos de um a dois leitos, 125 conjuntos sanitários e 600 outras dependências. ⁽¹³⁾ Diretamente subordinado à Faculdade de Medicina, sendo o diretor desta o presidente de seu Conselho Administrativo, o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - HC constituiu-se num marco fundamental no desenvolvimento da medicina brasileira. ⁽¹²⁾

Com a ampliação do atendimento hospitalar houve a necessidade da criação da Escola de Enfermagem, o que realizou-se em 1942, através do Decreto nº 13.040, 31/10/1942. Funcionou em instalações anexas a Faculdade de Medicina até 1947 quando foi concluído o seu prédio próprio. ⁽¹³⁾ Com o Decreto nº 42.809/63, em dezembro, Escola de Enfermagem adquiriu uma nova personalidade jurídica, tornando-se uma unidade autônoma na estrutura da Universidade de São Paulo. ⁽¹³⁾

3.6 SESP E A FUNDAÇÃO DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Com um intenso movimento pela ampliação do número de enfermeiras e pela profissionalização da enfermagem nas Américas, no início da década de 1940, como mostrado pelas matérias no *Boletim da Oficina Sanitária Pan-Americana*, a própria Oficina criou em 1942 um programa de assessoria em enfermagem para os governos latino-

americanos. O IAIA através do SESP, implementou o programa de cooperação sanitária no Brasil. ⁽⁹⁾

A guerra e a crescente expansão dos sistemas de saúde aumentavam a demanda por enfermeiras. No Brasil, segundo a Oficina Sanitária, menos de 450 profissionais exerciam a enfermagem, em 1944, e as autoridades reconheciam que essa carência era um obstáculo para a expansão do sistema de saúde, política do primeiro governo Vargas ⁽⁹⁾.

O Segundo Congresso Nacional de Enfermeiras Brasileiras apresentou o lema “Aumentar o número de enfermeiras diplomadas é cooperar com o movimento mundial de saúde” e obteve-se como resolução deste encontro a declaração de que “a extrema deficiência de enfermeiras em todo o país impede o necessário desenvolvimento dos serviços sanitários e médico-sociais”. ⁽⁹⁾

Deste esforço para ampliar o número de enfermeiras diplomadas nas Américas houve a criação de escolas profissionais “de alto padrão”, sendo 12 novas escolas nos países latino-americanos entre março de 1940 e 1944⁽⁹⁾. Dentre elas, duas no Brasil, a Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (1942) e a Escola de Enfermagem do Estado do Rio de Janeiro (1944), em Niterói (atual Escola de Enfermagem Aurora Costa, incorporada posteriormente à Universidade Federal Fluminense), ambas do Programa de Enfermagem do Serviço Especial de Saúde Pública ⁽⁹⁾.

Assim, o SESP qualificou profissionais de nível primário como guardas sanitários, enfermeiras auxiliares e visitadoras sanitárias; de nível médio e universitário. Quando iniciou esse trabalho, acreditava-se que a única escola do sistema Nightingale no Brasil era a Ana Neri que fora fundada no Rio de Janeiro em 1923, com o apoio da Fundação Rockefeller. Como já mencionado, Carrijo afirma que a primeira Escola Nightingaleana do Brasil foi fundada em 1896, como a Escola de Enfermagem do Hospital Samaritano que em 1959 recebeu o nome de Escola de Enfermagem Lauriston Job Lane. ⁽²⁷⁾

O SESP criou novas escolas em Manaus, Belém, São Paulo e Niterói, ofereceu cooperação técnica e financeira como a Escola de

Enfermagem da Bahia, Goiânia, Carlos Chagas em Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife, as escolas católicas de todo o país, além de conceder bolsas de estudos, tradução, publicação de literatura especializada e oferta de cursos de inglês para enfermeiras ⁽²⁸⁾.

No caso específico da Escola de Enfermagem de São Paulo, em 31 maio 1950 a diretora Edith de Magalhães Fraenkel, lista o nome de 5 bolsistas da Fundação Kellogg em correspondência para Maria Rosa Sousa Pinheiro, para realizarem seus estudos de enfermagem no exterior ⁽²⁹⁾. Em 8 de março de 1954, diretora do SESP, apresenta uma nova lista de bolsistas que retornaram para São Paulo e como em todos os acordos de bolsas, os estudantes se comprometem a retornar a cidade de origem para exercer a enfermagem e disseminar o conhecimento ⁽³⁰⁾.

Os investimentos não se limitavam a bolsas de estudos, o IAIA também ofereceu cursos de inglês para as estudantes de enfermagem da Universidade de São Paulo, devido ao grande número de livros técnicos ainda sem a tradução e para que fosse possível a posterior concessão de bolsa de estudos para pós-graduação em universidades americanas ou canadenses, no intuito de formar novas docentes, tanto para a Escola de Enfermagem de São Paulo como para novas outras escolas ⁽²⁸⁾. Antes da fundação da Escola, havia sido previsto o investimento na criação do curso de pós-graduação, desde 1937, para que essas enfermeiras pudessem não apenas administrar os serviços de saúde do país, mas também para formar novos profissionais em novas escolas. ⁽⁹⁾

Esse projeto já fora encaminhado pelo MES por ocasião da primeira reforma Capanema (1937) e apoiado por outras agências internacionais e nacionais, como a Fundação Rockefeller, a Oficina Sanitária Pan-Americana, o Conselho Internacional de Enfermeiras (CIE) e a Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED). (Souza-Campos, 1954)

O relatório do SESP à fundação Rockefeller “Completion Agreement for Sub-Project NT-SPA-60m. Construction of a Nurse School and Residence at the School of Nursing of the University of São Paulo Brazil” afirma ⁽³¹⁾:

A Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo foi criada a 31 de outubro de 1942, pelo Decreto-lei estadual 13.040, já integrada à Universidade de São Paulo (USP), ao Hospital das Clínicas e à Escola de Medicina. Sua finalidade era preparar enfermeiras para os serviços de saúde pública e hospitalar e habilitar os diplomados por escolas estrangeiras (Completion Agreement for Sub-Project NT-SPA-60m, 1950, p. 5).

O decreto de criação assegurava sua autonomia dentro da jurisdição da Faculdade, regulamentava o curso superior com três anos de duração e cursos de pós-graduação, estabelecia o elenco de disciplinas e sua seriação, bem como a obrigatoriedade dos estágios no Hospital das Clínicas e no distrito sanitário do Instituto de Higiene ⁽⁹⁾. Os requisitos para a admissão ao curso – diploma de Escola Normal, ou equiparada ou certificado de conclusão do curso ginasial, idade entre 18 e 35 anos, e atestado de idoneidade moral. As candidatas devem passar por um exame de saúde, serem solteiras, viúvas ou separadas com comprovação. ⁽⁹⁾

“O currículo seguia o padrão para escolas de enfermagem, retirado do livro *A Curriculum Guide for School of Nursing*, editado em New York em 1937 e referendado pelo Conselho Internacional de Enfermeiras” (Souza-Campos, 1954)

A Faculdade de Medicina mostrou-se interessada no curso de enfermagem de nível superior da Universidade de São Paulo, pela possibilidade de ampliar a enfermagem em número e qualificação. “Vários grandes hospitais do Brasil não dispõem de enfermeiras”. ⁽³¹⁾ Havia uma grande escassez de profissionais “num país como o nosso, com 43 milhões de habitantes, existem menos de mil enfermeiras diplomadas”. ⁽³²⁾

Nomeada diretora, em dezembro de 1942, Edith de Magalhães Fraenkel, assumiu o cargo no dia 02 de janeiro de 1943, após mais de um ano de trabalho preparatório junto à futura entidade e ao Hospital das Clínicas. Sua administração, entre 1941 a 1955, foi seguida pela diretora Maria Rosa Sousa Pinheiro que fez o Curso de Educadores Sanitários, na Faculdade de Higiene e Saúde Pública, da USP, graduou-se pela Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, da mesma universidade, com o grau de Bacharel em Letras Estrangeiras e foi bolsista da Fundação Rockefeller na Escola de Enfermagem da Universidade de Toronto.

A Escola de São Paulo nasceu diferenciada: além de integrada à USP, sua criação desdobrou-se na construção de um prédio próprio, planejado e financiado em 55% pelo SESP. O Governo do Estado contribuiu com 44% do investimento e assumiu a responsabilidade financeira e administrativa da Escola, organizando o corpo docente e assegurando continuidade e eficiência de acordo com os padrões internacionais. À Fundação Rockefeller coube assessorar a elaboração do currículo e contribuir com um subsídio de 1% para a compra do equipamento de laboratório. (Souza-Campos, 1954)

O prédio próprio com as salas de aula, laboratório, residência para as estudantes e a vinculação com a Universidade eram recomendações do CIE, para que a escola fosse reconhecida como de padrão Nigthingale. Pioneira desde sua criação, a Escola de Enfermagem de São Paulo em 1947 sediou o Primeiro Congresso Nacional de Enfermagem e em 1959 os dois primeiros cursos de pós-graduação *latu sensu*: Administração de Serviços de Enfermagem e Pedagogia e Didática Aplicada à Enfermagem. Muitas brasileiras foram enviadas para realizar cursos e estágios nos Estados Unidos e recebia estudantes latino-americanas em busca de uma boa formação. ⁽³³⁾

Projetado como escola e residência para 182 discentes, instrutoras, inspetoras e a diretora, foi sediado à Avenida Adhemar de Barros, próximo à Faculdade de Medicina e ao Hospital das Clínicas, garantindo assim acesso fácil para os estágios supervisionados. Abrigava lavanderia, auditório, sala de recreação, cozinha e refeitório, salas de aula, biblioteca, escritórios e sala de reuniões. Foi nomeado um comitê para planejar o projeto e supervisionar a execução, indicados pelo diretor da faculdade de Medicina e pelo SESP, entre eles, Edith de Magalhães Fraenkel.

A construção foi marcada por conflitos em torno do custo do projeto entre o SESP e a firma de engenharia comissionada, o que determinou no rompimento do contrato e atraso da obra, entregue em outubro de 1947, depois de aumentado o investimento anteriormente orçado ⁽⁹⁾.

Na inauguração encontravam-se Adhemar de Barros, governador do Estado; Clemente Mariani, ministro da Educação e Saúde, Eugene Campell do IAIA e Marcolino Candeau, do SESP. ⁽³²⁾

Apesar da obrigação do SESP perante o acordo terminar com a entrega da obra, a entidade continuou com concessão de bolsas e subsídios para estudantes de outras regiões do país. ⁽³²⁾ Essa contribuição era fundamental, pois as despesas com o curso, matrícula, enxoval, material didático e emissão do diploma eram muito altas. ⁽⁹⁾

Das 30 bolsas oferecidas para a primeira turma, 9 foram canceladas por abandono, taxa essa que manteve-se sempre alta, sendo 14% em 1944, 42% em 1947, 33% em 1948 e 37,5 em 1949, tendo, como razão mais comum a falta de aproveitamento nas constantes avaliações, principalmente no “período vocacional”, correspondente ao primeiro semestre ⁽³⁴⁾. Outra razão de abandono era o casamento por acreditar que com famílias constituídas, as discentes não poderiam dedicar-se plenamente a profissão. Formou-se em dezembro de 1946 a primeira turma da Escola de Enfermagem de São Paulo: “Amália Corrêa de Carvalho; Carmem Alves Seixas; Clélia Mainardi; Dinah Alves Coelho; Elizabeth Barcellos; Eulina Bastos; Filomena Chiarello; Maria Conceição Leite Aranha; Maria José de Almeida Leite; Marília de Dirceu Cunha; Maria Salomé Coura; Maria Silvana Teixeira; Nahyda de Almeida Velloso; Ophélia Ribeiro; Zaira Bittencourt e Zuleika Kammebley”. Receberam o diploma em 25 de janeiro de 1947, sendo a paraninfa a Diretora Edith Magalhães Fraenkel ⁽³⁴⁾.

4. PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa foi desenvolvida utilizando o método qualitativo, descritivo, documental-bibliográfico que caracteriza a pesquisa em história. A pesquisa voltada para os estudos históricos tem como interesse compreender o passado através da coleta, organização e avaliação crítica de fatos, para lançar luz ao passado, compreender o presente e planejar melhor o futuro. O método histórico requer que o fenômeno de interesse seja um fenômeno do passado que possa ser circunscrito para permitir a distinção de outros acontecimentos.⁽³⁵⁾

Como destacado na introdução, a garantia da memória da profissão de enfermagem e da EEUSP, através da análise de diversas fontes encontradas sobre o processo de desanexação da EEUSP, desvelam os interesses originais da pesquisa ora apresentada como dissertação de mestrado.

Contudo, segundo a classificação de Kossoy⁽³⁶⁾, o presente estudo se utilizou das fontes escritas e iconográficas. As fontes escritas dividem-se em manuscritas e impressas. Entendem-se como fontes escritas utilizadas neste estudo as Atas das reuniões dos Conselhos da Faculdade de Medicina, da Escola de Enfermagem e da Universidade de São Paulo, relatórios da Escola de Enfermagem, do SESP e do Centro Acadêmico XXI de outubro. Como fontes impressas foram utilizadas os Boletins do SESP, O Bisturi, os periódicos Revista Médico-Social e diversos livros. Como fontes iconográficas foram utilizadas as imagens encontradas nos diversos acervos pesquisados e algumas produzidas dos documentos encontrados.

4.2 TRABALHO COM AS FONTES DE PESQUISA

O levantamento bibliográfico foi realizado junto à: Biblioteca Wanda de Aguiar Horta da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (EEUSP); Biblioteca Florestan Fernandes da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP); a Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FD-USP); Instituto de Estudos Brasileiros (IEB - USP). Nestes acervos foram encontradas várias obras que tratavam sobre a história da Universidade de São Paulo – USP e algumas sobre a enfermagem no Brasil.

Os exemplares do “Boletim do SESP” foram encontrados no acervo da Biblioteca Centro de Informação e Referência (CIR) da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP-USP) e a Biblioteca da Casa de Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Nestes acervos foi possível encontrar diversos periódicos do Boletim do SESP, uma publicação importante e raramente utilizada no âmbito da pesquisa em História da Enfermagem, permitiu o reconhecimento de aspectos como o desenvolvimento da enfermagem no Brasil, criação de novas escolas, obras de saneamento básico e as campanhas de saúde pública.

Imagens fotográficas foram levantadas junto ao Centro Histórico Cultural da Enfermagem Ibero-Americana – CHCEIA/EEUSP, a Casa de Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) Arquivo do Público do Estado de São Paulo, O Museu Histórico “prof. Carlos da Silva Lacaz” da Faculdade de Medicina da USP e nos livros Carvalho, AC. Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo – resumo histórico 1942-1980 e Souza-Campos, E. História da Universidade de São Paulo. Estas imagens fotográficas não foram usadas ou analisadas com o rigor da pesquisa centrada no documento fotográfico, porém, a tentativa não foi apresentar a imagem fotográfica como ilustração. Buscamos, todavia, inseri-las no debate com a pesquisa bibliográfica.

Durante a pesquisa, foram analisadas correspondências como as cartas de Miss Tennant e Sr. Sopper da Fundação Rockefeller, constantes

no Acervo do Museu Histórico Professor Carlos da Silva Lacaz da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), assim como os boletins do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz “O Bisturi”, produzido por alunos da FMUSP e que apresentam os relatos do cotidiano de modo singular, bem como as edições da Revista Médico-Social que informavam, grosso modo, sobre o desenvolvimento das ciências da saúde, tanto apresentava pesquisas dos aspectos médicos, técnicas novas e novas propedêuticas e patologias, como um apanhado sobre as questões da enfermagem e um pouco de nutrição e assistência social.

Do acervo da Casa de Oswaldo Cruz, Departamento de Arquivo e Documentação (Fiocruz) encontrou-se alguns documentos e relatórios da Fundação Rockefeller sobre a criação da Escola de Enfermagem de São Paulo. Estes relatórios foram importantes para dimensionar a rotina e algumas facilidades e dificuldades, financeiras e estruturais da escola anexada.

Analisaram-se as Atas do Conselho Técnico e Administrativo Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP) e da Congregação da mesma instituição, assim como também as Atas da Associação Brasileira de Enfermagem, Seção de São Paulo (ABEn - SP), Conselho Técnico Acadêmico da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (EEUSP) e no arquivo da Reitoria, as ATAS do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo (CO-USP).

4.3 ABORDAGEM MICRO-HISTÓRICA: O MÉTODO DE ANÁLISE

A micro história, uma vertente da História Nova, inspirou a análise dos dados coletados em relação ao processo de desanexação da Escola de Enfermagem. A História nova, através da micro história, possibilitou uma releitura de documentos oficiais, “rompendo com a antiga idéia que dotava os textos e as obras de um sentido intrínseco, absoluto, único” ⁽³⁷⁾

possibilitando a análise de documentos não-oficiais e fotografias, por exemplo.

O procedimento largamente amparado por esta metodologia pretende uma história escrita de modo oposto ao paradigma tradicional, como uma nova abordagem sobre o passado. O contraste entre a antiga e nova história pode ser descrito sucintamente em alguns pontos. A história tradicional diz respeito à política, ao Estado. Tratava de assuntos nacionais e internacionais em detrimento dos assuntos regionais. A Nova história interessa-se por toda a atividade humana, pois tudo provém de uma história que a origina, de um passado. ⁽³⁸⁾

Enquanto a história tradicional trata a narrativa dos acontecimentos, a nova história preocupa-se com a análise das estruturas. Assim, como a história tradicional é objetiva e factual; e refere-se à visão de cima, dos grandes feitos, dos vencedores, dos feitos coletivos e em documentos oficiais; a história nova por sua vez fala de pessoas comuns, de histórias comuns, a história dos “perdedores”, das histórias individuais e faz uma nova leitura sobre os documentos oficiais. ⁽³⁸⁾

Com os historiadores italianos Carlos Ginzburg e Giovanni Levi e o francês Le Roy Ladurie, a micro história fortalece-se como um gênero histórico importante no ocidente. Caracterizado como redução da escala de observação do historiador o método proposto pela micro-história narra a história na brevidade dos acontecimentos. Antes de se apoiar na história de pessoas comuns, como objeto de interesse, se apóia em fontes escritas no cotidiano, fruto das ações do dia a dia para criar a narrativa histórica e “extrair de fatos aparentemente corriqueiros uma dimensão sociocultural relevante”. ⁽³⁹⁾

A micro história, desde 1970, permite um novo olhar sobre o passado, através de fatos cotidianos de “pouca relevância” que ao entrelaçarem-se em seus diversos âmbitos, nos possibilita construir uma conjectura sobre os possíveis motivos determinantes de algum fato. Apresenta-se como a busca de uma “descrição mais realista do comportamento humano”. O historiador preocupa-se com a pluralidade das interpretações possíveis, das ambigüidades simbólicas e recursos simbólicos e materiais. “O princípio unificador de toda pesquisa micro histórica é a crença em que a observação microscópica revelará fatores previamente não observados”. (Levi, 1992 p. 135) ⁽⁴⁰⁾

O historiador tradicional fazia do homem público o herói e ator da única história que merecia ser contada, a grande história dos Estados, das economias e das sociedades vitoriosas. “O privado uma experiência de nosso tempo” indicam os estudiosos que trabalham com a micro história ⁽⁴¹⁾.

A escolha da história do indivíduo não é contraditória ao social, ela torna possível uma abordagem diferente com a multiplicidade de tempos, espaços e relações sociais deste indivíduo que contrasta com a unilateralidade dos dados arquivísticos. A “reconstrução do vivido” possibilita encontrá-lo em contextos sociais diversos. Para Revel ⁽⁴²⁾, a escolha pela análise micro social é a mais esclarecedora por ser a mais complexa, ao estudar um indivíduo é possível analisá-lo em todos os aspectos de sua vida, nos diversos núcleos e cenários de sua inserção e assim, a partir do indivíduo obtém-se uma visão do coletivo, da sociedade. ⁽⁴²⁾

Assim, a micro-história fala de pessoas simples, de vidas simples, mas como considerar as líderes da enfermagem alguém, de vida simples, como não lê-las como figuras ilustres no âmbito em que pertenciam? Há que se ressaltar que a análise micro-história, por se aproximar da antropologia, não valoriza o simples, mas o identifica no cotidiano em várias vertentes sociais, formas de vida, culturas distintas, como em várias profissões. Em foco uma pequena cena: o cotidiano da Escola de Enfermagem de São Paulo anexa a Faculdade de Medicina da USP, a relação entre os discentes, docentes e sua posterior desanexação.

Para tanto, este estudo utiliza-se da micro-história para perscrutar documentos de pessoas com nomes desconhecidos do grande público da enfermagem na atualidade, mas que desempenharam um papel relevante para a enfermagem brasileira e a partir da Escola de Enfermagem de São Paulo. “Se não como indivíduos, esses homens e mulheres são os principais atores da história. O que realizam e pensam faz a diferença. Pode mudar, e mudou, a cultura e o perfil da história, e mais do que nunca no século XX.” ⁽⁴³⁾

Ao analisar documentos não oficiais, como *O Bisturi*, folheto informativo de membros do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz da Faculdade

de Medicina da USP, é possível identificar como os estudantes de medicina apresentavam suas percepções a respeito da nova escola de enfermagem. São destas percepções menos nítidas que se serve o método histórico fundado na micro-história, “... uma abordagem que privilegia os fenômenos marginais, (...) mas cujo estudo intensivo revela problemas de ordem mais geral, que põem em causa ideias feitas sobre determinadas épocas” ⁽⁴⁴⁾

Revel define micro historia como a tentativa de estudar o social, não como um objeto investido de propriedades inerentes, mas como um conjunto de inter-relacionamentos deslocados existentes entre configurações constantemente em adaptação. (...) ‘Por que tornar as coisas simples, quando se pode complicá-las?’ É o lema que Revel sugere para o micro história” ⁽⁴⁰⁾

4.4 ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS:

O aspecto legal da pesquisa seguiu os requisitos da Resolução do Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde n. 196/1996, ou seja, o presente projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da USP e foi aprovado em 17/03/09 sob o Protocolo nº 805/2009/CEP-EEUSP.

5. RESULTADOS

5.1 AMERICANIZAÇÃO

5.1.1 Universidade de São Paulo: as origens do ensino da enfermagem

Com amplo apoio da elite intelectual, política e econômica paulista, a Universidade de São Paulo foi criada pelo Decreto nº 6233, de 25 de janeiro de 1934. Incorporou as escolas superiores e os institutos de pesquisa mantidos pelo Estado. Além da Faculdade de Medicina, foram incorporadas a Escola Politécnica, a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, a Escola de Farmácia e Odontologia, de Medicina Veterinária, o Instituto Butantã, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas, o Museu Paulista além da Faculdade de Direito, mantida pelo Governo Federal.⁽¹³⁾

A segunda sessão do Conselho Universitário, que celebrou a posse do primeiro reitor da Universidade, ocorreu no salão nobre da Faculdade de Medicina, em 06 de junho de 1934, onde na semana anterior ocorreu a primeira Congregação desta faculdade.⁽¹³⁾

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras funcionou até 1937 nas instalações da Faculdade de Medicina. A presença destes novos estudantes e a construção de uma torre anexa ao prédio central, para abrigar os assessores estrangeiros e seus laboratórios causou descontentamento aos estudantes de medicina.⁽¹³⁾

Com a série de protestos dos estudantes de medicina a torre foi derrubada e alugou-se um casarão para as instalações da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. O incidente provocou a demissão de ambos os diretores, João Aguiar Pupo da Faculdade de Medicina e Antonio de Almeida Prado, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras⁽¹³⁾.

No dia seguinte ao lançamento da pedra fundamental da nova Faculdade de Medicina, 25 de janeiro de 1928, o governo do Estado de

São Paulo, firmou o compromisso de construir o Hospital das Clínicas - HC para complementar o ensino desta Faculdade.

Figura 2: Imagem fotográfica do lançamento Pedra Fundamental da Construção do Hospital das Clínicas pelo Interventor Adhemar de Barros. Fonte: Acervo iconográfico do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Em sessão 115º do Conselho Universitário, é possível ver o pedido de agradecimento de Spence Vandrê em relação ao lançamento da construção do Hospital das Clínicas: ⁽⁴⁵⁾

...que a Reitoria seja incumbida de oficiar à Diretoria da Faculdade de Medicina, congratulando-se com a mesma pelo lançamento da pedra fundamental do Hospital das Clínicas, que constituirá uma grande conquista para a universidade e para a cultura brasileira, manifestando-se igualmente ao governo do Estado na pessoa de seu Interventor Federal e sobre tudo ao Secretário de Educação e Saúde. Publica o grande apreço que esta iniciativa mereceu do Conselho. (Ata do Conselho Universitário, 1938).

A construção do prédio central teve início a 10 de outubro de 1938 do HC, e sua inauguração, em 20 de abril de 1944, durante a interventoria de Fernando Costa, sendo diretor da Faculdade de Medicina, Benedito Montenegro, o que permitiu consolidar as atividades de ensino que até a década de 40 eram realizadas na Santa Casa de Misericórdia.

Figura 3: Imagem fotográfica do Intervenor Adhemar de Barros em vistoria na Construção do Hospital das Clínicas. Fonte: Acervo iconográfico do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Na época, foi Instalado em 4.600 metros quadrados de área construída o Instituto Central, que possuía 11 andares, 1.200 leitos divididos em 207 enfermarias, 17 salas cirúrgicas, 106 quartos de um a dois leitos, 125 conjuntos sanitários e 600 outras dependências ⁽¹³⁾. Diretamente subordinado a Faculdade de Medicina, ao diretor da Faculdade o ao presidente de seu Conselho Administrativo, o Hospital das Clinicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - HC constituiu-se num marco fundamental no desenvolvimento da medicina brasileira. ⁽¹²⁾

Figura 4: Imagem fotográfica do Interventor Adhemar de Barros na inauguração do Hospital das Clínicas. Fonte: Acervo icnográfico do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Através da Lei nº 2.457, de 29 de outubro de 1980, o hospital passou a receber o atual nome Hospital de Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo “Adhemar Pereira de Barros”. ^(12,13)

5.1.2 Antecedentes da Criação da Escola de Enfermagem de São Paulo: a Necessidade de Enfermeiros

No pós-1930 em vários países evidenciou-se a grande demanda por profissionais de enfermagem, demanda essa cada vez mais crescente nas décadas seguintes, em específico durante a Segunda Guerra Mundial. Comprova-se essa necessidade de enfermeiros por um artigo, sem autoria apresentada, sobre a “Enfermagem e guerra”, que referia um artigo da revista “A Grã-Bretanha de hoje”, intitulado “Enfermagem em tempo de guerra” ⁽⁴⁶⁾. O articulista afirma que Londres é a Meca da Enfermagem e destaca que um médico londrino afirmou “que são as enfermeiras britânicas

as grandes heroínas da guerra atual.” O artigo continua afirmando que a obrigatoriedade é contraproducente no serviço de alistamento de enfermagem, tanto nos tempos de guerra como em tempos de paz. O articulista do referido artigo inglês aponta as ações de uma enfermeira-mór dos hospitais ingleses, e termina: “As enfermeiras nascem, não se fazem. Se se obriga alguém que não tenha jeito ou não goste do trabalho, a seguir a enfermagem, são os doentes que sofrem”.⁽⁴⁶⁾

No Brasil não foi diferente. O artigo intitulado “Escolas de Enfermagem” afirmou que com as campanhas contra a Tuberculose, serviços especializados contra o câncer e a “lepra”, o desenvolvimento da puericultura, ampliação da rede hospitalar brasileira e a criação de um sistema de “postos sanitários” houve um grande aumento de demanda, e que não era mais possível continuar com um quadro tão pequeno de profissionais de enfermagem, restringindo as ações e instalações de saúde, trabalhos essenciais, pela falta de mão obra especializada. Aponta a indagação do Ministro Capanema sobre como fazer todos os avanços necessários à saúde com pouco mais de mil enfermeiras em todo o país. Acentua que para atender às necessidades era preciso vinte mil enfermeiros formados, ou seja, “uma rede de escolas de enfermagem por todo o país”⁽⁴⁷⁾.

Dorothy Roger Williams, diretora de enfermagem do *Red Cross Chapter, Cleveland*, assina um artigo intitulado o “Futuro do serviço de enfermagem” no qual afirmou que terá a coragem de fazer algumas previsões sobre o serviço de enfermagem nos anos pós-guerra utilizando-se dos progressos dos últimos anos. Afirmou que os “serviços de enfermeiras formadas serão tão necessários aos hospitais como antes da guerra, quando havia pessoal especializado”. Continua apontando que progressivamente o número de enfermeiras tem diminuído, e afirmou que “mesmo com 25 anos de experiência neste setor ainda não conseguiram resolver as crises periódicas da classe, crise que se manifesta pela instabilidade numérica deste grupo profissional”, que por questões de salários justos, falta de promoções e status sociais as enfermeiras hospitalares logo perdiam o interesse pela profissão. Frequentemente se ouvia a enfermeira dizer que seu trabalho era somente administrativo, “a tarefa mais importante da

profissão é, na verdade, a enfermagem direta, de leito, aquela que se ocupa apenas com o nosso semelhante doente”. A autora referiu em seu artigo que era necessário encontrar a solução para esse grave problema de falta de pessoal, porque é crucial a enfermeira para o hospital, pois os doentes graves devem dispor de enfermagem hábil e permanente. No passado pessoas de posses tinham esse direito garantido pela contratação particular, quem não tinha essas condições, preocupava a enfermeira chefe, que tinha de atendê-las de alguma maneira ⁽⁴⁸⁾.

“Estes anos de guerra tem sido férteis em ensinamentos, no campo da enfermagem”, pontuava Dorothy Roger Williams. Com o aumento de demanda os hospitais aceitaram o serviço sem capacitação, de colaboração de moças de boa-vontade. Estas se adaptaram rapidamente as novas funções “com curto período de instrução, mais rapidamente que as ajudantes e serventes do hospital.” Dorothy Roger Williams defende que essas moças devem continuar ajudando as enfermeiras nos hospitais e que a frequência não cairá, tende a aumentar. Mesmo sendo um serviço dos mais importantes, ainda é considerado que a “enfermagem de primeira ordem custa caro, (...) talvez seja conveniente separar a enfermagem propriamente dita do serviço de ensino da enfermagem.” ⁽⁴⁸⁾

Assim, a autora defendeu a necessidade de criar cursos mais práticos, técnicos de enfermagem, uma vez que a formação era custosa e demorada o que não comportava a crescente demanda. Por outro lado, aparentemente a procura pelo curso de enfermagem pelas jovens não era muito grande, como demonstra o artigo, de 1945, “Conceito de Enfermagem”, de autoria de Waleska Paixão, diretora da Escola de Enfermagem Carlos Chagas, de Belo Horizonte, que afirmou que existiam na época 8 escolas de enfermagem de alto padrão no país, das quais apenas 4 já tinham uma turma formada e ainda não somavam juntos 800 diplomadas, o que implicava na criação de novas escolas e melhoramento das atuais, pois, fazia-se necessário, segundo a articulista, “enfermeiras cultas, com capacidade pedagógica e administrativa, e isso não se improvisa.” ⁽⁴⁹⁾

Em seu estudo, continuou afirmando que se cada médico realizasse uma propaganda da profissão de enfermagem entre seus familiares e suas

relações, haveria um rápido aumento nas matrículas, o que justificaria a fundação de novas escolas. Afirmou ainda o crescente número de médicos que solicitam as enfermeiras recém-formadas, com propostas vantajosas, porém o número de formadas não é capaz de suprir a crescente demanda.⁽⁴⁹⁾

O artigo intitulado: “No Brasil há mais hospitais do que enfermeiras”.⁽⁷⁰⁾ afirmou que no Brasil de 1918 até 1955 as enfermeiras não eram suficientes para colocar uma profissional em cada hospital, já que havia apenas 4.046 e os hospitais e postos de assistência registrados em 1955 eram 4.425. Desequilíbrio este divulgado por Virginia Arnold, responsável pelo setor de enfermagem da Fundação Rockefeller, no momento de seu embarque de volta aos Estados Unidos após realizar uma pesquisa no Brasil para aplicação de novos auxílios ao ensino da enfermagem pela Fundação que representa.⁽⁷⁰⁾

As necessidades no Rio de Janeiro foram estudadas em outro artigo, intitulado “Necessidades da Enfermagem”, apresentado em Conferência na Sociedade Brasileira de Higiene, pela especialista americana, de Clara Curtis. Neste texto, a especialista afirmou que a enfermeira profissional entrou a 20 anos no Rio de Janeiro e que data deste a enfermagem no Brasil.⁽⁵¹⁾

A Escola Ana Neri, escola padrão, formou, desde sua primeira turma, em 1923, 461 enfermeiras. As escolas a ela equiparadas são: Escola Carlos Chagas, Belo Horizonte, com 70 diplomadas; Escola Luiza de Marillac, Rio, com 14 diplomadas; Escola Paulista, São Paulo, com 5 diplomadas. Estas escolas nos deram, portanto, 89 enfermeiras até a presente data. As outras escolas – a do Hospital das Clínicas de São Paulo, de alto padrão, e as duas recentemente criadas por decreto, uma em Niterói e outra no Distrito Federal, também de alto padrão – ainda não forneceram as suas primeiras turmas de enfermeiras. (Curtis, 1944)

5.1.3 Acordo e Criação da Escola de Enfermagem de São Paulo: O Projeto Enfermagem da Fundação Rockefeller

Uma das conseqüências do envolvimento dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial foi a reorientação de sua política externa para a América Latina. Nelson Rockefeller, por exemplo, liderou e patrocinou uma série de iniciativas no sentido de realizar essa aproximação, em termos políticos e culturais ^(1, 2, 3, 4,52).

Entre as instituições criadas com a finalidade de aproximação entre a América do Norte e a América do Sul, o Instituto de Assuntos Interamericanos (IAIA), promoveu programas de cooperação com países da América Latina com apoio a políticas de saúde e saneamento, através de investimentos em infra-estrutura e capacitação de profissionais. Uma das formas de promover esse apoio era percebida através das bolsas de estudos oferecidas para a formação de profissionais de saúde ^(1, 2, 3, 4,52).

Santos ⁽¹⁾ aponta um acordo assinado entre o Presidente Brasileiro, Getúlio Vargas e o Presidente norte-americano Franklin Roosevelt, em março de 1942 em Washington. Um vestígio comprobatório de tais relações é a Ata do CO ⁽⁵³⁾, na qual se lê uma homenagem prestada ao Presidente norte americano Franklin Delano Roosevelt, por ocasião de sua morte. Dentre um conjunto de trinta tratados de cooperação técnica, econômica e militar que confirmou a coalizão do Exército Brasileiro aos Aliados na II Grande Guerra, havia uma cláusula que estipulava os termos do apoio à política de Saúde e Saneamento e firmava a fundação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) ^(1, 2, 3, 4,52).

Com o ideal de contribuir para o progresso da humanidade, por meio do incentivo às ciências biomédicas e com ênfase na área da educação, desde 1913 a Fundação Rockefeller investiu na capacitação de profissionais da saúde, principalmente em Saúde Pública. Incentivou a criação das Faculdades de Medicina de São Paulo e Ribeirão Preto, além da participação em campanhas sanitárias nos Estados Unidos e diferentes partes do mundo, sobretudo, o incentivo à criação de escolas de saúde

pública e concessão de bolsas de estudos para jovens promissores. ^(1, 2, 3, 4, 13,52)

Segundo Santos ⁽¹⁾, “o Instituto de Higiene de São Paulo foi a segunda instituição a receber auxílio da fundação, tendo sido precedido apenas pela Universidade Johns Hopkins” ^(12,13,54). O Instituto de Higiene seguiu as orientações da Fundação Rockefeller quanto a sua pedagogia, como a dedicação integral dos professores encarregados das disciplinas básicas, redução do número de vagas para estudantes, ênfase na pesquisa e na publicação, definição de padrões técnicos para a enfermagem hospitalar e saúde pública e a operacionalização para as campanhas de sanitárias. Para a concessão de bolsas, havia critérios universalistas como cartas de recomendação para bolsistas, porém, os candidatos eram escolhidos levando-se em consideração a indicação de sanitaristas e médicos brasileiros.

Patrocinado pelo IAIA o SESP obteve autonomia financeira, organizacional e política perante o Departamento de Saúde Pública. Partiu do IAIA a criação da Faculdade de Saúde Pública e do Curso de Enfermagem da EEFMUSP, intermediados pelo SESP, com orientação e financiamento da Fundação Rockefeller, que administrava esse processo, conforme missiva de Fred L. Soper redigida em 1941: ⁽⁵⁴⁾

...seu interesse na execução do programa proposto é grande, e não pretende a Fundação Rockefeller limitar sua colaboração apenas no preparo do pessoal técnico necessário ao ensino da enfermagem (...). Propõe-se, porém, ainda durante os primeiros anos da escola de Enfermagem, a colaborar na manutenção de um eficiente corpo docente e, para tal fim, já votou a necessária verba subordinada a futuros entendimentos. (Soper, 1941)

A criação da Escola de Enfermagem de São Paulo ocorreu após várias discussões de planejamento entre Fred L. Soper, representante da Fundação Rockefeller, sob orientação de *Miss Tennant*, Diretora da Sessão de Enfermagem da mesma Fundação, conforme apresenta a carta endereçada a Adhemar de Barros, Interventor Federal no Estado de São Paulo, em 1940. ⁽⁵⁵⁾

Miss Tennant e eu voltamos a São Paulo, para entrevista com um grupo de 18 professores da Faculdade de Medicina e autoridades do Departamento de Saúde do Estado. Essa entrevista se iniciou às 21 horas, prolongou-se além das 24 e nos revelou o alto grau de interesse da classe médica local em relação ao problema de enfermagem. (...) todo o novo progresso no ensino médico, na hospitalização e cuidado do doente, (...) tudo depende, em grande parte, da organização da enfermagem em um alto padrão profissional. (Soper, 1940)

As discussões envolveram autoridades como o Interventor Adhemar Pereira de Barros, Diretor do Conselho Sanitário Internacional da Fundação Rockefeller, Fred. L. Soper e *Miss Mary Elizabeth Tennant*, chefe da Sessão de Enfermagem da mesma Fundação. Conjuntamente decidem pela criação da Escola de Enfermagem anexa a Faculdade de Medicina, assim como o novo Hospital das Clínicas e o Instituto de Higiene, conforme relatado no mesmo documento:

...Miss Tennant e eu tivemos a oportunidade de conversar com o Gustavo Capanema – Ministro da Educação e Saúde - a respeito do entendimento que a Fundação Rockefeller teria com o governo do Estado de São Paulo para colaborar na organização da Escola Universitária de Enfermagem, em conexão com a Faculdade de Medicina, o Instituto de Higiene e o novo Hospital das Clínicas. (Soper, 1940)

5.1.4 Preparativos: planejamento e administração da nova escola

O laboratório de Higiene da atual Faculdade de Saúde Pública foi o início da efetiva colaboração entre a Fundação Rockefeller e o Governo do Estado no desenvolvimento das instituições de ensino de saúde do estado. Em 1825, segundo Maria Rosa Sousa Pinheiro, esse convênio estipulava como condição para o auxílio financeiro a criação de uma escola de enfermagem no sistema Nigthingale, como a Escola Ana Neri, no Rio de Janeiro. Edith de Magalhães Fraenkel afirmou em seu relatório de 1955 que essa condição foi ideia de George Sunders, da Fundação Rockefeller ⁽⁸⁾.

Há, portanto um grande incentivo para que jovens paulistas se inscrevam na Escola Ana Neri, para que depois de formadas sejam docentes da futura Escola de Enfermagem de São Paulo. ⁽⁸⁾

Em 1938, a Fundação Rockefeller continua insistindo através Paula Souza na urgência da criação da escola de enfermagem, reafirmando o compromisso de concessão de bolsas de estudo a seis educadoras sanitárias para fazerem o curso de enfermagem nos Estados Unidos ou no Canadá e o auxílio financeiro para os laboratórios e a biblioteca da futura escola, em contra partida o Instituto de Higiene comprometeu-se em extinguir seu curso de educadoras sanitárias e trabalhar em favor da criação da Escola de Enfermagem de São Paulo, segundo Maria Rosa Sousa Pinheiro. ⁽⁸⁾

Foi em 1937 que a Fundação Rockefeller convidou Edith de Magalhães Fraenkel, Superintendente Geral do Serviço de Enfermagem do Ministério da Educação e Saúde, para organizar e dirigir a futura escola. Para preparar-se ao novo cargo, em janeiro de 1940, recebe uma bolsa e estudos de um ano e meio aos Estados Unidos e Canadá para conhecer melhor a realidade da moderna enfermagem. Edith aceita a direção da nova escola assim que oficialmente convidada, porém com uma condição: autonomia para escolher os docentes ⁽⁸⁾.

Após a reunião realizada em Campos do Jordão com a presença do Interventor do Estado Adhemar Pereira de Barros, Miss Tennant enfermeira e Fred L. Soper Diretor do Conselho Internacional da Fundação Rockefeller e posterior aprovação da administração nos Estados Unidos da fundação, em setembro de 1940, Maria Rosa Sousa Pinheiro e Zilda de Almeida Carvalho eram as duas primeiras bolsistas enviadas para fazerem o curso de enfermagem na Universidade de Toronto, no Canadá ⁽⁸⁾.

Novamente no Brasil, Edith de Magalhães Fraenkel inicia os preparativos para a criação da Escola de Enfermagem de São Paulo, em novembro de 1941. Em seu relatório referente ao ano de 1944, afirma: “de 1942 a 1943 foi o tempo utilizado quase exclusivamente em organização e preparo prévio do Hospital das Clínicas e da Escola, isto é, estudo do currículo, da técnica de enfermagem a ser adotada, escolha de material,

etc.”^(2,56) Superintendente Geral do Serviço de Enfermagem do Ministério da Educação e Saúde, presentemente comissionada junto a Faculdade de Medicina de São Paulo, Edith de Magalhães Fraenkel assina o artigo na Revista Médico-Social⁽²⁶⁾, que trata sobre “A profissão de enfermeira”:

Embora a arte da enfermagem seja o ramo mais novo da clínica médica, ela é uma das mais velhas artes professadas pela mulher, devendo ter coexistido com a primeira mãe que lutou pela conservação e pelo desenvolvimento de seu filho. Foi este também desde os tempos remotos, o único privilégio que não foi tomado à mulher, mesmo nas épocas em que ela se viu privada de todos os outros meios de revelar (ou manifestar) a sua personalidade. Muitas mulheres, famosas na história e na lenda, foram enfermeiras, em tempos de paz ou de guerra (...) a arte da enfermagem teve também seus altos e baixos, períodos de esforços cheios de entusiasmo, seguidos de uma fase sombria, de declínio temporário. (...) Nos séculos anteriores a época de Cristo, (...) as mulheres cuidavam dos doentes, (...) com a fundação mais tarde da igreja Cristã, essa obra tornou-se parte integrante de sua ação. (...) Não podemos deixar de lamentar a completa estagnação em que ficaram de meados do século XVII até ao século XIX (...). É inacreditável que a profissão houvesse descido ao nível em que foi encontrada, durante a guerra da Criméia, por Florence Nightingale, que fez surgir então à enfermagem técnica moderna. (...) moça rica, de alta posição social, demonstrou, nos hospitais de sangue da Criméia, o valor do zelo inteligente e dos cuidados hábeis prestados aos doentes. (...) verificou-se que mesmo nos tempo de paz, ela apresenta grandes oportunidades para as mulheres prestarem relevantes serviços ao povo e a Nação. (...) insistiu Florence Nightingale na necessidade do preparo científico e treinamento prático, para a formação de enfermeiras competentes, dizendo: ‘o cuidar de doentes é a mais bela das artes, e considerada como tal, requer pelo menos tão delicada aprendizagem quanto à pintura ou a escultura, pois não pode haver comparação entre o trabalho de quem se aplica a tela morta ou ao mármore frio, e o de quem se consagra ao corpo vivo’. Ao voltar da Criméia em 1859, fundou Florence Nightingale a primeira escola de enfermagem no hospital S. Thomas, em Londres, e aos poucos, muitas outras escolas surgiram (...) obedecendo todos um padrão de ensino mais ou menos uniforme, pois certos princípios se consideraram desde o início de importância vital. (Fraenkel, 1942 p.19)

Afirma que a arte do cuidado é uma sublime profissão professada pelas mulheres desde a antiguidade, passando na idade média por um momento obscuro de poucos avanços, mas encontrando no séc. IX, em Florence Nigthingale sua profissionalização e reconhecimento da necessidade de técnicas adequadas a serem estudadas e ensinadas em escolas para esse fim. Aponta ainda, que nos EUA, mesmo com um grande número de profissionais e estudantes bem educadas, oriundas de nobres

famílias, ainda não é possível suprir a grande demanda deste profissional (26).

Embora se reconheça a importância da Inglaterra na criação do sistema moderno de cuidar dos doentes, a profissão progrediu e desenvolveu-se mais rapidamente nos Estados Unidos, onde existem atualmente mais de 1.500 escolas, 380.000 enfermeiras e 50.000 alunas, sendo ainda necessárias para Janeiro de 1942, 4.600 enfermeiras para o serviço do Exército, 50 para a saúde pública e o Serviço de administração dos Veteranos, segundo se vê nos boletins de Novembro. Esses números por si só atestam a necessidade e a atração do nobre mister, sendo inúmeras destas enfermeiras são descendentes de famílias ilustres e da alta sociedade, possuindo cursos post-graduados e universitários. (Fraenkel, 1942 p.19-21)

E continua afirmando que a profissão de enfermagem de tão ilustre, consegue por si só despertar o interesse dos jovens, o que em São Paulo não seria diferente, prevendo assim o sucesso a ser alcançado pela futura escola: (26)

Em qualquer local onde se funde uma escola de enfermagem, bem organizada e administrada, a mocidade afluí, atraída pela profissão. E assim está acontecendo em São Paulo. Reconhecendo o Governo do Estado a necessidade dos serviços da enfermagem técnica, quer para os seus hospitais, quer para a realização dos programas de profilaxia, na Capital e no Interior, resolveu criar uma Escola de Enfermagem, anexa à Faculdade de Medicina de Universidade de São Paulo. Esta Escola, ainda em organização, tem sido procurada por inúmeras candidatas. O curso estará de acordo com o padrão universalmente acordado. Quando se reflete sobre a natureza do trabalho e a responsabilidade da enfermeira, tem - se logo a visão da necessidade de uma instrução técnica e preparo científico. Por essa razão, as escolas de enfermagem devem estar anexas a um hospital geral, oferecendo oportunidades para o ensino profissional de todas as clínicas gerais e nas especializadas. (Fraenkel, 1942 p.19- 21)

No intuito de garantir o melhor preparo profissional possível, a escola deve ser anexa a um hospital geral, garantido assim as aulas práticas gerais e de especialidades. Há referencias dos padrões definidos universalmente para o ensino da enfermagem profissionalizante. (26)

A duração do curso é de três anos. As aulas teóricas serão ministradas por professores ou médicos do hospital e por enfermeiras instrutoras especializadas. As enfermarias dos hospitais constituem o laboratório prático para as alunas, o campo de aplicação da teoria adquirida será o leito do paciente, onde o trabalho da aluna é cuidadosamente acompanhado. (...) as alunas

fazem, estágio em todos os ambulatórios, realizando também algumas visitas domiciliares a famílias de doentes internados. No último ano, quatro meses são consagrados ao estudo especializado da enfermagem de saúde pública curso este que é ministrado pelo Instituto de Higiene da Universidade de São Paulo, ou por um Centro de Saúde, para esse fim habilitado. (Fraenkel, 1942 p.19- 21)

Essas diretrizes para o currículo da Escola de Enfermagem de São Paulo são frutos dos estudos e visitas técnicas que Edith Magalhães Fraenkel realizou em Escolas de Enfermagem do Canadá, Estados Unidos e fruto dos inúmeros Congressos em que participou e as discussões juntamente com a ABED. A admiração pela enfermagem e o patriotismo de Edith fica comprovado no trecho de seu artigo, a seguir: ⁽²⁶⁾

Entrar para a Escola de Enfermagem é fazer trabalho de patriotismo, procurando colocar nossa Pátria na altura dos países adiantados (...) melhorar a saúde do nosso povo, para que o Brasil seja grande e forte, não só pela pujança da sua natureza, mas também pela fortaleza de seus filhos! (Fraenkel, 1942 p.19- 21)

Imbuída dos fortes valores patrióticos da época, Edith de Magalhães Fraenkel termina essa primeira discussão sobre o currículo das escolas de enfermagem falando da importância para a nação deste profissional. Ernesto de Souza Campos, engenheiro, médico e professor catedrático da Faculdade de Medicina assina um minucioso estudo sobre a futura Escola de Enfermagem de São Paulo, dividido em dois artigos, intitulado: “Escola de Enfermagem do Centro Médico da Faculdade de Medicina de S. Paulo – Programa descritivo e gráfico” ⁽⁵⁷⁾. Seu estudo previa estrutura para suprir todas as exigências de uma moderna escola:

1. Fornecer instalações necessárias ao ensino teórico e prático de enfermagem;
2. Promover acomodações para residência de enfermeiras, chefes de serviço e alunos de enfermagem;
3. Estabelecer ambientes que permitam recreação e vida social;
4. Constituir meios para repouso das enfermeiras da noite; Aparar o serviço médico destinado às enfermeiras doentes, com as instalações necessárias e enfermaria própria. (Campos, 1942 p.15)

Sempre atento as vanguardistas obras norte-americanas, Ernesto de Souza Campos ⁽⁵⁷⁾, apresentou as concepções modernas para a próxima

escola, contudo, a escola acabou seguindo o projeto do engenheiro do SESP Peter Pfister ⁽⁸⁾. Cabe a Fundação Rockefeller apontar as diretrizes da construção da nova escola como a sua administração e as bases a que deve estar ligada, como autonomia financeira, base cultural, social e científica; como apresentado num dos pontos do relatório de 1937 ⁽⁵⁸⁾, transcrito a seguir:

Divisão de Saúde Internacional entende destacar certos princípios modernos concernentes à educação da enfermagem, nomeadamente que a responsabilidade da Escola de Enfermagem consista na educação de enfermeiras em nível profissional, que a Escola tenha seu orçamento próprio, independente de outro orçamento da instituição à qual se achar ligada, que a educação da enfermagem assente numa larga base cultural, social e científica. ⁽⁵⁸⁾

Durante o período compreendido entre as edições da Revista Médico-Social de agosto de 1942 até maio de 1943, Edith de Magalhães Fraenkel assinou diversos artigos, escritos e publicados seriadamente, com o título: “Pontos do currículo para Escolas de Enfermagem”, sempre pautada em orientações norte-americanas, canadenses e principalmente do Conselho Internacional de Enfermagem, da Liga Nacional do Ensino de Enfermagem, da Associação Canadense de Enfermeiras e da Fundação Rockefeller. Iniciou o primeiro artigo afirmando: “... do currículo norte - americano foi extraído este histórico, no qual figuraram os motivos que levaram a Liga Nacional do Ensino da Enfermagem norte – americanas e dos respectivos programas educacionais”. ⁽⁵⁶⁾ Foram apresentados os três períodos por qual passaram o ensino da enfermagem, sendo de 1873 a 1893 o pioneiro, de 1893 a 1913 o “período glorioso” no qual:

o novo sistema era tão útil e foi tão bem aceito, que quase todo o hospital desejou possuir escola própria. Hospitais e escolas multiplicaram-se de maneira espantosa. Algumas (...) eram calcadas em bases sólidas, outras, porém, eram inconsistentes... (Campos, 1942; 25-8).

Continua afirmando que na organização de qualquer currículo são: a produção, a organização, a instalação e os meios de financiamento. Para isso é necessário reconhecimento e estudo preliminar da situação,

determinando as medidas necessárias e as diretrizes gerais para orientar o projeto. Como padrões, medidas ou regras estabelecidas tem a finalidade educacional. Também se estuda o horário e esboço do currículo, de acordo com os objetivos, horário e distribuição científica, cada matéria deve ser projetada em linhas gerais, antes do início do curso. O currículo pode ser revisto, coordenado e editado para o uso. ⁽⁵⁶⁾

É questão administrativa a instalação e financiamento, o currículo deveria ser adaptado para servir individualmente às escolas e interpretado para as pessoas incumbidas de sua aplicação. O financiamento precisava ser providenciado e reajustado conforme as condições e necessidades da nova escola ⁽⁵⁶⁾.

Edith de Magalhães Fraenkel afirma ainda que, em relação das responsabilidades da Diretora da escola de enfermagem, estas são redobradas, uma vez que como diretora ela é responsável pela educação das alunas, e como chefe do departamento de enfermagem, pela administração dos serviços, agravada pela falta de profissionais. ⁽⁵⁶⁾ O limite do trabalho da estudante tem de ser bem definido, já que falta-lhe a experiência amadurecida da enfermeira, compensado pelo entusiasmo, considera-se também o constante rodízio entre os departamentos e a necessidade desta manter o tempo para as aulas teóricas. Do ponto de vista hospitalar a estudante é parte integrante da equipe de enfermeiras, enquanto para a escola ainda trata-se de uma enfermeira em perspectiva. Todas essas diferenças aumentam as dificuldades do serviço e a organização das escalas. ⁽⁵⁶⁾

Afirma que as verbas que um hospital que tenciona instalar uma Escola de Enfermagem, 40% devem se destinar aos cuidados dos doentes e vencimentos adequados a um número suficiente de enfermeiras. A escola precisa ter o seu orçamento com verba adequada para o ensino e separada do hospital. Estudos norte – americanos recomendavam, ainda segundo o artigo, que as escolas possuíssem a mesma autonomia financeira das demais escolas. Revestindo a formação de enfermeiras de um caráter de utilidade pública, deve o Estado contribuir ou manter estas escolas, como as escolas normais, militares, navais e outras que preparam funcionários para a

administração pública. Aponta que é necessário um estudo sobre o que esperam o público e as autoridades da enfermagem, para que seja possível traçar um programa que repouse em bases sólidas. A Comissão de Ensino do Conselho Internacional de Enfermagem, com recomendação especial do “Survey” do Ensino da Enfermagem no Canadá, acordaram as atribuições das enfermeiras: ⁽⁵⁶⁾

- a) – ser capaz de observar, reconhecer e interpretar, com inteligência, as manifestações físicas, mentais ou emotivas de saúde e doença;
- b) – ser capaz de prestar com eficiência, cuidados de enfermagem em qualquer doença;
- c) – ser capaz de conservar o doente, nas medidas do possível, em ambiente higiênico, sabendo adaptar-se às situações de seu lar;
- d) – ser capaz de aplicar os princípios de higiene mental, ao cuidar de seus doentes, de modo a lhe desenvolver uma atitude correta para com a doença, concorrendo deste modo para a sua cura;
- e) – Ser capaz de ensinar os princípios de higiene e as regras precisas para a restauração, conservação e melhoria da saúde física e mental;
- f) – ser capaz de cooperar com médicos e outros profissionais, sem melindres nem atritos, tomando parte ativa em todas as atividades cujo programa seja: cuidar de doentes, evitar as doenças, melhorar a saúde;
- g) – ser capaz de cooperar com os hospitais, departamentos de saúde pública e organizações sociais, utilizando-se do auxílio que oferecem e mantendo os padrões do serviço, em benefício do doente, de sua família e da comunidade;
- h) – ser capaz de manifestar real interesse pelos problemas humanos, prestando a espécie de assistência que demonstra eficiência profissional, sendo ao mesmo tempo, fonte inspiradora de confiança. (Campos, 1942; 25-8)

Edith Magalhães Fraenkel continua em seu estudo, em outra edição, afirmando que o currículo tem o objetivo de servir de guia ou instrumento aperfeiçoador e como tal, não pode ser definitivo ou transformado em lei. Deve ser maleável, flexível, fonte de estímulo e inspiração, varia continuamente as condições e as exigências sociais; a profissão deve acompanhar essa evolução e a formação da enfermeira precisa adaptar-se ao progresso dos conhecimentos humanos ⁽⁵⁹⁾.

O programa deve compreender disciplinas consideradas essenciais aos cuidados dos doentes e as formações eficientes das enfermeiras, iniciando pelas disciplinas básicas e seguindo em nível de progressão o estudo teórico e prático em estreita correlação até atingir o mais avançado.

“As escolas de enfermagem oferecem condições mais favoráveis a este aprendizado, guiando as alunas, estimulando-as e, até certo ponto, controlando-as.” ⁽⁵⁹⁾

Edith de Magalhães Fraenkel continua apresentando o Decreto nº 20.109 de junho de 1931, que regulou o exercício da enfermagem, fixando as condições para a equiparação de escolas e a revalidação de diplomas. Este foi realizado conforme as orientações de Ethel Parsons. Relata que durante a viagem que realizou em 1941, pode submeter às bases do Decreto a apreciação dos membros da Liga Nacional do Ensino da Enfermagem, em Nova York, que julgou como ótimas e capazes de servir por mais 10 ou 15 anos. De acordo com a Lei 450 de 5 de julho de 1937, que refere-se à incorporação da Escola Ana Neri, como escola complementar, à Universidade do Brasil, desmembrada, portanto, do Departamento Nacional de Saúde Pública, a qual achava-se subordinada na época da assinatura do Decreto nº 20.109 de junho de 1931 afirma que: ⁽⁵⁹⁾

Considerando que, devido a conveniências da organização sanitária, não convém transferir agora para a Universidade do Rio de Janeiro a Escola de Enfermeiras Ana Neri, anexa ao Departamento Nacional de Saúde Pública, apesar da mesma satisfazer aos bons padrões técnicos, encontrados em universidades de outros países. (Fraenkel, 1942, 33-5).

Noutra edição, segundo ainda o estudo de Edith de Magalhães Fraenkel, em relação ao tipo e capacidade do hospital mais adequado ao ensino, esta afirma ser o hospital geral, por seu amplo atendimento e diversas clínicas e especialidades, como neurologia ou psiquiatria; as faltantes deveriam ser providenciadas por meio a uma filiação em um hospital de especialidade ou clínica particular ⁽⁷⁾.

Em relação ao Conselho administrativo, afirma ainda que não deva ser o mesmo do hospital pela diferentes finalidades e interesses de cada instituição; assim a escola deve ter seu próprio Conselho Administrativo, formado por sete membros, no máximo, sendo o superintendente do serviço de enfermagem, o diretor do hospital, um representante do corpo docente da escola de enfermagem e uma representante da Associação de Enfermeiras, podendo incluir também o diretor do serviço de saúde pública. As finalidades

deste Conselho devem ser a previsão do financiamento para a manutenção do pessoal e material, provisão de fundos especiais para assegurar a base de crescimento e desenvolvimento da Escola de Enfermagem e da profissão⁽⁷⁾.

Em relação à carga horária das estudantes, Edith de Magalhães Fraenkel afirma que será um desperdício de aulas teóricas se houver esforço físico prolongado, pesado demais ou atribulado com casos graves de enfermagem que necessitem de grande esforço mental. “Os sentidos embotam-se, a mente trabalha mais vagarosamente, a concentração do pensamento torna-se quase impossível. (...) Oito horas de trabalho diurno ou noturno (...) incluindo as horas de aulas.”⁽⁷⁾

Sendo essa uma carga muito pesada, devendo ser reduzida para 44 horas semanais com uma tarde livre. Aponta a necessidade de que sejam realizados estágios noturnos para apurar o poder de observação e planejamento, estendendo sua atenção a toda a enfermaria, assim a estudante poderá desenvolver a confiança em si própria e tornar-se capaz de assumir a responsabilidade profissional. Defende em seu artigo, ainda, que as estudantes deveriam ter 30 dias de férias anuais; que o corpo administrativo e docente da escola deve ser constituído por enfermeiras especializadas e que possuam qualidades de caráter, requisitos e especiais profissionais. É necessário que o hospital possua um número suficiente de enfermeiros para que ministrem as aulas práticas sem interferir no serviço e contando apenas com uma média de 4 horas de colaboração por estudante durante o ano letivo. “O ideal seria uma enfermeira para cada dois doentes (...) o Conselho Internacional das Enfermeiras (...) acha razoável (...) a proporção de três ou quatro doentes...”, afirmava Edith de Magalhães Fraenkel⁽⁷⁾.

Em relação ao corpo docente, Edith de Magalhães Fraenkel afirma que as enfermeiras devem ser especializadas e que o Conselho Internacional de Enfermagem aconselha a “disseminação de cursos especializados para diretoras de escolas, enfermeiras-chefes, supervisoras e instrutoras.” Continua referindo-se a escolha das estudantes que devem ser severamente selecionadas com auxílio de métodos científicos seguindo os

critérios seguintes: avaliação da personalidade com uma importância quase tão grande quanto a seus conhecimentos e habilidades; devem ser inteligentes e compreensivas; saúde, a candidata deve ter o peso proporcional à altura e isenta de problemas físicos incompatíveis com a profissão, deve ser equilibrada, ter boa resistência física, nervos estáveis e personalidade integrada; educação generalizada num padrão de instrução secundária e segundo a Associação Canadense de Enfermagem, a idade mínima deve ser 19 anos, mas referiu que: “o ideal (...) só moças depois dos 21. Os pedidos (...) com mais de 30 anos, devem ser estudados em relação à saúde, capacidade de adaptação, personalidade e ocupação anterior.”⁽⁷⁾

Para a organizadora da Escola de Enfermagem de São Paulo, a função da enfermeira exige profundo cuidado no preparo profissional, educação; liberal e aprimorada afim que sua conduta seja baseada em raciocínio aliado em grande senso comum, considerando que⁽⁶⁰⁾:

... A boa enfermagem exige inteligência e compreensão; exige uma mentalidade capaz de pensar e agir com presteza, em face de situações desconhecidas e imprevistas. A enfermagem significa muito mais que a simples aplicação da técnica, apesar de sua importância, pois, cada vez mais se patenteia a necessidade de compreender e interpretar os fatores sociais e emotivos, tanto quanto físicos (Fraenkel, 1943, 33-6).

A residência das alunas deve ser localizada longe do ambiente hospitalar, com quartos individuais, apropriados para o descanso e estudo, com mobiliários simples e oferecer condições de manter uma vida social agradável⁽⁶⁰⁾. Edith de Magalhães Fraenkel aponta que quanto ao método disciplinar, como elemento vital no processo educativo, a “escola moderna desprezando as antiquadas medidas repressivas, acredita que só um processo educativo será capaz de desenvolver a disciplina e obter o comportamento desejado.” Ou seja, estimular o trabalho mental ativo, expressar opiniões e resolver problemas são fundamentais, no entender de Edith de Magalhães Fraenkel, para a formação adequada do profissional de enfermagem⁽⁶⁰⁾.

A organização das alunas deve ser num governo de cooperação, com representação do corpo de enfermeiras e as leis formuladas pelas

estudantes, assim oferecendo oportunidade para o desenvolvimento de qualidades administrativas e planejamento de vida social das mesmas. O ano letivo deverá ser calculado em 52 semanas, com 8 horas diárias de atividades divididas em aulas teóricas, práticas e trabalho nas enfermarias, durante os 6 dias da semana, 48 horas semanais e um mês de férias anual, caracterizada Edith de Magalhães Fraenkel. Segundo estudos realizados no Canadá, uma hora de diária de instrução, com a correspondente hora de estudo concentrada e 6 horas de prática são suficientes para conseguir a média entre a teoria e a prática, ponderava a primeira diretora da Escola de Enfermagem de São Paulo ⁽⁴⁶⁾.

O currículo canadense aconselha uma base mínima de 750 horas e máxima de 900, já o americano, aconselha de 1200 a 1390 sendo esse também o cálculo realizado para a Escola de Enfermagem de São Paulo. As disciplinas devem ser cuidadosamente selecionadas com métodos eficientes de ensino para aproveitar o tempo preestabelecido. Entre as disciplinas das ciências físicas e biológicas, ciências sociais, enfermagem e artes aliadas e atividades recreativas previstas para o currículo, Edith de Magalhães Fraenkel explica que a enfermagem coordena material de todas as outras ciências, em aplicação e prática da dietética, terapêutica, higiene, sociologia e nos métodos de ensino adotados para o cuidado ao doente e a melhora da saúde da coletividade ⁽⁴⁶⁾.

De acordo com a organização proposta, as atividades recreativas devem fazer parte da vida social e recreativa da residência, o que no entender de Edith de Magalhães Fraenkel influenciava profundamente o caráter, a personalidade e a saúde da estudante, por isso a necessidade de realizar uma devida programação ⁽⁴⁶⁾.

No último artigo desta série do estudo sob o título “Pontos de currículo para Escolas de Enfermagem”, Edith de Magalhães Fraenkel afirma que a ciência possui valor instrutivo e assegura a estudante melhor compreensão da vida e desenvolve o método de pensamento, auxiliando na solução de problemas, qualidades e forma hábitos, como o espírito de pesquisa, lógica, coerência nos julgamentos, exatidão nas observações de relatórios, hábitos de higiene, paciência, ordem e destreza manual ⁽⁶¹⁾.

... o estudo da ciência e suas leis não visa transformar enfermeiras em médicos, e sim, provê-las de conhecimentos básicos e específicos, necessários ao desempenho inteligente de suas funções. Além disso, estes cursos, comparados aos da faculdade de Medicina, são elementares. (Fraenkel 1943, 41-2).

5.1.5 Política Acadêmica: a conjuntura da formação administrativa da Escola de Enfermagem de São Paulo

Em missiva de Soper endereçada Fernando Costa, Interventor Federal no Estado de São Paulo, em 24 de junho de 1941, é reafirmado a intenção da construção de importante complexo, sempre integrado, a Faculdade de Medicina, o Instituto de Higiene e a futura Escola de Enfermagem. O planejamento do mais importante complexo de saúde da América Latina firmava o claro princípio da integralidade “(...) a educação médica, os cursos de higiene, saúde pública e o ensino de enfermagem devem se desenvolver juntos”. Deste processo e intenções políticas dá-se início a construção do complexo de educação em saúde. ⁽⁵⁴⁾

Conforme Vossa Excelência certamente não ignora, já desde muitos anos a Fundação Rockefeller tem tido várias ocasiões de manter, com o Governo de S. Paulo, amistosas relações de colaboração, nos terrenos do Ensino Médico e da Saúde Pública. (...) São Paulo fica assim, em toda a América do Sul, o único centro médico a dispor, reunidos em um só local, dos elementos essenciais para o ensino da medicina e da saúde pública. (...) Duas falas, entretanto se notam em sua organização, e da maior importância. Uma delas é a falta de uma Escola de Enfermagem, onde, não só o hospital das Clínicas, como os hospitais em geral, (...). Outra diz respeito à necessidade de ser provido o Instituto de Higiene, que é a Escola de Higiene e Saúde Pública do Estado. (Soper, 1941)

Neste mesmo documento é possível verificar a apresentação de Miss Tennant a Fernando Costa, Interventor Federal no Estado de São Paulo, quando a documentação consultada revela as seguintes informações ⁽⁵⁴⁾.

... Ainda no ano passado, a convite da Interventoria Federal em S. Paulo, a Fundação enviou a este Estado sua Diretora a Sessão de Enfermagem, Miss Tennant, especialmente para estudar a situação local e as possibilidades de se organizar em S. Paulo uma Escola de Enfermagem de alto padrão, á altura das organizações médico-universitárias paulistas e das reais necessidades do meio. (Soper, 1941)

Ainda é possível verificar as negociações sobre a decisão de quem deveria ser a primeira diretora da escola a ser criada e o investimento realizado para a viagem desta à America do norte em agosto de 1940:

... ficara combinado que o Estado de S. Paulo convidaria a atual Superintendente de Enfermeiras do Ministério da Educação e Saúde, d. Edith Fraenkel, para exercer o cargo de Diretora da nova escola universitária. A fundação Rockefeller ofereceu-se para organizar uma viagem de estudos que permitisse a essa profissional visitar e observar nos Estados Unidos as técnicas mais modernas de enfermagem. De acordo com essa proposta, d. Edith Fraenkel seguiu para a America do Norte em agosto do ano passado, achando-se atualmente em viagem de regresso para o Brasil (Soper, 1941)

Terminada as negociações expostas, deu-se inicio ao planejamento das obras, como relatado por Souza Campos ⁽⁹⁾:

... Para a escola de enfermagem solicitou o então diretor professor Benedito Montenegro, nossa colaboração por carta enviada ao Rio de Janeiro onde encontrávamos trabalhando para os planos da cidade Universitária da Universidade do Brasil. O programa apresentado foi publicado na Revista Medicina Social, ano 1 nº 2, agosto de 1942. (Souza - Campos, 1954)

Conforme a sessão 389º do mesmo Conselho ocorre à aprovação do processo 17224/53 referente à estruturação da Escola de Enfermagem, pleiteada pelo docente Jayme Cavalcanti da Faculdade de Medicina: ⁽⁶²⁾

... Entra em discussão o processo n 17224/53, em que a Diretoria da Faculdade de Medicina submete à consideração do Conselho o anteprojeto de Lei que visa dar estrutura à Escola de Enfermagem de São Paulo, anexa àquela faculdade. Lido o parecer da Comissão de ensino e Regimentos, favorável a aprovação do anteprojeto de Lei, nos termos do pronunciamento da Consultoria Jurídica e é o mesmo unanimemente aprovado. Lido o parecer favorável da comissão de Orçamento e Regência Patrimonial, é o mesmo igualmente aprovado por unanimidade, sendo certo que antes da votação dos “profs.” o Conselheiro Jayme Cavalcanti justificou a

necessidade de se dar estrutura à Escola de Enfermagem. (Ata do Conselho Universitário, 1954)

Dentre as orientações de Miss Tennant, encontra-se a preocupação no investimento na formação de profissionais de enfermagem, mas essa formação já apresenta-se atrelada ao Hospital das Clínicas. Vê-se o intuito que as estudantes assumam as funções deste hospital ⁽⁶³⁾.

... a Fundação Rockefeller tem verificado que o número de enfermeiras competentes é sempre insuficiente para atender as necessidades existentes. (...) A escola de enfermagem deve organizar os vários serviços no Hospital da Universidade selecionando unicamente as enfermeiras (...). A Escola assumirá a responsabilidade de enfermagem nas enfermeiras escolhidas. (Tennant)

A documentação permite considerar a importância assumida pela nova Escola. Dentre essas mesmas orientações evidencia-se a importância da Escola ser criada anexa e subordinada à Faculdade de Medicina, o que formalizava as justificativas dadas para sua criação ⁽⁶³⁾:

O primeiro requisito para que se obtenha organização eficiente e bom funcionamento de uma Escola de Enfermagem é subordiná-la à direção do Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade de Medicina, cujos membros compreendem a importância social dessa escola como estabelecimento educativo. (...) A escola de Enfermagem orientada pela Faculdade de Medicina da Universidade, deverá conformar-se à organização de escolas congêneres na Universidade. (...) Quero lembrar especialmente o programa do curso fundamental da Escola de Enfermagem da Universidade de Toronto (Tennant).

Em carta ao Interventor Federal no Estado de São Paulo Adhemar de Barros, Soper reafirma o acordo da Fundação Rockefeller para o financiamento dos primeiros anos da Escola de enfermagem reafirmando as representações construídas para a Escola e sua importância no cenário da nova formação profissional da enfermagem brasileira ⁽⁶⁴⁾.

A respeito do alto padrão do ensino, a Fundação considerará a possibilidade de contribuir financeiramente na manutenção de um corpo docente adequado, durante os primeiros cinco anos de existência da Escola, uma vez que o Estado assumirá a inteira responsabilidade para com o mesmo corpo docente, no fim do período (Soper, 1940)

Em conjunto com a Fundação Rockefeller na construção da EEFMUSP o SESP estabeleceu uma rede de unidades sanitárias, construiu e administrou escolas de enfermagem, centros de saúde e hospitais, bem como sistemas de águas e esgotos. Como pode ser verificado também no Boletim do SESP “Como sabem os leitores, o SESP e o Institute of Inter-American Affairs contribuíram substancialmente para que a construção da Escola de Enfermagem de São Paulo se tornasse uma realidade.”⁽⁶⁵⁾. Em livro intitulado “A História da Universidade de São Paulo” realizado em comemoração as festividades do aniversário de 400 da cidade de São Paulo, seu autor Ernesto de Souza Campos⁽⁹⁾ apresenta a EEFMUSP cronologicamente, demonstrando sua rápida transformação e pujança:

1942 – 31 de outubro – Foi criada a escola de enfermagem, pelo decreto nº 13.040. 1942 – 1 de dezembro – foi nomeada em comissão para exercer o cargo de Diretora, Da. Edith de Magalhães Fraenkel, cargo que até hoje exerce. 1943- - 12 de outubro – Aula inaugural dada pela Diretora, no anfiteatro do 5º andar do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, onde funcionou a escola até os fins de outubro de 1947, quando foi instalada em edifício próprio. 1947 – 25 de janeiro - Formatura da primeira turma de enfermeiras. Parainfante Da. Edith de Magalhães Fraenkel, diretora. 1947 – 31 de outubro – Inauguração do prédio da escola, com a presença do Ministro da Educação, Sr. Governador do Estado e representantes das altas autoridades civis, federais e estaduais. (Souza - Campos, 1942,13-9)

Souza Campos⁽⁹⁾ demonstra a constituição do Conselho Administrativo que guiava os rumos da Escola de enfermagem, valorizado pela anexação desta a Faculdade de Medicina:

O Conselho administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo é constituído dos seguintes membros: Presidente: prof. Jayme Arcoverde A. Cavalcante. DD. Diretor da Faculdade de Medicina. Edith de Magalhães Fraenkel DD Diretora da Escola de Enfermagem. Prof. Paulo César de Azevedo Antunes DD Diretor da Faculdade de Higiene e Saúde Pública; Sr DR Enéias de Carvalho Aguiar DD Superintendente do Hospital das Clínicas; prof. Cyro de Barros Rezende DD. Representante do Conselho Técnico da Faculdade de Medicina; Sras. Zaíra Bittencourt e Amália Corrêa de Carvalho DD. representantes dos professores Privativos do corpo docente da Escola de Enfermagem; SR Demóstenes Orsini DD. Representante dos professores não privativos da Escola de Enfermagem. (Souza - Campos, 1942,13-9)

É perceptível a grande disparidade no número de médicos e enfermeiros como a discrepância entre os gêneros. Importante salientar que as mulheres desta escola já procuravam impor sua presença e construir seu espaço na direção. Definitivamente tratava-se de um conselho sem nenhuma participação ou representação discente, pois como citado por Souza Campos, com a escola ainda anexa a Faculdade de Medicina, o Centro Acadêmico era visto como uma associação de lazer das internas da Escola, como o transcrito a seguir ⁽⁹⁾:

Centro acadêmico 31 de outubro: (Associação dos estudantes da Escola de Enfermagem) Com o intuito de obter a colaboração dos estudantes na Escola de enfermagem, dispõe esta de uma associação de que fazem parte todos os estudantes. A Diretora desta Associação forma um Conselho, ao qual compete, além de auxiliar na manutenção da disciplina, organizar e animar a vida social, promovendo concertos, reuniões, bailes, convescotes, etc. (Souza - Campos, 1942, 13-9)

Só após a desanexação foi criado um novo Conselho Administrativo para funcionar como Congregação da EE sob a presidência da então Diretora da Escola, Maria Rosa Sousa Pinheiro e a presidente do Centro Acadêmico, a discente Julieta Esther Ayrosa Galvão. Ainda assim é possível verificar que há maior número de membros masculinos que femininos, porém em menor proporção. ⁽⁹⁾

5.1.6 Término de um Ciclo: a consolidação da Escola de Enfermagem de São Paulo

Fred Soper foi atuante representante da Fundação Rockefeller no Brasil, participou de todos os grandes investimentos aqui realizados. Sua despedida do Brasil causou grande comoção em todos, que com tanto trabalho, criaram laços de amizade. Uma demonstração é o artigo publicado, a época de sua viagem para a África, na Revista Médico-Social de 1942. ⁽⁵⁷⁾

... Fred Soper, grande amigo do Brasil, grande companheiro dos sanitaristas brasileiros. Vai pra mais de vinte anos, aqui chegou, com sua mocidade, seu entusiasmo e sua competência, por designação da benemerita Fundação Rockefeller. E trabalhou por todo esse tempo, cooperando ativamente para ótimos resultados do sanitarismo brasileiro. Em vários setores científicos a sua personalidade produziu de forma singular. Verminoses, malárias, febre amarela foram os campos principais da sua atividade profissional. Quer no trabalho rude do campo, quer no labor tranqüilo do laboratório, ele desenvolveu o seu afan, produzindo sempre pelo melhor. No mourejo diário, deu tudo por sua missão. E no fim, satisfeito pelo cumprimento exato de seus deveres, teve o coroamento do vasto circulo de amigos e admiradores que conquistou. Agora segue para a África, outro campo que está a exigir a sua ação de trabalhador infatigável. Que bons ventos o acompanhem de envolta com a saudade dos amigos que aqui deixou. W.R.L. (Fraenkel, 1942, 33-5.)

DR. FRED L. SOPER

Figura 5: Imagem fotográfica publicada pela Revista Médico Social de 1942, da última visita de Fred Soper a São Paulo, acompanhada do Tomas Parran. Benedito Montenegro, diretor da Faculdade de Medicina, Taylor, novo diretor da Fundação Rockefeller no Brasil e Edith de Magalhães Fraenkel Diretora da Escola de Enfermagem de São Paulo. Fonte: Acervo do Museu Histórico Prof. Carlos Lacaz da Faculdade de Medicina da USP.

As ATAS do Conselho Técnico Administrativo da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo encontram-se mantidas na ante-sala da secretaria do Conselho Técnico Administrativo, devidamente encadernadas. O foco deste estudo foram o Livro ATAS II e III que compreendem o período de abril de 1938 a maio de 1966. ⁽⁵⁷⁾

Durante a reunião do Conselho Técnico Administrativo é informado pelo presidente do Conselho às circunstâncias do acordo entre a Fundação Rockefeller, o governo do estado de São Paulo as Faculdades (USP) para a criação da Escola de Enfermagem. Paula Souza ⁽⁶⁶⁾ completa a informação sobre as bolsas de estudo para efetuar essa criação.

Ata da reunião ordinária do Conselho Técnico Administrativo correspondente ao mês de agosto de 1940, estando presentes às 10 horas na sala do Conselho os senhores professores doutores Luis Cunha Motta, diretor, Almeida Prato, Celestino Bounrral, Renato Lucchi, Franklin (...) Campos, Gonsales, Paula Souza e Alípio Corêa Neto, havendo número legal o Presidente declara aberta a reunião ordinária correspondente ao mês de agosto de 1940. (...). Antes de terminar a reunião o prof. Paula Souza solicita do Presidente uma informação sobre o que há de oficial entre as faculdades, o governo e a Fundação Rockefeller no tocante a “creação” de uma escola de enfermagem. O Presidente diz que de fato está-se tratando da “creação” de uma escola de enfermagem de alto nível na qual só poderão ingressar candidatas com diploma de normalista e que hajam prestado exame de admissão nos termos da lei federal. Pensou-se a principio numa escola de número reduzido de alunas com a finalidade de formar corpo de enfermeiras a altura de elevado nível de nosso ensino médico. A Fundação Rockefeller, governo, que se prontificou a auxiliar esse empreendimento, deseja que esta escola tenha por finalidades não apenas de formar enfermeiros para o ensino médico, mas também enfermeiras de saúde pública. Assim sendo uma escola projetada a principio para cerca de menos de 30 alunos, foi esse número julgado necessário que elevado para 200. Nestas bases a Fundação Rockefeller se prontifica a cooperar no ensino de enfermagem, bolsa de estudos e possivelmente em uma parte dos equipamentos didáticos, cabendo ao governo a construção de um edifício para o ensino e dormitório, mas somente das alunas e das enfermeiras do Hospital das Clínicas com acomodações para 200 pessoas. Estas condições estão sendo estudadas em seus pormenores e consultadas as possibilidades para a sua execução. O prof. Paula Souza agradece as informações ao Presidente e insiste em que o prof. poderia mais uma vez dizer ao Interventor, que o CTA muito se interessa pelo assunto. Diz mais o prof. Paula Souza, que soube que a Fundação Rockefeller já resolveu conceder quatro bolsas de estudo para as educadoras sanitárias que deverão referir formar nos Estados Unidos a fim de realizarem um curso de enfermagem e servirem assim de núcleos para a futura

escola de enfermeiras. Essas educadoras deverão ser comissionadas e terão que seguir muito em breve, pois só assim conseguiram chegar a tempo para a abertura dos cursos. Nada mais havendo a tratar é encerrada a sessão e para constar a fim de lavrar a presente ata que vai assinada pelos presentes. São Paulo, oito, digo, seis de agosto de 1940. (Ata do Conselho Técnico e Administrativo da Faculdade de Medicina, 1940).

Prosseguido no mesmo livro Ata, na reunião ordinária de 28 de março de 1941, é possível ler novamente a indagação de Paula Souza sobre a criação da Escola de Enfermagem ⁽⁶⁷⁾:

Por fim o prof. Paula Souza pergunta ao Presidente se há alguma crise de (...) em relação à “criação” de uma escola de alta em enfermagem e em que pé está à questão. O Presidente diz que de fato está em estudos a “criação” de uma escola de enfermagem e que até o presente momento nada há em definitivo. (Ata do Conselho Técnico e Administrativo da Faculdade de Medicina, 1941).

Na ATA de 08 de maio de 1942 ⁽⁶⁸⁾ é realizada pelo Presidente do CTA a leitura de um ofício datado de 13 de março de 1942, que foi dirigido à Secretaria de Educação e Saúde Pública e ao Reitor da Universidade:

secretaria da educação e ao Magnífico Reitor da Universidade de São Paulo relativamente ao funcionamento das faculdades. (...) Há mais de nove meses que me encontro na direção da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (...). Tive neste lapso de tempo a oportunidade de verificar as necessidades mais urgentes desta Faculdade, (...). As deficiências que nela se encontram são múltiplas e sérias e necessitam de imediata correção... (Ata do Conselho Técnico e Administrativo da Faculdade de Medicina, 1942).

Segue-se uma lista de especialidades médicas definidas por “Cadeiras”, como a “Cadeira de Psiquiatria”. Estas estão com poucos leitos ou em locais inapropriados. Assim fundamenta a necessidade de receber mais verba e com o Decreto de criação do Hospital das Clínicas e da Escola de Enfermagem faz com que as verbas sejam desmembradas, assim, torna-se possível receber mais provimentos: ⁽⁶⁸⁾

dotação orçamentária é insuficiente sendo a mesma desde 1941 (...) que os decretos criando o Hospital das Clínicas e a Escola de

Enfermagem a ele anexa, sejam publicados com a possível brevidade (...). Assinado Benedito Montenegro. Terminada a leitura, diz o Presidente que obteve do Interventor a promessa de três mil contos, assim como a instalação do Hospital das Clínicas e que o Projeto do Decreto da Escola de Enfermagem será publicado e que irá tratar da instalação da Clínica Psiquiátrica. (Ata do Conselho Técnico e Administrativo da Faculdade de Medicina, 1942).

Com a ampliação do atendimento hospitalar houve a necessidade da criação da Escola de Enfermagem, em 1942 através do Decreto-Lei Estadual nº 13.040, 31 de outubro de 1942, em instalações anexas a Faculdade de Medicina, até 1947 quando foi concluído o seu prédio próprio. ^(8,13) Efetivamente criada, a escola necessitava de um corpo administrativo, uma vez que tinha a diretora escolhida, Edith Magalhães Fraenkel, mas necessitava ainda de um Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem, o que ocorreu em reunião ordinária, decidiu-se pela nomeação do Adherbal Tolosa do Técnico Administrativo da Faculdade de Medicina para o Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem:

... O Presidente diz que de acordo como Decreto nº 13.040 de 31 de outubro a Escola de Enfermagem em seu artigo 6º determina que do Conselho Administrativo da mesma deva fazer parte um professor da faculdade, eleito, por três anos pelo Conselho Técnico Administrativo desta Faculdade. Nestas condições, solicita que o Conselho faça a indicação deste professor. O prof. Paula Souza, com a palavra faz referências a nova Escola de Enfermagem e o alto padrão do curso como há poucas nos Estados Unidos. Acha que serve a conveniência como se trata do primeiro Conselho Técnico Administrativo que o membro indicado, professor da faculdade, fosse um membro do C. Técnico que serviria de ligação entre os dois conselhos, assim propunha o nome do prof. Adherbal Tolosa. Por unanimidade é aprovada a proposta do prof. Geraldo de Paula Souza. O prof. Tolosa agradece a confiança do Conselho. (Ata do Conselho Técnico e Administrativo da Faculdade de Medicina, 1943).

As Atas da Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo também evidenciam a consolidação do novo espaço educacional, no qual é possível perceber a contínua exaltação aos Estados Unidos, o grande financiador, como revela o texto de uma das atas de reunião dos administradores da saúde paulistana ⁽⁷⁰⁾:

Aos vinte e sete dias do mês de janeiro de mil novecentos e quarenta e três, na sala número cinco mil e vinte e oito do edifício do Hospital das Clínicas, anexo a Faculdade de Medicina, sito nos fundos da dita Faculdade, à Avenida Arnaldo, às quinze horas e meia, reuniu-se pela primeira vez, o Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de S. Paulo. Com a presença dos Srs. Drs. professor Benedito Montenegro, Diretor da Faculdade e Presidente do Conselho; professor Geraldo de Paula Souza, Diretor do Instituto de Higiene; Odair Pedroso, Secretário da Comissão de Instalação e Organização do Hospital das Clínicas; D. Edith de Magalhães Fraenkel, Diretora da Escola de Enfermagem, e D. Haydée Guanaes Dourado, Instrutora, membros do Conselho administrativo, foi aberta a sessão pelo presidente. (Ata da 1º Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, 1943).

O Conselho Administrativo tinha a função de resolver todas as questões estruturais da nova escola, porém, apesar de considerado um espaço deliberativo, funcionava como uma pequena instância, pois os assuntos importantes deveriam passar deste para o CTA da FMUSP ou pela Congregação daquela universidade. Dos cinco membros do Conselho, três eram homens e médicos, as únicas enfermeiras, a diretora da futura escola e a antiga diretora da escola Ana Neri, agora instrutora. Dentre os docentes que foram indicados nesta reunião, todos os homens, entre médicos e sociólogo, psicólogo, mas nenhum enfermeiro.

Iniciados os trabalhos referentes à orientação que se deverá dar à Escola de Enfermagem, foram discutidos os seguintes itens: I. Possibilidades de Organização do curso. De acordo com o prospecto, programa e regulamento, previamente elaborados e apresentados pela Diretora aos demais membros do Conselho, ficou resolvido iniciar-se o curso Preclínico, o mais breve possível. O período Preclínico, terá a duração de 6 meses. II. Materiais componentes do primeiro ano, horários, períodos de aulas teóricas e práticas, corpo docente, métodos e local de ensino e de estudo, foram projetados, esperando-se a solução destes problemas, após a aprovação do Conselho Administrativo sobre o programa, o prospecto e o regulamento da Escola. (...) IV. Para reger a cadeira de Anatomia foi indicado o prof. Gerson Novah; a de Química Fisiológica, o Nevio Pimenta; à de Psicologia, o Roberto Blumer; a de Sociologia, o Sérgio Milliet; a de Higiene e Saúde Pública, o Francisco Antônio Cardoso, tem ficado sem indicação definitiva os professores de microbiologia e de Fisiologia, todas as cadeiras de período Preclínico. V. Ficou assente a designação oficial da Escola, que se denominaria: - 'Escola de Enfermagem de São Paulo'. VI. Discutiu-se a questão da abertura do Curso, prevendo-se a necessidade de publicar editais para a inscrição de candidatos, fornecendo-se o mesmo tempo para recebimento das verbas devidas do tesouro do Estado. VII. Referências foram feitas quanto à aquisição de material de ensino, pela Comissão

Rockefeller, a qual concorre anualmente com a quantia de \$200,00 dólares, para o desenvolvimento da Escola. (...) IX. Sobre a admissão de alunos do sexo masculino, ficou assentado que se receberia um apenas, visto ter sido o único a satisfazer as exigências regulamentares de inscrição. X. Sobre o comissionamento de professores e de educadoras sanitárias, um ofício será enviado à Secretaria de Educação, instruído com os nomes e as localidades onde as mesmas trabalham (Ata da 1ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, 1943).

5.2 COTIDIANO DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

5.2.1 O Princípio

A Escola de Enfermagem de São Paulo inicia seus trabalhos antes mesmo da construção do prédio, assim ficam suas instalações temporariamente no prédio do Hospital das Clínicas, ainda em fase de construção. A escola ocupava a ala esquerda do 5º andar como administração, o 6º andar como residência para as estudantes que foi expandida depois para o 10º andar ⁽⁸⁾.

Com o hospital impossibilitado por falta de verbas de abrigar todas as especialidades médicas, as alas ainda desocupadas eram utilizadas pela escola de enfermagem até a inauguração do seu prédio. Porém, mesmo com essa possibilidade de ocupação, a residência para as estudantes era sempre um motivo de preocupação: Edith de Magalhães Fraenkel “... obtêm permissão do prof. Enéas, para transferir a residência das estudantes, para a Ala Leste do 6º andar” ⁽⁷¹⁾.

Em 20 de janeiro de 1944, novamente na reunião do Conselho Administrativo, Edith de Magalhães Fraenkel obteve como resposta, sobre se as estudantes da escola de enfermagem poderão continuar alojadas no prédio do Hospital das Clínicas: “... provavelmente não, pois a construção do

prédio da escola está atrasada devido à falta de operários e que dentro de um ano o hospital todo deverá estar ocupado. ⁽⁷¹⁾

Edith de Magalhães Fraenkel demonstra preocupação em encontrar alojamento para as de 60 internas e fazer provisão para a turma que deverá entrar para a escola em março. É sugerido por Enéias Aguiar a utilização como alojamento dos pavilhões do atual Hospital Emílio Ribas, transferindo para isso os doentes passar para o Serviço de Moléstias Tropicais. “É considerada a possibilidade de não se abrir um dos serviços do Hospital das Clínicas, para deixá-lo como residência da Escola de Enfermagem.” ⁽⁷¹⁾.

Em 6 de março de 1945, novamente discutiu-se sobre o alojamento para as estudantes, sendo recordado que sob a pena de ficar atrasado o curso da classe de 1946. Mencionaram o Pavilhão Condessa Álvares Penteado da Santa Casa ou o Hospital de Crianças de Indianópolis, apresentando esse, mais facilidades didáticas, mesmo sendo mais distante. ⁽⁷²⁾

Novamente há a sugestão de Enéias Aguiar de transformar o Hospital Emílio Ribas em residência para as estudantes da Escola. Essa hipótese foi levada pelo Presidente do Conselho ao diretor do hospital Emilio Ribas, Arantes. Este respondeu com uma negativa terminantemente. Edith de Magalhães Fraenkel pede sugestões de como agir a respeito da necessidade de alojamento para as estudantes da nova turma, afirmou que o único meio de arranjar acomodações era protelar a vinda de mais uma clínica para o Hospital das Clínicas, até que o prédio da Escola de Enfermagem esteja pronto. Enéias Aguiar lembra que a Clínica Ginecológica e a Clínica Cirúrgica ainda não vieram para o hospital por falta de docentes, tendo a primeira o professor responsável sido jubilado e o professor da segunda, encontra-se na Europa com o corpo Expedicionário. Assim, ficou a disposição da Escola ambas as enfermarias. ⁽⁷³⁾

5.2.2 Prédio da Escola

O acordo entre a Fundação Rockefeller, o SESP e o Governo do Estado de São Paulo foi mantido, conforme a Ata da 2º Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, o Presidente comunica à assembléia o orçamento da nova Escola para a construção do prédio e seu aparelhamento: ⁽⁷⁴⁾

... a doação feita pelo Serviço Especial de Saúde Pública, da quantia de quatro milhões de cruzeiros (Cr\$ 4.000.000,00) e para construção do prédio da Escola e quantia de dois milhões de cruzeiros (Cr\$ 2.000.000,00) dos fundos públicos para seu aparelhamento. A construção ficará a cargo do Serviço Especial de Saúde Pública, e será fiscalizada por uma comissão Executiva composta de: 1 representante da Secretaria da Viação; a Diretora da Escola de Enfermagem e o Harold D. Celope, representante da Fundação Rockefeller. O plano de construção está sendo elaborado pelos engenheiros construtores americanos Pfisterer e Beise. Ouvidas as autoridades do Estado e estando todas de acordo, o Presidente tomou as medidas indispensáveis à execução do plano, inclusive a lavratura de contrato entre as duas partes. Depois de congratular-se com os demais membros, o Presidente propôs que o Conselho Administrativo enviasse moção de aplauso ao George Saunders em reconhecimento pela atuação, assim como ao Bernardo Hrug, a cujo esforço se deve a obtenção desse donativo. A Proposta foi aceita, bem como a seguinte, do prof. Colosa, sobre ofício de congratulações ao Interventor, por intermédio do Secretário da Educação e Saúde Pública. Ficou resolvido que também se mandaria um ofício à benemérita Fundação Rockefeller que auxiliou e amparou a Escola durante seu período de organização, continuando a manter seu auxílio. ...III. Continuando a discussão dos assuntos referentes à admissão de candidatas ao curso normal de enfermagem, Prof. Paula Souza lembrou e ficou resolvido que os testes de inteligência de que trata o regulamento, poderão ser confiados à professora Noemy da Silveira Rudolfer, cuja indicação para professora da cadeira de psicologia, vaga com a impossibilidade da vinda do Estados Unidos do Robert Blumer, foi aprovada. IV. Para outras cadeiras vagas, microbiologia e Sociologia ficaram resolvidas serem as mesmas distribuídas aos Drs. Carlos da Silva Lacaz e Sérgio Milliet, respectivamente. (...) VII - Dadas as dificuldades decorrentes da guerra, a Faculdade de Medicina ofereceu generosamente suprir algumas necessidades que surgirem ao se instalarem os cursos da Escola. (Ata da 2º Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, 1943)

O prédio da Escola acabou consumindo um valor muito maior que o planejado, necessitando um aumento de verbas, como é possível verificar na ata da 3º reunião do Conselho Administrativo, comunicou o Presidente à assembléia mais verbas vindas do Governo Federal e a criação de uma comissão que deverá acompanhar as obras, dos quais constam Edith de Magalhães Fraenkel e Benedito Montenegro: ⁽⁷⁵⁾

... o Interventor Federal resolvera auxiliar a construção do prédio da Escola, com mais Cr\$ 1.500.000,00; e que havia sido homologado pelo Governo, os nomes componentes da comissão que deverá acompanhar a edificação do prédio. (Ata da 3º Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, 1943).

Em reunião ordinária do Conselho Administrativo, o Presidente comunicou a assembléia que foi firmado o acordo com uma construtora para erguer o prédio da EE, o projeto escolhido, mesmo sendo impugnado pela sua arquitetura vanguardista foi o do engenheiro Pfisteres em detrimento do apresentado por Ernesto Souza Campos: ⁽⁷¹⁾

... que se acha definitivamente firmado o contrato de construção do edifício da Escola, e que a comissão Executiva, tendo estudado várias ofertas de firmas construtoras, fez contrato com a firma Lindemberg & Assunção. Entretanto o projeto continuou sendo apresentado por Mes. Pfisteres, apesar de ter sido impugnado por Anhaia Melo, professor de Arquitetura, na objeção de ser de estilo modernista, avançado demais. Tornou-se necessário fazer uma maquete do conjunto dos três prédios; depois de examinar, concordou o Secretário da Viação e Obras Públicas com o projeto, decidindo não mais opor obstáculos por questões de estética. (Ata da Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, 1944).

O Presidente continua afirmando que a construção do edifício da Escola de Enfermagem está sendo encarecida pela situação de guerra, necessitando solicitar ao Interventor Federal aumentar a contribuição de Estado em um milhão e quinhentos mil cruzeiros, verba que deveria ser votada ainda antes de abril ⁽⁷¹⁾.

Benedito Montenegro continua afirmando que uma empresa de Nova York ofereceu-se para fornecer o equipamento para a Escola de

Enfermagem, porém a diretora, Edith de Magalhães Fraenkel lembrou-lhes que a Fundação Rockefeller tem a distribuição e o fornecimento de vários equipamentos e que seria conveniente deixá-los escolher o fornecedor norte-americano ⁽⁷¹⁾.

Figura 6: Imagem fotográfica da Maquete da Escola de Enfermagem de São Paulo. Fonte: Centro Histórico Cultural da Enfermagem Ibero-Americana – CHCEIA/EEUSP

Figura 7: Imagem fotográfica da construção do prédio da Escola de Enfermagem de São Paulo. Fonte: Acervo iconográfico do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Figura 8: Imagem fotográfica de Nelson Rockefeller e Edith de Magalhães Fraenkel em vistoria a construção do prédio da Escola de Enfermagem de São Paulo. Fonte: Acervo iconográfico do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Figura 9: Imagem fotográfica em frente a Escola de Enfermagem de São Paulo, de Nelson Rockefeller e os funcionários da obra. Fonte: Centro Histórico Cultural da Enfermagem Ibero-Americana – CHCEIA/EEUSP

5.2.3 Ambições da Escola de Enfermagem de São Paulo

Desde sua criação a EE foi guiada por mulheres, enfermeiras visionárias, pois no planejamento, quando se discutia a implantação da graduação, fazia-o também os planos em relação à pós-graduação.

A Diretora da Escola de Enfermagem, Edith Magalhães Fraenkel, regressou de sua viagem de pesquisa com a visão referencial da enfermagem dos Estados Unidos e Canadá. A EESP recebeu sua diretora com a visão das melhores e mais conceituadas Escolas de Enfermagem do mundo, como a Universidade de Toronto (*Toronto School of Nursing*), estágios e visitas em Vanderbilt, Filadélfia, Colúmbia e Yale, e ainda os centros de saúde comunitários *East Harlem* e *Kips Bay-Yorkville*, em Nova York, associações e programas de enfermeiras visitadoras em Nova York e Filadélfia, serviços sanitários municipais em Nova York e Baltimore e estaduais, como no Tennessee. ^(3, 4, 6, 8, 18, 76, 77, 78, 79,80) Imbuída e influenciada por toda sua experiência em instituições internacionais Edith de Magalhães Fraenkel também idealiza a pós-graduação.

No Conselho discutia-se além do planejamento da graduação, a pós-graduação, como pode ser visto a seguir: “Foi ligeiramente abordado pelo Paula Souza o assunto do curso de “post” graduado de enfermagem de saúde pública, ficando o assunto para ser discutido posteriormente” ⁽⁷⁵⁾. Embasado teoricamente nos moldes das referidas escolas, é realizado o Relatório Anual de 1947, no qual apresenta os audaciosos planos para 1948:

(81)

Planos para o ano de 1948. Iniciar o curso de enfermagem em nível superior. Fazer entendimentos com a USP, com a Fundação Kellogg e com a Organização Mundial de Saúde para iniciarmos, em 1958, cursos de pós-graduação de formadores de professores de escola de enfermagem e chefes de serviço de enfermagem. (Relatório Anual da Escola de Enfermagem de São Paulo de 1947).

É comunicado pela diretora da Escola a visita do Ned Fahs, Diretor da Divisão Latino americana da Fundação Kellogg, para conhecer o plano dos cursos de especialização. Este informou que a Fundação estava

interessada no referido plano e sugeriu que o mesmo fosse apresentado à Diretora da Divisão de Enfermagem, Miss Maldred I. Tuttle. Para que ocorresse a efetiva cooperação da Fundação Kellogg com a USP era necessário que esta solicite apoio financeiro da Fundação para realizar o convênio. Decidiu o Conselho que fosse solicitado ao Magnífico Reitor as providências para o entendimento e execução dos cursos de especialização para a formação de docentes e administradores dos serviços de enfermagem. ⁽⁸²⁾

A pós-graduação havia sido autorizada pelo Conselho Administrativo da Escola desde 1954, porém dependia de aporte financeiro que foi conseguindo junto a Fundação Kellogg por intermédio de Maria Rosa Sousa Pinheiro. Era interessante para a fundação a criação de cursos de pós-graduação na América Latina porque a dificuldade com a língua inglesa era um impedimento para a concessão de bolsas de estudo para enfermeiras da América Central e do Sul ⁽⁸⁾

A diretora da escola comunica que: “a Fundação Kellogg doou a importância de Cr\$ 35.000,00 à USP para a Escola de Enfermagem iniciar em 1959, cursos de pós-graduação para enfermeiros, de acordo com o plano aprovado por este Conselho.” ⁽⁸³⁾

O convênio firmado com a USP referia-se a um escalonamento da doação em quatro anos, e a partir de 1963 a USP tornou-se responsável por toda a manutenção financeira destes cursos. ⁽⁸⁾

5.2.4 Programa de bolsas no exterior

Com a Fundação Kellogg e a colaboração da Fundação Rockefeller, do IAIA e da Organização Sanitária Panamericana (OPAS/OMS) foi planejado o programa de aperfeiçoamento das docentes da Escola com bolsas de estudo em universidades norte-americanas.

No relatório de 1937, foi possível encontrar uma referência a estudantes com bolsas de estudos no exterior. Encontram-se “... nos EUA

em estudos de especializados em administração as enfermeiras (...) e Maria Rosa Sousa Pinheiro” (6,8,81).

Edith de Magalhães Fraenkel e Maria Rosa Sousa Pinheiro sempre mantiveram-se na vanguarda da enfermagem, para isso participavam constantemente de congressos, como esse em 1947 ⁽⁸⁴⁾:

... comunica sua partida para os EUA para o Congresso Internacional de Enfermagem, em Washington e em Atlantic City, foi convidada pela Associação Internacional para agradecer aos EUA em nome das Nações Estrangeiras a realização do Congresso naquele país. Levou consigo uma enfermeira membro do corpo docente que após assistir ao Congresso seguiu o curso de especialização em Enfermagem Psiquiátrica, provavelmente em Philadelphia. D. Maria Rosa Sousa Pinheiro recebe uma bolsa para o Colégio de professores da Universidade de Columbia em Nova York. (Ata da 14º Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, 1947).

Desta viagem, Maria Rosa Sousa Pinheiro volta com o mestrado em administração de escolas de enfermagem e a docente com especialização em enfermagem neurológica e psiquiátrica.

Houve um período em 1949 que de 15 enfermeiras do corpo docente da Escola de Enfermagem de São Paulo, 9 estavam com bolsas de estudos. Foram matriculadas na Universidade de Boston em 1948, para a graduação em educação em enfermagem e especialização em enfermagem pediátrica e ortopédica, mais duas docentes. Seguiram em 1949 cinco docentes para os Estado Unidos para obterem o título “Master of Letters” para especializações em enfermagem cirúrgica, enfermagem pediátrica, enfermagem médica e enfermagem psiquiátrica. Receberam bolsas da Fundação Kellogg, em 1950, mais duas docentes para especializações em enfermagem obstétrica e Mestrado em Educação, na área de administração de Escolas de Enfermagem ⁽⁸⁾

Maria Rosa Sousa Pinheiro comunica, em 1956, que “obteve do Sr. Governador autorização para o afastamento de 30 dias (...) para participar do Seminário sobre Pesquisa em Enfermagem a realizar-se na França.” A preocupação com a excelência no ensino também se manifesta na pesquisa de uma Escola que já foi criada com o intuito de ser a vanguarda da enfermagem brasileira. ⁽⁸⁵⁾

Em 18 de junho de 1959, Maria Rosa Sousa Pinheiro comunica que duas auxiliares de ensino da escola receberam bolsa de estudos para o curso de pós-graduação nos Estados Unidos, uma da Fundação Kellogg para Enfermagem Cirúrgica e outra da Fundação Rockefeller para Enfermagem Pediátrica ⁽⁸⁶⁾.

Maria Rosa Sousa Pinheiro comunica que “deverá ir aos Estados Unidos em 6 de outubro, 1960, com bolsa de estudos da Fundação Kellogg, por um período de três meses, a fim de observar cursos de pós-graduação.” ⁽⁸⁷⁾

Eram constantes os aperfeiçoamento das docentes, o que garantiu a Escola de Enfermagem de São Paulo que cumprisse com uma de suas primícias que segundo relatório de Edith de Magalhães Fraenkel em 1948, foi firmado pelo SESP e pela fundação Kellogg: “... que deveria ser essa Escola o centro de irradiação para o ensino da enfermagem, curso básico e pós-graduado, não só para o Brasil como também para a América do Sul”. ^(8,88)

5.2.5 Dificuldades do Caminho

O fato de ser anexa proporciona dificuldades a Escola sendo a verba integrada a Faculdade de Medicina, como explica na Ata da reunião de 5 de maio, o Presidente Benedito Montenegro explica a dificuldade de pagamento da gratificação aos assistentes da universidade em regime de tempo integral, que deram aos cursos de ciência as estudantes da classe de 46, mesmo explicando as autoridades governamentais que os referidos professores estavam agindo dentro das suas atribuições, pois a Escola de Enfermagem é uma dependência da Faculdade de Medicina, no entanto o reitor da Universidade, que é uma autoridade, interpreta o caso diferentemente e acha que os professores não podem receber, no entanto subordina sua informação ao parecer do diretor. ⁽⁷¹⁾

Caracterizando o intuito defendido por Nelson Rockefeller e sua Fundação do Efeito Demonstração, a Escola de Enfermagem de São Paulo foi criada com a intenção de servir de exemplo a ser seguida pelas demais

escolas no intuito de formar a “Moderna Enfermagem” no Brasil. Assim há estudantes de diversas localidades se interessaram em cursar na nova escola, como é possível verificar nas Atas do Conselho, Edith de Magalhães Fraenkel comunica que: “entre as 44 estudantes da turma a formar-se em 1947, há 28 com bolsas oferecidas pelo SESP, vindas dos estados de Amazonas, Pará, Ceará, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.” ⁽⁷¹⁾

Noutra reunião Edith de Magalhães Fraenkel apresenta os documentos da vida escolar de uma estudante de nacionalidade paraguaia, que fora contemplada com uma bolsa de estudos inicialmente para a Escola Ana Neri, da Universidade do Brasil. Tendo o Conselho aceitado à estudante apesar de não ter completado o curso secundário no seu país. O Presidente informa que não podem recusar a matrícula, em virtude do convênio cultural existente entre os países, tendo que receber nas escolas superiores um certo número de matriculados do outro país consignatário que em geral são bolsistas. ⁽⁸⁹⁾

Dentre tantas preocupações e crescente número de estudantes havia a questão legal da equiparação, que segundo o Decreto Federal nº 20.109/31 a Escola de Enfermeiras Ana Neri foi considerada escola oficial padrão, a qual todas as outras deveriam equiparar-se, essa necessidade entra em discussão durante a reunião do Conselho ⁽⁹⁰⁾:

Tendo a Escola perto de dois anos de funcionamento a Diretora pergunta ao Conselho se deve pleitear equiparação. O prof. Montenegro esclarece que no caso da Faculdade de Medicina não se faz equiparação, apenas as escolas superiores dos Estados tem de estar conforme o mínimo ao padrão federal e que há um dispositivo legal que regulamenta a verificação do funcionamento das Escolas Superiores. A diretora comunica que enviara ao departamento do Ensino Superior, todos os documentos exigidos para o registro desta Escola, inclusive uma copia do Regulamento, com a ressalva de não estar então aprovado. (Ata da 9ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, 1945)

Pelo Decreto Federal nº 21.965, de 21 de outubro de 1946, após relatório favorável realizado por Rosaly Taborda, enfermeira indicada pela escola Ana Neri para realizar a verificação ⁽⁸⁾.

Em junho de 1946 houve a discussão do Regulamento da Escola de Enfermagem, que iria inovar o Decreto-Lei de criação da Escola, decidiu-se pela “alteração no artigo 4º pela substituição da expressão ‘ou melhorar as escolas já existentes’ por e no ‘aperfeiçoamento das escolas já existentes’”.⁽⁹¹⁾ Essa adequação fez-se necessária porque era incumbência da Escola de Enfermagem de São Paulo formar novos profissionais, mas também subsidiar tecnicamente a formação profissional realizada por outras escolas. Em novembro foi aprovado o Primeiro Regulamento da Escola⁽⁸⁾.

5.2.6 A vida acadêmica

A vida interna das estudantes compreendia uma série de obrigações com seus uniformes, manutenção de seus alojamentos além da dedicação as aulas, os estudos e ao trabalho no Hospital das Clínicas. Para garantir a total dedicação, mesmo as estudantes residentes em São Paulo precisavam ficar no regime de internato da EE.

Uma das responsabilidades era o próprio Centro Acadêmico, que entre outras atribuições, foi o responsável pelo bazar de caridade para a criação da brinquedoteca do HC e bailes dançantes para as estudantes. O CA que teve aprovado seu Estatuto pelo Conselho em 20 de janeiro de 1944, dentre seus 25 artigos, afirma ter por objetivo⁽⁷¹⁾:

desenvolver em seu seio forte sentimento de responsabilidade individual e de disciplina; criar espírito de união de classe, de compreensão mútua e de cooperação entre o corpo docente e discente e prescrever compromissos de estrita probidade na execução de todos os trabalhos e provas escolares; e de zelo para com o patrimônio moral e material da escola e de submissão dos interesses individuais aos da coletividade. (Ata da Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, 1944).

A reciprocidade da responsabilidade em relação à EE perante as estudantes estava marcada em todo o âmbito acadêmico, como no caso das aulas práticas ou do trabalho onde ao ocorrer quebra de materiais das

enfermarias do Hospital das Clínicas por estudantes da Escola, foi definido que a Escola pagaria Cr\$ 200,00 mensais ao HC em material para indenizar parte do prejuízo. ⁽⁷²⁾

Outra preocupação era quanto à saúde das estudantes, em reunião do Conselho, Edith de Magalhães Fraenkel indagou se o HC não poderia fornecer medicamentos, uma vez que havia já um acordo intitulado “Serviço de Saúde da Escola de Enfermagem”, que garantia: ⁽⁷²⁾

a. exame médico inicial na Secção de Universitários do Instituto de Higiene (...), b. acompanhamento do estado de saúde das alunas, por um dos membros do Corpo Docente da Escola e consulta médica em todas as ocasiões em que houve necessidade, tendo sido esse serviço feito por médico da escolha deste Conselho dentre o Corpo Clínico do Hospital. c. a Escola tem feito uso de todos os recursos do Hospital, tanto para a diagnose como para o tratamento, apenas não tem tipo o privilegio do uso de medicamentos para os casos que não precisam internação. (Ata da 7º Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, 1945.)

Segundo o verificado nos relatórios anuais, as patologias mais recorrentes eram gastrite e resfriados. ^(88, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98). Ainda referindo-se aos problemas de saúde das estudantes, discutiu-se a alimentação fornecida pelo HC e quais as possibilidades de melhorias, pois muitas estudantes apresentavam-se emagrecidas e constantes distúrbios gástricos. Reconheceu-se a boa vontade do HC em oferecê-la da melhor maneira possível em tempos de guerra. ⁽⁷²⁾

A exigência da escola em relação à dedicação das estudantes, combinado com a qualidade de seus docentes e toda a infra-estrutura proporcionada, garantia uma qualidade inestimável ao curso. Para manter tal nível, as estudantes que reprovavam eram convidadas a desistir do curso e no caso de serem bolsistas, perdiam o benefício. Dentre as estudantes, havia professoras comissionadas que além perder a vaga na escola a Diretora deveria informar a Secretaria de Educação e pedir o descomissionamento destas. ⁽⁹⁹⁾

Na ata da reunião do CTA da FMUSP ⁽¹⁰⁰⁾ realizada em 28 de fevereiro de 1962, lê-se sobre a negação do pedido de equivalência do

diploma de enfermagem para o ingresso nos cursos de medicina, odontologia e farmácia:

A respeito dos dois projetos de lei, enviados pela Reitoria, o primeiro sob o nº 3.56/61 que regulamenta o exercício da profissão do médico no interior do Brasil e o segundo sob o nº 3.574/61 que reconhece a equivalência do diploma de enfermagem superior, expedido por Estabelecimentos de ensino oficiais ou reconhecidos, ao Certificado de aprovação no exame vestibular para acesso aos cursos de Medicina, Odontologia e Farmácia, este Conselho, após debates, concorda por unanimidade com o primeiro ante projeto, discordando, totalmente, do segundo. (Ata do Conselho Técnico e Administrativo da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, de 28 de fevereiro de 1962).

5.2.7 Conclusão do Acordo de auxílio com a Escola de Enfermagem

Pelo acordo entre Brasil e Estado Unidos através da Fundação Serviços Especiais de Saúde Pública, SESP e o Instituto de Assuntos Inter-Americanos, I.A.I.A., a então recém-criada Escola de Enfermagem de São Paulo, recebeu aporte financeiro até 1951, conforme foi possível verificar nos relatórios de janeiro de 1947 e 1949, maio de 1950 e março de 1951. ^(81, 88, 93, 94, 95)

Todos os relatórios financeiros eram enviados devidamente assinados pela diretora da Escola para o SESP, onde eram traduzidos para o inglês e encaminhados para o IAIA. Nestes relatórios, logo na margem superior direita é possível ler a identificação do acordo, sob o “código NT-SPA-14”.

Com uma formatação padronizada, os relatórios apresentam as despesas com manutenção, pagamento de funcionários e equipamentos, além de identificar as discentes e docentes que estão no exterior com bolsa de estudos e principalmente a contribuição social da escola, por exemplo, em atendimentos no Hospital das Clínicas ou em alguma campanha sanitária.

O último relatório encontrado, datado de 1960, apresentou-se sob o título: “Conclusão do Acordo de auxílio com a Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, NT-SPA-14.” Neste foram encontradas descrições orçamentárias como nos outros, porém, com fotos da Escola de enfermagem em pleno funcionamento. ⁽³¹⁾

Figura 10: Imagem fotográfica do Complexo de Saúde de São Paulo do relatório “Conclusão do acordo NT-SPA-14”. Fonte: Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Osvaldo Cruz na Fundação Osvaldo Cruz.

Figura 11: Imagem fotográfica de uma aula ministrada na Escola de Enfermagem de São Paulo. Fonte: Souza-Campos, E. História da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1954. Publicação comemorativa ao 4º centenário da Cidade de São Paulo.

Figura 12: Imagem fotográfica da Biblioteca da Escola de Enfermagem de São Paulo do relatório "Conclusão do acordo NT-SPA-14". Fonte: Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Osvaldo Cruz na Fundação Osvaldo Cruz.

Figura 13: Imagem fotográfica da entrada e do balcão de informações da Escola de Enfermagem de São Paulo do relatório "Conclusão do acordo NT-SPA-14". Fonte: Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Osvaldo Cruz na Fundação Osvaldo Cruz.

Figura 14: Imagem fotográfica do refeitório da Escola de Enfermagem de São Paulo do relatório "Conclusão do acordo NT-SPA-14". Fonte: Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Osvaldo Cruz na Fundação Osvaldo Cruz.

Figura 15: Imagem fotográfica de um quarto de uma interna da Escola de Enfermagem de São Paulo do relatório “Conclusão do acordo NT-SPA-14”. Fonte: Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Osvaldo Cruz na Fundação Osvaldo Cruz.

Figura 16: Imagem fotográfica de um quarto de uma interna da Escola de Enfermagem de São Paulo do relatório “Conclusão do acordo NT-SPA-14”. Fonte: Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Osvaldo Cruz na Fundação Osvaldo Cruz.

5.2.8 Atas da Reunião do Corpo Docente

As docentes da Escola, além das atividades de docência e a constante preocupação em aprimoramento, conforme o demonstrado tem também a preocupação em manter a homogenia e harmonia da escola, por esse motivo, iniciaram-se em 1948, reuniões semanais de presença obrigatória para a discussão de problemas de ensino, avaliações dos estudantes, avaliação do currículo, reformulação do plano de ensino, discussão de artigos e livros científicos, orientações de Edith de Magalhães Fraenkel e Ella Hasenjaeger sobre novas metodologias didáticas e desenvolvimento de lideranças de enfermagem e participações em reuniões associativas ⁽⁸⁾. Como é possível verificar na Ata da reunião do Corpo Docente da Escola de Enfermagem de São Paulo, 28 de abril de 1954, a Diretora Edith de Magalhães Fraenkel comunica: “D. Glete está trabalhando junto ao Conselho Universitário no sentido de que às cátedras das Escolas de Enfermagem só sejam preenchidas por enfermeiras portadoras de cursos universitários”. ⁽¹⁰¹⁾

Em outra reunião, aparecem assuntos de interesse estrutural também, quando, por exemplo, Edith de Magalhães Fraenkel comunica “que o Hospital das Clínicas prontificou-se a mandar pintar os quartos do 3º andar que estão inutilizados, onde estão 18 internas.” ⁽¹⁰²⁾

Assuntos de interesse administrativo são o primeiro passo para uma possível desanexação, que ocorre quando Maria Rosa Sousa Pinheiro comunica em 29 de outubro de 1958, que ⁽¹⁰³⁾:

... conversou com o Zeferino Vaz sobre a transferência das Escolas de Enfermagem sobre a Secretaria da Saúde para a Universidade, Zeferino é de opinião de que não há conveniência alguma para a Universidade a transferência de tais escolas, pois isso só viria acarretar problemas financeiros e didáticos. (Ata da Reunião do Corpo Docente da Escola de Enfermagem de São Paulo, 1958).

Figura 17: Imagem fotográfica de uma reunião discente com Maria Rosa Sousa Pinheiro e com Wanda de Aguiar Horta (na cabeceira esquerda da mesa) na Escola de Enfermagem de São Paulo. Fonte: Centro Histórico Cultural da Enfermagem Ibero-Americana – CHCEIA/EEUSP

Essas reuniões também têm um caráter político, no sentido de lutar pelo crescimento e reconhecimento da escola e da profissão, como quando Maria Rosa Sousa Pinheiro, Diretora da Escola de Enfermagem, informa que foi entregue ao Governador um relatório referente aos problemas das Escolas de Enfermagem, que consta de 6 itens, a saber: ⁽¹⁰⁴⁾

1. Campanha de esclarecimento do público sobre a enfermagem como profissão digna.
2. Revisão de salários de Enfermeiras e Auxiliares de Enfermagem.
3. Criação de Escola ou cursos de auxiliar de enfermagem nas seguintes cidades: Pariqueraçú. Campinas, Araraquara, São José do Rio Preto, Presidente prudente, Bauru, Araçatuba e Piracicaba.
4. Subvenção anual às escolas particulares tanto de Enfermagem como de Auxiliares de Enfermagem e um auxílio de Cr\$ 500.000,00 para as escolas acima recomendadas
5. Que o governo não incentive, por quaisquer meios, a criação de escolas de enfermagem ou de auxiliar de enfermagem Criação do Serviço Estadual de Enfermagem na Secretaria de Saúde Pública e Assistência Social. (Ata da Reunião do Corpo Docente da Escola de Enfermagem de São Paulo, 05 de outubro de 1961).

Na ata está datilografada e em papel timbrado, onde a Escola apresenta-se como “Universidade de São Paulo - Faculdade de Medicina”, abaixo sublinhado “Escola de Enfermagem de São Paulo”, e abaixo em letras menores o endereço da escola, houve a discussão sobre o desentendimento entre a Escola e as estudantes que aderiram à greve ⁽¹⁰⁴⁾:

Greve: (grifo do autor) D. Maria Rosa comunica que a Diretoria do Centro Acadêmico recusa-se a dar ciência a Diretoria da Escola, das decisões tomadas em assembléia. Diz D. Maria Rosa que pediu há vários dias a presidente do centro a relação dos alunos que estão fazendo estágio voluntário no HC e que até o momento a mesma não lhe foi entregue. A atitude da Diretoria do Centro Acadêmico é hostil a Escola. D. Maria Rosa lembra o quanto a Escola vem auxiliando o Centro quer com Cr\$ 50.000,00, que é tirado do orçamento, quer com a venda de apostilas, quer com o material que dá para a festa de St. Antonio, etc... e diz que está com vontade de suspender essa cooperação e indaga qual a opinião do Corpo Docente. Depois de discutido o assunto ficou resolvido que D. Maria Rosa deve realmente suspender a colaboração, mas que antes de executar essa medida, deverá chamar a diretoria do Centro e explicar as razões que a levaram a tomar tal decisão. (...) D. Maria Rosa fala que não se conforma com a atitude dos alunos permanecerem na Escola e não irem trabalhar tempo integral no HC. Após a discussão deste caso foram apresentadas as seguintes sugestões: 1º. Que seja incluído no Regulamento,

que está sendo elaborado, um artigo que estabeleça que em caso de greve, os alunos internos devem se retirar da residência dentro de ____ horas. 2º. D. Anayde propõe que se estude a possibilidade de se acabar com o internato. A proposta foi aceita e o assunto deverá ser pensado no período de férias e discutido no início de agosto. (Ata da Reunião do Corpo Docente da Escola de Enfermagem de São Paulo, 05 de outubro de 1961).

Nesta importante reunião, de 28 de junho de 1962, várias foram as importantes decisões que influenciaram a vida acadêmica. Dentre elas, a obrigatoriedade de mesmo em greve as estudantes manterem seus trabalhos no HC em tempo integral, o fim do apoio financeiro ao Centro Acadêmico e o fim do internato ⁽¹⁰⁴⁾.

Figura 18: Imagem fotográfica de uma reunião discente com a Diretora Maria Rosa Sousa Pinheiro Conselho Consultivo da Escola de Enfermagem de São Paulo. Fonte: Centro Histórico Cultural da Enfermagem Ibero-Americana – CHCEIA/EEUSP

Na escola, tanto as estudantes quanto as docentes utilizavam uniforme, que também eram decididos nesta reunião, como demonstrado a seguir, foi aprovado em 16 de março de 1967, o uniforme do corpo docente, que era constituído por: ⁽¹⁰⁶⁾

- 'Capote – Vestido': de nycron branco, mangas curtas de três quartos, a ser utilizado tanto sobre o vestido (cobrindo-o totalmente) como sem ele, cobrindo pelo menos metade do joelho.
- Agasalho: malha branca, de Dralon, sobre o vestido.
- Sapato: azul marinho ou preto, salto de sola de 3 cm ou baixo, fechado (profissional) modelo a escolha.
- Meias: "cor de carne" uso obrigatório.
- Cabelos: uso de "travessas, pentes ou fivelas" de cor próxima as dos cabelos de modelos discretos.
- "Maquillage": discreta.
- Jóias: somente aliança e relógio.
- Broche de identificação: Plástico branco com as inscrições em preto: nome em letra maiúscula, embaixo Escola de Enfermagem, em letras menores, em 3º plano, USP em letras maiúsculas.
- Uso do uniforme:
 1. Usar o uniforme sempre completo, cada vez que for necessário ir a qualquer dos hospitais.
 2. Retirar para as refeições. (Ata da Reunião do Corpo Docente da Escola de Enfermagem de São Paulo, 1967)

Figura 19: Imagem fotográfica dos modelos para novo uniforme das docentes, aprovado pela Reunião do Corpo Docente da Escola de Enfermagem de São Paulo, 1967. Fonte: Assistência Técnica Acadêmica da Escola de Enfermagem da USP

Em 5 de novembro de 1970 foi decidido o uniforme das discentes

(107).

- AVENTAL:
 1. Tecido: Nycron gabardinado,
 2. Cor: branca,
 3. Comprimento: 5 cm acima do joelho, barra de 8 cm,
 4. Avasé de 5 cm dos lados e nas 'penses' de trás,
 5. Transpasse: 15 cm, mais ou menos, de acordo com o corpo da pessoa,
 6. Comprimento da manga: 10 cm acima do cotovelo,
 7. Bolso: 10 cm, mais ou menos, abaixo da cintura; 16 cm de comprimento X 16 cm de largura; saído da costura lateral,
 8. Botões de Nylon, 3 cm de diâmetro, com dois furos, tipo abotoadora.

1º Botão: um pouco abaixo do busto;
 3º Botão: na altura do fim do bolso;
 2º Botão: no meio, entre o 1º e o 3º

Nota: Usar o avental sobre a combinação branca.

- Agasalho: casaquinho de malha azul marinho
- Sapato: branco, esporte
- Meia: cumprida (grifos do autor) (Ata da Reunião do Corpo Docente da Escola de Enfermagem de São Paulo, 1970).

Figura 20: Imagem fotográfica dos modelos para novo uniforme das discentes, aprovado pela Reunião do Corpo Docente da Escola de Enfermagem de São Paulo, 1970. Fonte: Assistência Técnica Acadêmica da Escola de Enfermagem da USP

Figura 21: Imagem fotográfica dos modelos para novo avental do uniforme das discentes, aprovado pela Reunião do Corpo Docente da Escola de Enfermagem de São Paulo, 1970. Fonte: Assistência Técnica Acadêmica da Escola de Enfermagem da USP

5.2.9 Relacionamento Interpessoal

Edith de Magalhães Fraenkel mostra-se preocupada com a integração dos estudantes e a convivência harmoniosa entre estes, como demonstrado ao indagar a Bendito Montenegro sobre “qual o melhor modo de fazer a aproximação dos Centros Acadêmicos ‘31 de outubro’ e ‘Osvaldo Cruz’ a fim de ser conseguido para o primeiro o direito de usar o ginásio do último para as aulas de ginástica”. Há a sugestão do Presidente que a

presidente do CA 31 de Outubro procure o presidente do CAOC e trate com ele esse assunto. ⁽⁷¹⁾

Outro problema de relacionamento interpessoal que preocupou Edith de Magalhães Fraenkel foi a constatação da falta de entrosamento entre a Escola de Enfermagem e a Subdivisão de Enfermagem do HC, mesmo sendo ela Diretora da Escola também Orientadora da Subdivisão de enfermagem. Impossibilitada de prestar orientação presencialmente, afirmou que por isso as condições das enfermarias estavam impróprias para os estágios. Solicitou-se ao Presidente um estudo minucioso desta situação. ⁽⁷²⁾

Inicia-se a discussão sobre as relações entre as alunas da Escola de Enfermagem e as residentes e internas do Hospital das Clínicas e as doutorandas da Faculdade de Medicina que moram na Escola. Ao tomar conhecimento que essas relações são muito cordiais, o Presidente diz desejar tornar permanente e não mais provisória o abrigo na Escola de Enfermagem das estudantes de medicina, estagiárias do Hospital das Clínicas. Maria Rosa Sousa Pinheiro argumenta: “... se a matrícula da Escola de Enfermagem aumentar será difícil dar residência a pessoas outras que as alunas de enfermagem”. ⁽⁸⁵⁾

Enéias de Carvalho Aguiar sugeriu que se mantenham as reuniões semanais em que tomam parte a Diretora da Escola de Enfermagem e Orientadora da Subdivisão de Enfermagem do Hospital, suas duas Assistentes, uma vice-diretora da Escola e outra a chefe da Subdivisão de Enfermagem e mais as professoras de enfermagem da escola; e as supervisoras do Hospital, que da parte do hospital só a chefe da Subdivisão tome parte sem Supervisoras. ⁽⁷²⁾

Enéas Aguiar propõe, noutra reunião: “... que seja convidado a tomar parte dessa reunião, a Clarice Ferrarini, chefe da Subdivisão de Enfermagem do Hospital das Clínicas...” ⁽¹⁰⁸⁾

5.2.10 Relações entre os discentes da FMUSP e da EEFMUSP em O Bisturi

O Bisturi é um jornal do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz - CAOC da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo criado em 25 de março de 1933 ⁽¹⁰⁹⁾.

Figura 22: Imagem fotográfica do primeiro número do Jornal " O Bisturi" do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz (CAOC) da Faculdade de medicina da USP. Museu Histórico Professor Carlos da Silva Lacaz da Faculdade de Medicina da USP.

É apresentado pelos seus fundadores como “Periódico literário, humorístico e noticioso”, já em sua primeira página da primeira edição aparece a coluna “Feminina”. Nesta coluna o texto intitulado por “Advertência preliminar”, seu autor Martinus discorre sobre o respeito que tem pelas vassouras, objeto utilizado pelas senhoritas para matar insetos (109).

Inicia-se uma série de 14 “verdades sobre o sexo fraco”, onde explica que não se deve cortejar uma moça se esta estiver acompanhada de algum parente; se estiver com uma amiga, ela aceitará o cortejo para “fazer inveja às companheiras”; que suas opiniões são escolhidas “segundo as palavras que as exprimem lhe ressaltam a beleza dos lábios”; refere conhecer: “um modo de distinguir as virgens e não-virgens ‘espirituaes’ (...) aplico o termo virgem no sentido moderno, pois virgens no sentido ‘archaico’ não podem existir na época dos cinemas, dos ‘flirts’, dos bailes... E nem seria bom que existissem (109).”

Desde sua primeira coluna o jornal demonstra, talvez, uma ideia recorrente da época, machista. Noutra coluna, apresenta-se um texto que fala sobre as “zelosas funcionárias desta faculdade”, porém o que se apresenta como uma reivindicação de trabalho escravizante, logo se revela como uma sátira, pois ao longo do texto há referencias a “reivindicações das funcionárias”, como (109):

se vamos ao bar tomar um café e demoramos mais de uma hora, é um pito na certa que levamos! Se, ao ‘envez’ de chegarmos às duas e meia no serviço, nos resolvemos, pobres coitadinhas ir assistir a sessão das 2 no Metro, o chefe já acha que deve ficar bravo. (...) Como sabe, o nosso expediente encerra-se às cinco horas. Mas queriam os nossos chefes que nós saíssemos para fora sem fazermos nossa cuidadosa “maquillage”? Pois imaginem que eles teimam em não permitir que paremos o trabalho as quatro, isto é, uma hora antes afim de que possamos fazer sem afobação nossa devida “maquillage”! É o cumulo dos abusos! (...) esses carrascos achem ao cumulo de não permitirem nossas duas horas diárias, que durante o expediente costumamos reservar para o ‘trico’! (O Bisturi. 1933, p. 1- 5.)

Na edição comemorativa de aniversário, há um artigo intitulado “Sala de recreio do HC” e assinado por “Kar-Kar”.⁽¹¹⁰⁾ O autor parabeniza as estudantes de enfermagem da recém criada Escola. Trata-se de uma sala no 8º andar na Ala Central da 3ª Clínica Médica, onde homens, mulheres e crianças podem se distrair conversando, jogando dominó, baralho ou “tômbola” ouvindo música. Trata-se de uma sala de recreação criada pelas estudantes da escola de enfermagem, que mesmo com vários empecilhos, foi mantida pelas estudantes⁽¹¹⁰⁾.

o que importa é que lá está ela notável realização no campo da assistência social aos doentes de máxima importância para o momento já que entramos de cheio para a medicina psicossomática. Os doentes, entretanto, lá não vão sozinhos e desordenadamente. São eles procurados nas enfermarias, levados e atendidos durante todo o tempo que permanecem no 8º andar. E quem faz isso? São as alunas de enfermagem da Escola de Enfermagem da Faculdade de Medicina. Algumas delas não pararam diante dos obstáculos, que se lhe impuseram na realização deste ideal e elas mesmas não se esmorecem na manutenção desta grande empresa. Não sabemos quantas são as que se dedicam de corpo e alma a este trabalho e à propaganda entre as suas colegas para que este não sofra solução de continuidade. Entretanto, deve-se notar que estas se prontificam voluntariamente para isto. Não há obrigação nenhuma, tanto do HC como da Escola. Com o coração na mão e demonstrando um grande amor ao próximo, principalmente quando este se encontra nas condições de doente de um hospital gratuito, vão essas moças espontaneamente, ou após pequeno ‘sermão’ de alguma colega que lhe aviva a alma da caridade, proporcionar aos também ‘filhos do sol’ alguns momentos de alegria que não podem ter por estarem longe do lar ou por não terem lar. Mesmo na ‘Sala de Recreio’ os doentes tomam seus remédios, pois as alunas vêm até ali. Numa homenagem dos enfermos as ‘calouras’, a que assistimos, estávamos tão convictos de que eles já tinham se esquecido de seus males que quase impedimos que uma aluna procurasse ali um doente para que ele tomasse seu remédio. Sinceras congratulações a essas jovens e justas esperanças têm naquelas que no futuro seguirão esse magnífico exemplo de abnegação. Kar-Kar. (O Bisturi, 1945, 3 – 4).

A coluna “Os pingos no ii”, da mesma edição, apresenta um texto intitulado “A enfermagem e os alunos no H.C”, refere-se ao serviço prestado ao hospital pelas estudantes, estas tinham, como já demonstrado, além das aulas práticas e do estágio, a obrigação de realizar uma carga horária semestral na assistência hospitalar. Menciona também a necessidade de

oferecer a todo o país enfermeiras bem formadas, como as egressas da Escola de Enfermagem de São Paulo. Forma-se uma intensa discussão sobre a necessidade dos estudantes de medicina também terem a prática da enfermagem, porque segundo o autor, o médico não encontrará fora da cidade de São Paulo enfermeiras capacitadas, e ele será o responsável em ensinar como devem ser realizados os cuidados para com aqueles que vierem a atender: ⁽¹¹⁰⁾

que atualmente estão os alunos e todo mundo maravilhados com o “serviço de enfermagem” do H.C. sobretudo no que se refere aos préstimos das alunas da Escola de Enfermagem. Por isso seria estupidez de nossa parte, pensar que fosse, em criticar tal serviço na sua eficiência. Entretanto, nosso pensamento (...) viaja por nossas terras e paira em outras cidades onde não pode haver uma tão boa enfermagem e se extasia nas zonas rurais ou pobres onde nada existe de enfermagem. (...) Tão simplesmente médicos heróis que não podem apenas diagnosticar e receitar, mas também tem que executar o tratamento ou na melhor das hipóteses ensinar que alguém o faça. Agora perguntamos: Como vai o médico executar ou ensinar a fazer o que nunca aprendeu a fazer? (O Bisturi, 1945, 3 – 4).

O texto continua afirmando, em relação aos cuidados de enfermagem, que alguns estudantes de medicina ao passarem pela Santa Casa “fizeram de tudo. Obedecendo agora a lei natural do mínimo esforço, dão graças por haver quem execute estes serviços.” Continua defendendo a necessidade dos estudantes terem a prática dos afazeres da enfermagem, pois afirma, que em futuro próximo, podem trabalhar em lugares que não haja um serviço de enfermagem como esse apresentado pelo HC e termina: ⁽¹¹⁰⁾

Note-se também que não queremos culpar ou tirar o lugar a todas aquelas que fazem enfermagem no HC. As moças devem aprender e até mais que os alunos, pois, elas só farão isso no futuro. E sem prejuízo desse aprendizado, os alunos também poderão fazer alguma coisa dependendo apenas da boa vontade dos responsáveis. (O Bisturi, 1945, 3 – 4).

O texto intitulado como: “As nossas colegas enfermeiras”, narra um episódio ocorrido com as estudantes de enfermagem presenciado, supostamente, pelo autor do texto, “Vão Bobo”, estudante de medicina ⁽¹¹¹⁾:

No outro dia íamos nós dependurado nos estribo do bonde que passa pela Avenida Arnaldo, com integrantes da camada humana mais interna. Íamos despreocupados, mas sempre atentos para uma novidade jornalística, e eis que surge nova, fresquinha como as tainhas da ‘mepésca’. Eram quatro, sim quatro colegas nossas, da Escola de Enfermagem que papagueavam em ‘loude voice’ para todo mundo ouvir, digo, todo o bonde ouvir. Uma delas, de pé cinco bancos atrás das outras três gritava em alto e bom som: - “Pois é meninas, fiz exame de anatomia agorinha mesmo. Sabem o que caiu? Não? Ora tão fácil: porção infra-diafragmática do tubo digestivo. – E você foi bem? – Ora, porque não! Você não sabe que vou me especializar em aparelho digestivo? – Eu não, vou ser sanitaria, vou para Campinas, lá não tem disso. Nisso, entra uma zinha exoftálmica na conversa e começa a apregoar ao bonde suas tendências pela ortopedia, etc...etc... O pobre autor destas linhas, desconhecido estudante de medicina, ouviu tudo chateado, desando que há oito anos ouve xaropadas incríveis e agora estava para terminar o curso, ainda tinha que aturar a concorrência dessas zinhas, como se não bastasse a situação de mesquinhez em que colocam os médicos e estudantes no HC. Ainda o outro da um interno estriles na fila do almoço: - Eh, eu tenho pressa, vê se não deixa essas enfermeiras passar na frente. – Enfermeiras não! Respondeu uma delas acrescentando: Universitárias da Escola de Enfermagem. Ora, caro Enéias essa é boa! Ora ilustre Conselho, essa é boníssima! Afinal até quando teremos de viajar dependurados, feitos salsichas nos bondes do HC a Sta. Casa, da Sta. Casa ao HC? O hospital foi feito para os estudantes e não para as Enfermeiras ocuparem todo um andar com apartamentos e cassinos. Não demora muito e vamos ter a tristeza de vez, como ainda a pouco vimos num ônibus da Aclimação, um anuncio estapafúrdio de um Enfermeiro que se dizia ex-interno de um Hospital (felizmente não era o HC!), e que dizia capacitado a fazer qualquer tarefa relacionada a pratica da Medicina. E notemos que esse individuo não era formado pela Universidade de São Paulo. Imaginem os leitores si o fosse... (O Bisturi, 1966, s/ pág.)

O autor manifesta um receio das estudantes de enfermagem disputarem o mercado de trabalho com os médicos, uma vez que estas também podem fazer especializações e pós-graduações. O então sextoanista de medicina reclama do fato de uma parte do quinto andar do HC ser utilizado como instalações provisórias da Escola de Enfermagem, servido de dormitório e uma pequena sala de convivência, onde é possível ouvir música, engraxar os sapatos e jogar o carteadado.

Assinado por C. Caricchio, “O conceito de Enfermagem e o conceito de enfermeira” é um texto em resposta a outro publicado que fazia referencias a antigos conceitos sobre a enfermagem e a importância de disseminar a nova realidade destas universitárias: ⁽¹¹¹⁾

A propósito de um artigo publicado no último número deste jornal, sob o título ‘Baile de Calouros’ sentiram-se algumas alunas da Escola de enfermagem, melindradas com certas referencias contidas. Se de um lado referido articulista traduziu naquelas linhas o espírito ainda reinante por aí, no que diz respeito ‘às enfermeiras’ de outro lado foi de encontro a frente de luta que se trava dentro do hospital para derrubar esse mesmo espírito. O autor, naturalmente, não sabia desta luta e daí o justificarmos e o isentarmos de qualquer culpa. Duas batalhas se desenrolam ante nossos olhos, desde os tempos de estudante. Uma, em prol da implantação de uma ‘enfermagem eficiente’, desenvolvida pelas autoridades do Hospital, a cargo da Subdivisão de Enfermagem e solicitada, a cada passo, pelos médicos, sobretudo os jovens que já compreenderam a utilidade desta conquista. A outra luta procura uma reviravolta no ‘conceito da enfermeira’ como pessoa e é ela determinada pela direção da Escola de Enfermagem, disputada pela quase totalidade das alunas, porém, desacreditada por quase todos. Temos a impressão de que não será possível vitória alguma, se tanto as enfermeiras chefes como as alunas e as enfermeiras de outras categorias, não se compenetrarem, a um tempo, das suas funções, baseadas num conceito mais sadio, suas ações e sua conduta. Se o primeiro encontro não foi vencido, isto é, se professores, médicos e estudantes ainda não se utilizam e não respeitam a Enfermagem do Hospital. ‘in totum’, é porque, a não ser a ação desenvolvida pelos auxiliares deste Serviço, não vem nas funções das assim chamadas ‘enfermeiras – chefes’, puramente administrativas, algo que os possa impressionar; e, quando estas chefes, talvez deslocadas da sua esfera de ação, e meio paranóicas, se entregam a mexericos, tolices e a qualquer tipo de espionagem, então, em vez de admiração consideração, elas impõem, apenas decepção. Deve haver ‘enfermeiras – chefes’ porém, mostrar de sempre senso de responsabilidade, espírito de organização, capacidade de trabalho, dotes de compreensão e de colaboração tanto para com os médicos e estudantes como para seus subordinados. Apesar disso, o ‘conceito de enfermagem’ no Hospital, melhora, e sua necessidade é cada vez mais evidente, embora longe ainda se esteja de uma eficiência máxima. Quanto ao ‘conceito de enfermeira’, pensamos que o progresso tenha sido menor. Gerações passadas, de outros meios e de outras escolas, embora, com exceções honrosas, deixam como herança a estas moças, uma atmosfera pouco agradável. Como clarear tais horizontes? Eis o problema. Nós vimos iniciar-se uma luta nesse sentido, na época em que penetrávamos neste Hospital como ‘estranhos’. Sentimos o calor desta investida e, algumas vezes chegamos a nos ver envolvidos nos acontecimentos. E então concluímos que o ‘conceito de enfermeira’ que também nós trouxemos lá de fora, aqui não vinha encontrar o mesmo eco. Mudamos de opinião e, atualmente quando ressoa aos

nossos ouvidos algum comentário sobre algum fato procedente ou não e que venha prejudicar esta marcha já encetada, julgamo-nos sempre decepcionados. Os comentários do articulista a cima referido, sem intenção de magoar quem quer que seja eu acredito são reflexo exato do que se comenta. Cabe a estas novas gerações de alunas, e as que aqui vierem, completarem a obra já iniciada e não permitirem nenhuma perda no terreno conquistado. Só assim, todos os que aqui trabalham e vivem dentro do Hospital, pertencentes que são a todas as camadas sociais, poderão, dentro em pouco constituir em suas rodas, fontes de propaganda deste novo 'conceito de enfermeira'. (O Bisturi, 1966, s/ pág).

A coluna também intitulada de “As nossas colegas enfermeiras...” vemos uma resposta a outro texto que fora publicado na mesma coluna da edição anterior, citado acima. Neste novamente o autor k.K. fala em pró das estudantes da Escola de Enfermagem ⁽¹¹²⁾:

Sob o título acima, um nosso colega escreveu um artigo que reputou profundo e o inseriu no último número de 'O Bisturi'. É do conhecimento de todos e do próprio autor a grande releuma provocada nos meios interessados pelas ideias aí contidas. Uma destas ideias nos trouxe a baila para comentarmos alguma coisa. Nas últimas linhas deste artigo profundo deplora o articulista uma 'situação de mesquinhez para os médicos e estudantes do Hospital e o que mais impressiona, reputa como responsáveis pela mesma as 'zinhas', ou melhor dizendo as 'jovens' da Escola de Enfermagem. Jovem e ainda feliz estudante Vão Bobo, eis o ponto onde discordamos 'profundamente'. Em tempos idos, quando aqui penetrávamos, às vezes mesmo sorrateiramente, de fato, havia uma situação de hostilidade a médicos e estudantes; e, de início, também alguns de nós pensaram em culpar as jovens alunas. Porém, uma observação acurada durante a luta empreendida nos mostram logo as verdadeiras fontes de uma já 'saudosa pretensa mesquinhez' (saudosa para as pessoas paráliticas gerais que a quiseram desfrutar). Não concordamos pois, com o mau humor e pessimismo exagerados do amigo. E já que estamos aqui, analisemos mais alguns tópicos do mesmo artigo. Os 'apartamento' aí citados não passam de enfermarias, abrigando cada uma, três, quatro, cinco e até mais moças e desprovidas, praticamente de móveis. (Essas conclusões são tiradas pela observação da residência dos médicos estagiários que também está instalada em enfermarias e estas não se parecem com 'apartamentos'). Caro amigo, à causa de acertos. Serviços da Faculdade ainda não se terem mudado para o H.C. , reside, dizem os entendidos, em motivos vários, tais como, falta de verba, falta de funcionários burocráticos e de funcionários técnicos (enfermeiras, etc...). E não há razão para atropelamentos, dizemos nós: quando tais obstáculos tiverem sido superados as meninas já se terão mudado, e nada atrapalharão. Quanto aos 'cassinos' aí referidos não passam eles de uma sala do 5º andar onde há uma mesa de ping-pong, uma rádio viola e algumas cadeiras para a

'sapataria'. Aí fazem elas, após o jantar, uma necessária 'higiene mental', refazendo-se das fadigas de uma aula de anatomia ou dos trabalhos na enfermaria. Quanto a impáfia que algumas das meninas pronunciavam o 'Nós somos universitárias da Escola de Enfermagem', estamos de acordo. Pois, embora sejam elas assim consideradas, os nossos ouvidos ainda não se acostumaram em ouvir tal coisa, sobre tudo quando para isso era usado um tom parlamentar. Nosso intuito foi apenas esclarecer sobre os motivos incriminados pelo atraso da vinda de certas Clínicas para o Hospital, e também protestar contra uma 'propensa situação de mesquinhez' que não mais existe, para sossego de estudantes e médicos e para quem pensou estar 'por cima' (e que não eram as alunas...). No mais, apreciamos a oportunidade da reportagem, influenciada embora que estivesse pela 'topografia' difícil do articulista. E para terminar queremos declarar a nossa solidariedade, em grande parte, pela consideração feliz aí contida – 'oito anos de xaropada'. K.K. (O Bisturi, 1946, s/ pág.)

Nesta mesma publicação encontramos o artigo intitulado "O HC é nosso", novamente de autoria de "kk" ⁽¹¹²⁾:

De quem? Essa expressão mais usada, já que é tão deturpada a palavra 'democracia', novamente tinge as páginas deste jornal ressuscitada que foi pelas considerações feitas em torno de um assunto ainda não bem assentado em vista da viscosidade cerebral de certos personagens. Quando se discutem problemas relativos ao Hospital, conversa vai, conversa vem agitam-se os ânimos e na hora da definição surge alguém com a conclusão própria de uma mentalidade superficial e parcial e solta o dogma seguinte: - O senhor fique sabendo que o Hospital funciona bem (sic) por cauda das enfermeiras (referindo-se as chefes?!). Sem elas isto iria por água abaixo (sic). Os médicos (dirigindo-se mais aos estagiários, é claro) são perfeitamente dispensáveis... Cita-se também um personagem que no ano passado, por ocasião da greve total dos alunos, em entrevista ao 'Diário da noite', declarou: - No HC a falta dos alunos nas enfermarias não prejudica o tratamento dos doentes que é feito então pelos médicos. Na Santa Casa, já não se pode disser a mesma coisa... Eis aí o que se pensa e o que se diz, e vendo as coisas como eles vêem, há razão, sim! Se o hospital foi feito para receber o doente na porta, jogá-lo num leito, tratá-lo bem ou mal e mandá-lo para casa ou para o . Cunha Mota, então são dispensáveis alunos e médicos. Porém, seriam indispensáveis por exemplo os ascensoristas. Sem estes, o Hospital não funcionaria, está claro. Perguntávamos – nos, porém: - Porque a Rockefeller e os cofres públicos dispensariam milhões de cruzeiros para construir e manter a Faculdade e o Hospital? E acrescentamos: - Somente para que dois prédios fossem construídos para comportarem elevadores e os ascensoristas trabalharem ou para que servisse de campo de aprendizados aos estudantes e de aperfeiçoamento aos médicos e mesmo os professores? As finalidades do Hospital são duas principais: dar assistência médica ao doente e proporcionar meios de instrução na arte do curar. Reconhecemos que esta última é complexa e árdua e por tal razão justificamos o esquecimento propositado em que ela cai. (O Bisturi, 1946, s/ pág.)

A coluna “As nossas colegas enfermeiras...”, encontramos a carta de “Vão Bobo” em resposta ao artigo de KK, nesta mesma coluna da edição anterior, citada acima. Em sua resposta, Vão Bobo refere-se a uma antiga manifestação dos estudantes de medicina, o alojamento para os internos (113).

Caro ex-colega, Deveras surpreendido com sua artigo inserto no último 'Bisturi', em resposta a uma nota de minha autoria, julgo dever responder-lhe de publico. Logo as primeiras linhas de seu artigo-resposta já pude notar que o amigo mudou por completo o seu modo de pensar em relação as jovens universitárias da Escola de Enfermagem. Tudo o que eu citara em meu artigo representava para a época a pura verdade colhida pela observação, e ainda mais, pelos comentários feitos quer nas enfermarias, quer aqui na Faculdade. Na verdade, talvez tenha usado um pouco de fantasia quando me referi aos 'apartamentos' das colegas que reputei 'luxuosos', porém, agora, diante da afirmação sua, que diz conhece-los in-loco e que na realidade' não passam de enfermarias abrigando cada uma, três, quatro, cinco e até mais moças e desprovidas praticamente de móveis', curvo-me respeitosamente e retiro as expressões usadas, acrescentando no entanto que o 'Bisturi' publicou em Setembro de 1946 um conjunto de críticas ao H.C. sob o título 'Conferências e notícias do HC', entre as quais destacamos pela oportunidade, as seguinte: ... apesar de terem melhorado as condições de moradia aí fora as enfermeiras continuam 'hospedadas' no hospital. As razões deste fato permanecem ocultas, pois o número de horas de seus 'serviços' continua absurdamente mínimo, relativamente. Elas repetem algo como aquele célebre aforisma das Irmãs Ferrarini'... 'Este hospital será sempre nosso hotel gratuito' . E os médicos e estudantes que continuem a dormir mal ou a não dormir... (as poltronas estão escasseando...)'. Por aí V. vê que não fui o único a criticar as zinhas, ou então eu seria obrigado a crer numa 'topografia' difícil do articulista como você. Continuo discordando com a existência da sala do 5º andar onde V. alega que elas fazem higiene mental; discordo porque, nós alunos do 4º, 5º e 6º ano que freqüentamos o H.C. não temos nada disso, e quando após o almoço queremos dormir um pouco vamos nos enviar lá no 8º andar escondidas nas salas dois doentes ou na sala do Tisi. Outra questão: você já visitou as obras em construção do 'Palácio da Enfermeira'? Não? Então vá visitá-las e depois relate alguma coisa sem partidarismo; não acho justo aqueles apartamentos que darão todo o conforto a elas quando os pobres 'estudantes-pobres' tem de morar no Brás, Barra Funda, Vila Mariana, Ipiranga, Pirituba, Juquerí, etc..., sujeitos a condução difícil, a vida de custo elevado, a briga com a dona da pensão e tudo mais que V. não desconhece e melhor do que eu poderia descrever. Terminando, creia que ávida no H.C. não é 'toda loira' como lhe parece, lembre-se bem que o 'amor é mais forte que a morte', e não seria de estranhar se o víssemos qualquer dia conservador encontraste com a vida idealista e empreendedora que hoje V. leva. Pelo jeitão a coisa vai mal. Abraço cordialmente do Vão Bobo. (O Bisturi, 1947, s/ pág.)

Na mesma edição na coluna “As nossas colegas enfermeiras... ’ e mais ‘Nosso restaurante’” dedicado (aos colegas Vão bobo e O. Góes de Moraes) é realizada uma réplica a textos publicados em uma edição anterior. O texto refere-se a uma carta de autoria de Vão bobo, com uma “insinuação maligna” realizada pelo articulista quando diz que “conhecíamos ‘ in loco’ o apartamento das meninas”. Referiam-se neste caso aos apartamentos das estudantes de enfermagem. Noutro trecho, lê-se que o suposto cassino, na sala 105 do 5º andar, foi pela própria diretoria da Escola de Enfermagem, o que não aconteceu na medicina por falta de esforços dos estudantes perante a diretoria este pleito. Outro ponto interessante são as referências a construção do prédio da Escola de Enfermagem, destacando a atuação do diretor da Faculdade de Medicina, Benedito Montenegro, que sempre se empenhou por esse feito, causando, aparentemente, o ciúme dos estudantes de medicina, como o visto a seguir, no final do artigo: ⁽¹¹³⁾.

A respeito da sala do 5º andar, temos a impressão de que a mesma não merece nenhuma crítica. Tal sala foi instalada pela própria Direção da Escola de Enfermagem nas Instalações dessa Escola, que provisoriamente ocupam espaço do HC. Se os alunos não dispõem de uma sala idêntica na Faculdade é porque os esforços empreendidos nesse sentido ainda foram poucos. Porém, nossas colegas alunas da Faculdade parece-nos que já estão muito bem! E aproveitamos para dizer-lhes que o hospital não é lugar para os alunos dormirem e muito menos a sala do Tisi! (devemos fazer uma ressalva aqui: os alunos podem dormir durante as aulas, mesmo no hospital, porém, as “pestanas” que se tiram, após o almoço nos anfiteatros da faculdade, sentadinhos na última fila e com a cortina da última janela decida, são muito melhores!). Quanto ao “Palácio da Enfermeira”, temos a relatar que o batismo veio um pouco atrasado, pois que o mesmo já se chama “Montenegro-Marú”, dados os esforços empreendidos por tal professor no sentido da instalação de uma escola de enfermagem de alto padrão junto à ao Hospital das Clínicas, a qual, se tal não fosse, talvez hoje estivesse erguida em outro Estado. E se as instalações são confortáveis, justifica-se; pois, ainda assim a nossa sociedade reage ao ingresso das jovens na carreira da enfermagem; se as moças tivessem que ficar por aí, estamos certos, a muito poucas seria permitido o estudo da enfermagem. Porém, com os alunos da Faculdade, pobres ou que provém do interior, nenhuma ajuda ainda foi dada. E porque? É fácil de responder: a Faculdade nunca lutou com a falta de candidatas, e assim, os dirigentes nunca se incomodaram para dar conforto aos jovens do interior ou auxiliar os alunos pobre. E aqui, falamos de cátedra, pois, nós que estamos nessas categorias, queríamos, não um palácio, e sim apenas a “Choupana do Estudante”. Porém, os movimentos tendentes a resolver estes problemas, morreram no nascedouro quanto partidos de nós, e nem chegaram a nascer na mente da maior parte dos dirigentes.

Ilustre Vão Bobo! O nosso espírito de luta em prol das causas justas dos estudantes, da própria Faculdade e do HC, nunca se arrefeceu. E a nossa orientação foi sempre dirigida nesse sentido. Assim é que nosso modo de pensar em relação as “jovens universitárias” da E.E. nunca mudou, como você afirmou, e neste sentido, elas mesmas poderiam confessar-lhe a magoa que sentiram duras palavras que já lhes dirigimos por estas mesmas colunas. O seu julgamento sobre a nossa conduta é completamente errôneo devido a uma “completa desorientação” que você tem sobre os personagens que criticamos e sobre os fatos que discutimos, como lhe provaremos. Do ponto de vista dos nossos e dos seus artigos, há que distinguir no HC as alunas da E.E. das assim chamadas “enfermeiras-chefes” e “enfermeiras supervisoras”; as primeiras obedecem a orientação da Escola de Enfermagem que tem uma diretoria e um Conselho, do qual faz parte o próprio diretor da Faculdade de medicina; as outras obedecem a orientação da Sub-Divisão de Enfermagem do HC cuja a direção está nas mãos de uma das “Ferrarini Sisters” (a outra está no Uruguay, agora, aperfeiçoando-se em Radiologia com o . Barcia, para depois ensinar o Chipriades, pois o Aparício já sabe). No entretanto; você confunde tudo. Os problemas que deparamos quando estudantes e que os médicos internos também toparam foram todos com as assim chamadas “enfermeiras chefes” e “en-supervisoras”; daí a razão da crítica sobre residências, sobre a famosa “Bastilha” do 6º andar, que enfim caiu, como V. sabe. (...) As meninas, de fato, continuam a morar, nas enfermarias ainda não instaladas do H.C. e, provisoriamente. E saiba que, quando o H.C. dispuser de verba e pessoal para instalar as Clínicas que faltam, e se não o fizer por causa das meninas, nesse dia pode, caro Vão Bobo, contar conosco na ‘Campanha pró-mudança rápida da E.E. para o Montenegro-Marú’ (permita-nos refutar mais uma vez o seu batismo e usar o nome mais de acordo com a história e com o aspecto do prédio.) (O Bisturi, 1947, s/ pág.)

Em outro trecho deste mesmo texto, k.K., o autor refere-se ao “barzinho – comedeira do H.C.” e deixa claro em suas primeiras linhas que as informações prestadas para esclarecer críticas realizadas pelo autor da coluna “Nosso Restaurante” da edição anterior de “O Bisturi”, escrita por O. Góes de Moraes, não é realizada a pedido de “nenhuma moça da Escola de Enfermagem”. No “sentido de aclarar dúvidas e conceitos errados”, afirma que as duas funcionárias ⁽¹¹³⁾:

são pagas com a renda do bar, pois, as alunas (da Enfermagem) que lá trabalham nada ganham. E se assim o fazem é porque a renda do barzinho é empregada nos Departamentos Assistenciais do Centro Acadêmico 31 de Outubro. (O Bisturi, 1947, s/ pág.)

Ainda nesta edição, há uma coluna que traz alguns pequenos “informes” intitulados “Coisas do HC”. Neste, destacamos o 1, 2 e 7.

Curiosamente, esses comentários iniciam – se e terminam com a enfermagem como mote, o primeiro comenta a saída posto de enfermagem das irmãs Ferrarini, as enfermeiras chefes do HC: ⁽¹¹³⁾

1 – Caiu a Bastilha!!! Finalmente caiu em mãos dos internos a discutida ‘fortaleza’, reduto das famosas ‘enfermeiras-chefes’ que obedeciam ao comando da destemida Clarice umas das ‘Ferrarini Sisters’, agora em acentuado declínio. Sentem-se orgulhosos os internos antigos em poder oferecer aos novos de 1947, tamanha dádiva, tal seja o 6º andar, desocupado e desinfetado. (O Bisturi, 1947, s/ pág.)

Fazem referência a queda da Bastilha, prisão francesa que teve sua invasão e libertação dos presos como símbolo da Revolução Francesa, o que significou os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. Neste contexto, a queda da Bastilha é o 6º andar do HC, onde funcionava a gerencia de enfermagem sob a responsabilidade de Clarice Ferrarini. Cabe ressaltar que havia muitos conflitos entre a equipe de enfermagem e a administração exercida pelas Ferrarini e os discentes de medicina, que entre outras questões não se conformavam com os espaços do HC cedidos para alojamentos e administração da enfermagem e, sobretudo ao fato de “perderem espaço” das aulas práticas para as estudantes de enfermagem ⁽¹¹⁰⁾. Este segundo enxerto, comenta ironicamente sobre o Congresso Brasileiro de Enfermagem ocorrido nas instalações do Hospital das Clínicas, com ironia relatam à tentativa de ver/ouvir as discussões. Talvez, estivessem temerários que fossem os estudantes de medicina o assunto principal a ser tratado. Referiram ainda sobre o esparadrapo utilizado para selar as fechaduras, de qualidade superior ao encontrado em utilização nas enfermarias ⁽¹¹³⁾:

2 – Congresso Brasileiro de Enfermagem. Nada podemos adiantar sobre o mesmo, pois até o indiscreto buracos de fechaduras das salas onde se realizaram as sessões foram tapadas com ‘esparadrapo que gruda mesmo’ sem precisar passar na língua (ao contrário daquele que é comumente oferecido ao almoxarifado do Hospital), entretanto podemos imaginar que coisas muito boas não deve ter saído deste Congresso, pois que quando as mulheres se reúnem e não deixam os homens ouvirem... é um Deus nos acuda!?! (O Bisturi, 1947, s/ pág.)

Novamente, com ironia peculiar e preconceito, uma vez que há a clara referencia sobre a opção sexual do novo ingresso da Escola de Enfermagem, o trecho referia-se desta vez, o primeiro homem como estudante da Escola de Enfermagem ⁽¹¹³⁾.

3 – Escola de Enfermagem – Congratulamo-nos com o sexo forte por ter podido enfim lançar uma cabeça de ponte na EE, pois acaba de ingressar na mesma um moço (homem mesmo!!!). A notícia como era de se esperar causou preocupações entre os galãs namorados ou noivos e mesmo entre os neutros. Porém, da sala 4048 acaba de apregoar a seguinte notícia apaziguadora: - O rapaz é distinto e 'externo'!!! (Upa) !?! (O Bisturi, 1947, s/ pág.)

Em carta de “Vão Bobo” dirigida à “KK.” Editada na coluna “As nossas colegas enfermeiras...”. Nesta é possível ler o descontentamento de Vão Bobo com a defesa das estudantes de enfermagem realizadas por KK. Refere-se novamente a construção do prédio da escola, desta vez a reclamação gira em torno da demora no término, o que faz com que as discentes continuem ocupando uma parte do Hospital das Clínicas como escola e moradia. A esperança é que com a saída das estudantes, os estágios dos discentes em medicina, sejam completamente efetivados no HC e não mais dividido entre os hospitais da Santa Casa e do HC ⁽¹¹⁴⁾:

Caro ex-colega, Infelizmente sou obrigado a voltar hoje à carga antiga, porque, mau grado toda a boa vontade que o ilustre amigo (Advogado gratuito das zinhas) tem demonstrado na defesa dos interesses das ditas cujas, não me sinto ainda satisfeito. Vou ser breve, fazendo apenas algumas considerações sobre ‘o Problema da Escola de Enfermagem’. Como todos nós estamos cansados de comentar pelos corredores, não compreendo o porque da permanência das meninas no H.C. quando as obras do Palácio das Enfermeiras parecem ‘obras de Santa Engracia’. (Lembro ao amigo que o seu batismo de Montenegro Marú não agradou as colegas; deve, pois prevalecer o nome que eu propus). Estou, pois, de pleno acordo com V., quando fala no estabelecimento de uma campanha monstro pelo movimento que V. mesmo denominou no seu ultimo artigo de ‘Campanha pró-mudança rápida da famigerada EE para o Palácio das Enfermeiras’. (Permita-me refutar mais uma vez o seu batismo e usar um nome mais de acordo com a vontade soberana das zinhas). Nesse dia feliz, então, nós todos, estudantes-pobres estaremos de rojões me punho, cigarro acesso na outra mão fazendo-os rimboar bem alto a nossa alegria: então pelo menos dois ‘velhinhos’ da Santa Casa, poderão instalar suas enfermarias no H.C., poupando as futuras gerações de médicos, o sacrifício de locomoção da Santa Casa ao H.C., e deste à Santa Casa. Reinará então a alegria no seio de

Abraão!!! Apesar de sua pretendida tentativa de explicar a nomenclatura hierárquica complicada de 'enfermeiras-chefes', 'enfermeiras-supervisoras', 'alunas da escolinha', 'Ferrarini Sisters', etc.,etc, continua minha confusão, do mesmo modo que algum abnegado que tentasse explicar a complicada nomenclatura dos uniformes do H.C. , ou mesmo os três diferentes das 'meninas'. Constou aqui entre os 'estudantes-pobres' a noticia que as 'zinhas' iam propor por intermédio de seu advogado (?), a fusão do tradicional e glorioso herói de mil batalhas, o CAOC, ao Benjamin 31 de Outubro, digo a V. agora mui particularmente que isso não pega, mesmo porque o nosso estatuto preceitua num de seus artigos, que serão sócios do CAOC, somente os alunos da Faculdade de Medicina, (sem comentários...). Terminando, creia que seu artigo infelizmente, longe de aloirar, digo melhor aclarar o meu espírito, tornou-o ainda um pouco mais confuso e em desacordo com suas idéias. Receba um forte abraço toda a amizade de Vão Bobo (O Bisturi, 1947, s/ pág.)

Rosa Alba Lima apresentada como “(Da Escola de Enfermagem de São Paulo)” é autora do texto “O lado bonito da enfermagem” em que manifesta que a enfermagem é muito além do sacrifício e defende o respeito pela profissão: ⁽¹¹⁵⁾

Há muita gente que diz ser a enfermagem uma carreira admirável pela abnegação e pelo sacrifício que impõe. Não me parece, entretanto, que seja este o lado forte da propaganda da carreira. Primeiro, porque o sacrifício não se constitui atração nem mundo materializado como nosso; segundo, porque tanto de abnegação e fibra moral que a carreira exige é altamente compensado pelos momentos de real felicidade que podemos experimentar. Naturalmente, é bem grande o número de pessoas que pensam na Enfermagem como uma técnica de repetição sem um interesse realmente vivo. Não vem nada de pessoal nos misteres de enfermeira que pensam ser uma simples executante de ordens do médico, uma auxiliar altamente eficiente para aplicar injeções, tomar temperatura e preencher prontuários. Numa palavra: realizar toda a parte técnica do tratamento sem nenhuma participação intelectual no mesmo. Não atinam em como a enfermagem pode ter um valor próprio, uma expressão particular. A enfermagem é para aqueles que abraçam uma verdadeira revelação. Cada dia, cada hora, ficamos surpreendidas pelo conteúdo humano que encontramos na carreira, pelas oportunidades que se nos depara para utilizarmos todos os conhecimentos que os livros e a vida nos dão. A enfermagem não tem nada de mecânico ou automático. Mesmo a aplicação de injeções, anotações dos prontuários, são ações vivas e se perdem se executadas como atos mecânicos e poucos raciocinados. A enfermeira deverá ser uma colaboradora ativa e inteligente do médico na orientação do tratamento, porquanto, ela tem mais oportunidades de conhecer a personalidade do doente em todas as suas facetas. A medicina psico-somática dá uma ênfase toda especial ao trabalho da enfermeira que deverá ser cada vez mais, melhor preparada para o desempenho de sua carreira. Outro ponto em que a enfermeira mostra a sua capacidade é na compreensão do doente com as suas inibições, recalques e sua quase sempre exagerada e

mórbida sensibilidade. E, ainda, na capacidade que tem de guiá-lo na conquista da meta visada: a saúde. A enfermagem, não é de modo nenhum, uma profissão desprovida de atrativos. É, pelo contrário, uma carreira fascinante, cheia de imprevistos e forte conteúdo humano, próprio para enriquecer a nossa personalidade nos dar uma visão, mais serena e mais justa da vida. Se soubéssemos aproveitar das lições que recebemos é certo que nos tornaremos mais tolerantes, mais compreensivas, mais generosas e mais simples no contato diário com os nossos doentes. Muito pouco se faz necessário para apreender o lado bonito da enfermagem: um espírito bem disposto, um coração aberto. (O Bisturi, 1953, s/ pág.)

5.3 DESANEXAÇÃO

5.3.1 Alicerces da autonomia

O ideal de autonomia da Escola de Enfermagem de São Paulo é muito anterior a real efetivação, como demonstrado no artigo de Edith de Magalhães Fraenkel em novembro de 1942, apenas um mês depois da oficialização da criação da escola.

Edith afirmou em seu artigo “Pontos de currículo para Escolas de Enfermagem” que era necessário que a escola estivesse em conjunto com um Hospital Geral, porém o Conselho Administrativo, não deveria ser o mesmo do hospital pela diferentes finalidades e interesses de cada instituição; assim a escola deveria ter seu próprio Conselho Administrativo, formado por sete membros, no máximo: o superintendente do serviço de enfermagem, o diretor do hospital, um representante do corpo docente da escola de enfermagem e uma representante da Associação de Enfermeiras, podendo incluir também o diretor do serviço de saúde pública. As finalidades deste Conselho deveriam ser a previsão do financiamento para a manutenção do pessoal e material, provisão de fundos especiais para assegurar a base de crescimento e desenvolvimento da Escola de Enfermagem e da profissão ⁽⁷⁾.

Contudo, não foi a primeira a aventar esse ideal, na edição anterior desta mesma revista, julho/agosto um artigo de Haydée Guanais Dourado defendia não apenas a autonomia do Conselho Administrativo como estava

muito além. Em seu artigo, a diretora da Escola Anna Nery, sob o título “A Escola de Enfermagem como Instituição Autônoma”, realizou um apanhado histórico desde Florence Nightingale. Continuou com uma breve descrição das escolas de enfermagem quanto à sua filosofia educacional que contrastava com a anterior de formar “serviço de enfermagem” e a sua independência econômica do hospital ⁽⁵⁶⁾.

Explicava que na Europa, precisamente os países escandinavos, a Inglaterra, a Bélgica, Alemanha, Suíça, Hungria, Polônia, França e Dinamarca tinham escolas independentes. Demonstrava Haydée Dourado alguns exemplos como o da Finlândia, que para suprir as necessidades do país, havia criado três escolas de enfermagem concentradas na região central onde o período pré-clínico era concluído, depois as estudantes eram dispersas pelo país para concluir a formação de três anos, como em quase todos os países filiados ao Conselho Internacional de Enfermeiras (CIE). Na Hungria, por tratar-se de um país de economia baseada na agricultura, as escolas eram financiadas pelo Estado, sendo obrigatório o estágio na zona rural ⁽⁵⁶⁾.

Na Europa, continuava Haydée Dourado, a ligação entre a escola de enfermagem e a universidade era mais fraca que nos Estados Unidos, onde o ensino de enfermagem ocorria nas universidades Columbia, Yale, Cornell. Western Reserve, Vanderbilt, de Chicago e em muitas outras ⁽⁵⁶⁾.

Apontava ainda, Haydée Dourado, que no Brasil o Estado custeava uma escola de enfermagem desde 1923 e que nos beneficiávamos dos estudos realizados pela Fundação Rockefeller “Nursing and Nursing Education in the United States, Report of the Committee and Report of a Survey, New York, 1923”. Referia ainda, que com o apoio dessa Fundação e de Carlos Chagas foi possível instalar a primeira escola de enfermagem independente e moderna: “tivemos pois, nossa primeira escola independente em 1923 (...) essa primeira escola moderna é a Escola Anna Nery, da Universidade do Brasil.” ⁽⁵⁶⁾

Em 5 de janeiro de 1943, como docente da Escola de enfermagem de São Paulo, e Delegada de Enfermagem de São Paulo, no “Primeiro Congresso Pan-Americano de Enfermagem”, Haydée Guanais Dourado, em

outro artigo relatou que o “Reitor da Universidade do Chile havia convidado a Escola de Enfermagem de São Paulo para que, a exemplo das outras Faculdades, tomasse parte na comemoração do 1º Centenário da Universidade do Chile.” Neste caso, pela primeira vez a escola foi vista como autônoma e integrante de uma Universidade. ⁽⁶⁰⁾

Afirmou que durante o congresso a classe profissional parecia unânime em propósito e ideal. Referiu que a direção das escolas era realizada por médicos, mas o congresso foi realizado por enfermeiras e que a elas fosse “consignado o valor que demonstraram na sua execução”. A esse congresso compareceram representantes da Argentina, Bolívia, Colômbia, Equador, Estados Unidos, Peru e o Brasil estava representado pela “Escola Anna Nery da Universidade do Brasil e pela Escola de Enfermagem da Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo. (...) Panamá, Uruguai e Venezuela aderiram.” ⁽⁶⁰⁾

Ainda sobre o mesmo assunto, sem indicação de autoria, porém sob o título “Conclusões do Primeiro Congresso Panamericano de Enfermagem”, apresentou as conclusões entre os “10 países reunidos em Santiago de Chile, de 14 a 20 de dezembro último, o 1º Congresso Panamericano de Enfermagem.” Ao referir-se à organização de Escolas de Enfermagem nos países Latino-Americanos teceu as seguintes considerações ⁽¹¹⁶⁾:

... grande parte da responsabilidade da vida e da saúde do individuo cabe às enfermeiras, estas devem ser profissionais que correspondam a tão elevados destinos, com uma preparação cultural e técnica superiores; este Congresso estabelece: (...) b) Programa único para todas as Escolas de Enfermeiras Latino-Americanas, tomando, entretanto, em consideração as características de cada país. c) Que as escolas de enfermagem sejam incorporadas às respectivas Universidades, visando, para o futuro, o nivelamento com as outras Faculdades. (Revista Médico-Social. 1943, p.32).

Em relação à representação do corpo docente da Escola de Enfermagem, junto ao Conselho, Edith de Magalhães Fraenkel defendia que:

na ocasião da elaboração do Decreto de Fundação da Escola, a idéia era que esse representante fosse enfermeira, porquanto os médicos já fazem parte do corpo docente de suas Escolas.

Não figurando outra enfermeira no conselho da Escola, o ponto de vista da enfermagem fica restrito a uma só pessoa entre cinco membros médicos. O Presidente diz que é aconselhável fazer uma revisão dos estatutos da Escola, para que todas as alterações sejam feitas na mesma ocasião (Ata da 19ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, 1948).

Assim verificamos que a necessidade de autonomia e o sentimento de subordinação era algo antigo, que existia desde a criação da Escola. Mesmo na elaboração do Decreto de Fundação já havia essa preocupação com a autonomia, como se pode constatar do texto de Edith de Magalhães Fraenkel que afirmou em seu artigo “Pontos de currículo para Escolas de Enfermagem” a necessidade que a escola esteja em conjunto com um Hospital Geral, porém o Conselho Administrativo, não deve ser o mesmo do hospital pela diferentes finalidades e interesses de cada instituição; assim a escola deve ter seu próprio Conselho Administrativo ⁽⁷⁾.

5.3.2 Escola de Enfermagem da Universidade da Bahia

Com a necessidade de formação de um maior contingente de enfermeiros principalmente ante a expansão dos hospitais, criou-se em 1946 a Escola de Enfermagem, anexa à Faculdade de Medicina da Bahia, através do Decreto-Lei 8.779 de 22 de janeiro de 1942. Posteriormente, mas ainda na mesma década foi criada a Universidade da Bahia pelo Decreto-lei 9.155, de 08-04-1946 ⁽⁷⁰⁾.

Esta escola foi fundada numa época em que se considerava que a enfermagem era mais uma ocupação que uma profissão, não necessitando, pois, de aprendizado em nível superior, nem mesmo o hospital era visto como um lugar adequado para moças com formação secundária. As prestadoras de cuidados eram geralmente ex-doentes ou domésticas de pouca instrução. ⁽⁷⁰⁾

Com tantas dificuldades para a fundação da nova escola, o Reitor Edgard do Rego Santos, solicitou à Diretora da Escola de Enfermagem de São Paulo, da Faculdade de Medicina, da USP, Edith de Magalhães

Fraenkel, a indicação de um nome para o cargo de diretora. Assim, a enfermeira baiana Haydée Guanais Dourado, formada pela Escola Anna Nery, com pós-graduação pela Universidade de Toronto, Canadá e bacharel em ciências sociais, pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo, foi convidada para ser a primeira diretora dessa Escola. ⁽⁷⁰⁾

Haydée Dourado assumiu o cargo de diretora da nova Escola seis meses depois de sua fundação. Para o cargo de Vice Diretora ficou Olga Verderese. O curso teve início no dia 12 de março de 1947 com a Diretora da Escola proferindo a aula inaugural sobre História da Enfermagem ⁽⁷⁰⁾.

Criada como Escola anexa à Faculdade de Medicina, a unidade não possuía Congregação ou representação no Conselho Universitário, o que apenas ocorreu em 1950. ⁽⁷⁰⁾ Entretanto a desanexação formal ocorreu, em 1958, oficialmente por ocasião da reforma dos Estatutos da Universidade, conforme Decreto nº 43.804, de 23 de maio de 1958. ⁽⁷⁰⁾

Em 1949 por divergência administrativa entre o Reitor e a Diretora da Escola de Enfermagem, Haydée Dourado afastou-se da Escola e novamente Edith Magalhães Fraenkel foi chamada para indicar o nome de uma nova Diretora. Desta vez foram Jandira Alves Coelho, como Diretora e Anayde Corrêa de Carvalho, como Vice Diretora e com elas mais outras quatro enfermeiras docentes. ⁽⁷⁰⁾

Em 30 de dezembro de 1950, o Reitor Edgar Santos, convidou a Diretora da Escola de Enfermagem, Jandira Alves Coelho para ter assento no Conselho Universitário. Assim a Escola de Enfermagem da Universidade da Bahia foi incorporada, conforme previsto no Artigo 3º do primeiro Estatuto da Universidade (Dec. 22.637 de 20.02.1947) ⁽⁷⁰⁾.

Considerada como órgão máximo de deliberação da Unidade, a Congregação foi instalada em 24.12.1953, pelo Reitor, conforme já previsto na Lei nº 775 de 1949 e o Decreto 27.426 de 14.11.1949 que a regulamentava. Nesta primeira reunião criou-se uma lista tríplice para a nomeação da Diretora da Escola de Enfermagem, que seria feita pelo Presidente da República Getúlio Vargas. Assim, teve início uma segunda etapa na vida da Escola como unidade independente. Já no mês seguinte à instalação da Congregação, isto é, em 25 de janeiro 1954, a enfermeira

Nilza Marques Mauricio Garcia, da primeira turma da Escola, foi nomeada como diretora da Escola de Enfermagem, nomeação essa realizada de forma idêntica aos diretores das demais Unidades ⁽⁷⁰⁾.

Preocupada com os aspectos éticos e a capacitação técnico-científica e o conceito da profissão de enfermagem, durante sua direção na Escola de Enfermagem, Nilza M. M. Garcia definiu diretrizes de trabalho para consolidar a posição da Unidade na Universidade. Para isso, era considerado prioritário desanexar a Escola da Faculdade de Medicina para torná-la autônoma. A professora Maria José de Oliveira, quando substituiu a diretora da Escola iniciou as providências para a desanexação formal, o que veio a ocorrer em 1958. Com isso, a Escola não dependeria mais da assinatura da direção da Faculdade de Medicina para realizar suas aquisições ou outras ações administrativas de gestão. A Escola reformulou o Regimento Interno e definiu a estrutura administrativa com a Congregação, o Conselho Departamental e a Diretoria ⁽⁷⁰⁾.

Em 10.02.1954 a Diretora da Escola de Enfermagem e a representante da Congregação puderam tomar assento no Conselho Universitário, sendo bem recebidas pelos demais membros ⁽⁷⁰⁾.

5.3.3 Atas da Congregação da Faculdade de Medicina

As informações foram colhidas através de pesquisa em todos os livros de Atas da Congregação da Faculdade de Medicina, desde o Livro I que se iniciou em 1933 até o Livro VII que termina em março de 1969.

O Livro de ata VI compreende o período de Dezembro de 1958 a Fevereiro de 1964. Livros anteriores foram consultados, porém foi verificada ausência total de qualquer menção à Escola de Enfermagem. A primeira encontrada foi em julho de julho de 1963. ⁽⁷⁴⁾

A respeito da desanexação da Escola de Enfermagem da U.S.P. e sua transformação em escola autônoma dentro da mesma universidade, a Congregação manifestou-se favoravelmente aprovando o pedido, por unanimidade. (Ata da 1º Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, 1943).

Na ata da sessão de Congregação, de 7 de outubro de 1963, lê-se:

Na ordem do dia, continuando a discussão do Novo Regulamento – Capítulo V” Das outras formas de ensino da Faculdade, foram aprovados os artigos 95 e seguintes, assim redigidos: Além do curso normal, a Faculdade de Medicina da U. de S. Paulo ministrará: a) Ensino de pós-graduação sob a forma de: 1 – residência 2 – Estágio de aperfeiçoamento 3 – Cursos supletivos, a saber, 1 – Cursos de atualização 2 – Curso de extensão universitária 3 – Cursos para aperfeiçoamento em enfermagem. Este item foi aprovado contra dois votos, prof. Charles E. Corbett e José Medina. C) Cursos anexos: 1 - Para diplomação de Obstetizes 2 - Para serviços de laboratório e de outros serviços auxiliares. 3 - Para técnicos em reabilitação. (Ata da 3ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, 1943)

5.3.4 Atas do Conselho Técnico Administrativo

Ata da primeira Reunião do Conselho Técnico Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo realizada em 13 de fevereiro de 1964, constituída dos seguintes membros ⁽⁷¹⁾:

... D. Maria Rosa Sousa Pinheiro, Diretora da Escola, Presidente; prof. João Alves Meira, prof. Álvaro Guimarães Filho, prof. Augusto Leopoldo Ayrosa Galvão e Julieta Esther Amaral, Presidente do Centro Acadêmico XXI de Outubro... (Ata da Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, em 20 de janeiro de 1944).

Foi discutida a necessidade de estabelecer as atribuições do Conselho o que ficou a cargo da Secretária falar com o Consultor Jurídico da Reitoria. A Presidente comunica os cursos que estarão em funcionamento no ano corrente de 1964 ⁽⁷¹⁾:

... três na graduação: Enfermagem, Enfermagem Obstétrica e Enfermagem de Saúde Pública e três pós-graduação: Pedagogia e Didática aplicada a Enfermagem, Administração aplicada a Enfermagem e Administração do Ensino de Enfermagem... (Ata da Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, 1944).

Na mesma ocasião foi solicitado a João Alves Meira que conversasse com o engenheiro da Faculdade de Medicina para que elaborasse orçamento para as reformas do prédio da Escola de Enfermagem. ⁽⁷¹⁾

5.3.5 Atas do Conselho Universitário

Como unidade anexa à FMUSP, a EE mantinha posição desfavorável para o seu desenvolvimento, pois se acreditava que sendo seus interesses representado pelo diretor da Faculdade de Medicina frente ao Conselho Universitário, não havia o mesmo entendimento das necessidades, tampouco estas seriam bem argumentadas por pessoas que não viviam efetivamente o cotidiano da Escola. Sobre essa representação Carvalho ⁽⁸⁾ afirma:

Representada no Conselho Universitário pelo diretor da Faculdade de Medicina nem sempre suas necessidades eram levadas em consideração e suas reivindicações atendidas, talvez por falta de argumentos que uma pessoa mais diretamente ligada aos seus problemas administrativos e docentes poderia apresentar (Carvalho, 1980, p.95)

Por ser anexa à FMUSP a EEUSP não possuía Congregação, como exigido pela Legislação Federal, Lei n.º 775/49, que dispunha sobre o ensino de enfermagem. Por esse motivo em 1956 deu-se início as gestões para efetuar a desanexação. Apesar do Conselho Administrativo da Escola, do Conselho Técnico Administrativo (CTA) da Faculdade de Medicina e do Conselho Universitário terem se pronunciado a favor da desanexação no final de 1962, essa somente foi efetivada em dezembro de 1963, pelo Decreto estadual nº. 42.809/63. A EEUSP figurou a partir desta, como estabelecimento de ensino superior da Universidade de São Paulo ⁽⁸⁾.

O processo de desanexação teve seu início junto ao Conselho Universitário em 02 de setembro de 1957, conforme apresentado na Ata deste Conselho da 440ª Sessão ⁽⁷¹⁾:

Entra em discussão o Processo 4642/56 em que a Escola de Enfermagem solicita esclarecimentos sobre a validade do Decreto estadual nº 23.796, de 10 de novembro de 1954, que regula sua organização em face ao Decreto-lei estadual nº 16.308, de 16 de novembro de 1946 e do Decreto federal nº 27.426, de 14 de novembro de 1949, ambos regulando o curso de enfermagem. É lido o parecer da Comissão de Ensino e Regimentos que apresenta a seguinte conclusão: "... É nosso parecer deva ser elaborado projeto de lei, com a assistência da Consultoria Jurídica da Universidade, estipulando-se a revogação do Decreto Lei nº 16.308 e de determinados artigos do Decreto-Lei nº 13.040, bem como convalidando-se os atos praticados pela administração da Escola de Enfermagem – Diretoria, Conselho Consultivo e Congregação – a partir da data do novo Regulamento. Talvez fosse ainda oportuno, cogitar-se, a propósito desta lei a ser elaborada, ou de se extinguir a Congregação da Escola de Enfermagem por incompatível com o estatuto de instituto anexo, ou de desanexar-se (por lei, uma vez que a Lei nº 2.956 de 20.1.56 regula a situação) a Escola de Enfermagem da Faculdade de Medicina erigindo-se em instituto autônomo sem prejuízo dos liames funcionais e culturais que a ligam à Faculdade de Medicina como aconteceu com a Faculdade de Higiene. Essas medidas, porém, só deveriam ser objeto de deliberação depois do pronunciamento de ambos os institutos: a Faculdade de Medicina e a Escola de Enfermagem. Salvo melhor juízo. A) E. Oliveira França – Relator. A. L. Ayrosa Galvão." Com a palavra o Conselheiro João de Aguiar Pupo diz que o assunto é de grande interesse para a Faculdade de Medicina e para toda a Universidade, razão pela qual manifesta-se favoravelmente à conclusão do parecer e na conformidade da qual propõe o encaminhamento dos autos à Escola de Enfermagem e à Faculdade de Medicina para que se manifestem sobre a matéria. Submetida a votos para a proposta é unanimemente aprovada (Ata da Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, em 20 de janeiro de 1944).

Cinco anos depois de iniciado o processo de desanexação, volta à pauta a questão ⁽⁷³⁾:

Processo 4642/56 – A seguir o Conselho de Ensino e Regimento aprova, unanimemente, parecer da Comissão de Ensino e Regimentos sobre a desanexação da Escola de Enfermagem da Faculdade de Medicina de São Paulo, parecer esse que conclui: 'Concluindo, é nos parecer que o assunto não está, ainda, suficientemente instruído para ser submetido a julgamento deste Colendo Conselho. Em sessão de 2 de setembro de 1957, este Conselho aprovou proposta no sentido de obter-se manifestação da Faculdade de Medicina e da Escola de Enfermagem. Esta apoiou através a sua diretoria e Conselho Administrativo, quanto à Faculdade de Medicina consta dos autos a manifestação do respectivo Conselho Técnico Administrativo, querendo nos parecer, entretanto, que se fez necessário o pronunciamento também de sua congregação, como, aliás, sugerido no despacho do próprio diretor da Instituição. Por fim, se mantida a proposta de

desanexação, o projeto de lei apresentado deveria ser, preliminarmente, submetido ao exame da Consultoria Jurídica da Reitoria, cabendo lembrar, ainda, que o assunto agora deveria ser estudado face à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, à vista das novas implicações decorrentes. Este é o nosso parecer, s.m.j. São Paulo, 14 de junho de 1962. ass.) Francisco Antonio Cardoso, Antonio Adamastor Correia' (Ata da 6ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, 1944).

Em sessão extraordinária, conforme a Ata do CO datada de 10.12.1962 ocorre à aprovação final do processo de desanexação: ⁽⁷²⁾

Processo 4642/56 - a seguir o Conselho aprova os pareceres das Comissões de Ensino e Pesquisa e de Legislação, com as sugestões da Consultoria Jurídica, favoráveis ambos a que seja desanexada da Faculdade de Medicina de São Paulo a Escola de Enfermagem. (Ata da 7ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, em 06 de março de 1945).

Assim, após essa decisão do Conselho Universitário a Escola de Enfermagem pode ser representada oficialmente por um de seus membros, conforme visto na Ata da sessão 545ª de 1964 ⁽⁸⁹⁾; com a presença da Diretora Maria Rosa Sousa Pinheiro como Conselheira. Porém, a Congregação só foi implantada após 12 anos, em 1975. Até sua implantação, o Conselho Universitário passou a funcionar como Congregação e em 1964 foi instalado o Conselho Técnico Administrativo (CTA) da Escola ⁽⁷¹⁾, sob a presidência de Maria Rosa Sousa Pinheiro. ⁽⁸⁾

O Conselho Universitário passou a funcionar como congregação da EEUSP e na Escola foi instalado, em fevereiro de 1964, o Conselho Técnico Administrativo sob a presidência de Maria Rosa Pinheiro, Diretora e com os seguintes membros do Conselho Universitário da USP: João Alves Meira, Álvaro Guimarães Filho, Augusto Leopoldo Ayrosa Galvão e uma representante do corpo discente, Julieta Esther Amaral, presidente do Centro Acadêmico "XXXI de Outubro". (Carvalho, 1980, p.96)

Como Diretora da desanexada EEUSP, Maria Rosa Sousa Pinheiro tornou-se Conselheira no Conselho Universitário da USP, em 03.02.1964 na sessão 545ª; sendo a segunda mulher a tornar-se Conselheira, sendo antecedida somente por Alice Canabrava, no ano de 1954, na sessão 388ª, no até então, reduto masculino. Maria Rosa Sousa Pinheiro testemunhou quando o Conselho Universitário recebeu Gleite de Alcântara "como diretora

da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, dizendo esperar de todos a melhor colaboração.” ⁽¹²⁶⁾

Na sessão, 549º ocorreu a eleição para a escolha de membros que deveriam integrar o CTA da Escola, uma vez que esta transformou-se em estabelecimento de ensino superior e fazia-se necessário a elaboração de uma lista tríplice. A Conselheira Maria Rosa Sousa Pinheiro propôs: “(...) a elaboração nesta mesma oportunidade das listas tríplices para a escolha do Diretor e Vice-Diretor daquela Escola”. ⁽¹²⁷⁾

São proclamados eleitos na lista de Diretora, Glete de Alcântara, para vice constavam da lista apenas nomes masculinos, não enfermeiros. Dentre todos os candidatos, Glete de Alcântara era a única mulher. Intensificava-se a presença feminina no Conselho como se apresentava na lista de presença da sessão 575º ⁽¹²⁸⁾ entre os Conselheiros figuravam duas mulheres, as Diretoras das Escolas de Enfermagem da USP, unidades de São Paulo e de Ribeirão, Maria Rosa Sousa Pinheiro e Glete de Alcântara, respectivamente. E em 26.06.1967 a entrada de mais uma Conselheira Martha Vannucci. ⁽¹²⁹⁾

Na sessão 695º de 20.12.1977 ⁽¹³⁰⁾, Maria Rosa Sousa Pinheiro foi substituída por Carlos da Silva Lacaz, novo Diretor da Escola de Enfermagem, que substituiu a diretora da EEUSP por ocasião da sua aposentaria e, por consequência, também na representação da escola perante o Conselho Universitário, sendo sua última sessão a de numero 694º do dia 16.12.1977. Constata-se na lista de presença da sessão 699º, do ano seguinte, a presença de outras seis Conselheiras, abrindo definitivamente a participação de mais mulheres no Conselho Universitário da USP, antes considerado um reduto masculino.

5.3.6 Maria Rosa Sousa Pinheiro: A primeira diretora da EEUSP desanexada

Natural de Araraquara, interior do Estado de São Paulo, a segunda Diretora da EEUSP concluiu o Curso de Educadores Sanitários, na Faculdade de Higiene e Saúde Pública, da USP e graduou-se pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da mesma Universidade, com o grau de Bacharel em Letras Estrangeiras. Educadora Sanitária do Instituto de Higiene no período de 1934 a 1939, Maria Rosa Sousa Pinheiro assumiu o cargo de educadora-chefe daquele Instituto, em 1939, interrompendo suas funções no final de 1940, a fim de fazer o curso de enfermagem em Toronto, Canadá. ^(8, 6, 36,42)

Foi a convite do diretor do Instituto de Higiene, Geraldo Horácio de Paula Souza, que Maria Rosa Sousa Pinheiro foi contemplada com uma bolsa de estudos oferecida pela Fundação Rockefeller, para os cursos de Enfermagem Geral e Enfermagem em Saúde Pública I e II na Escola de Enfermagem da Universidade de Toronto, Canadá, no período de setembro de 1940 a novembro de 1943. ^(1, 6,36)

Em sua carta de sugestões, Miss Tennant em junho de 1940, já relatava sobre as educadoras sanitárias que seriam levadas pela Fundação Rockefeller para estudar enfermagem no exterior com o intuito de voltarem ao Brasil e se tornarem docentes da futura Escola de Enfermagem ⁽¹³³⁾.

Também pretendemos dar bolsas de estudo para duas educadoras de S. Paulo para fazerem o curso de enfermagem a começar em Setembro, na América do Norte, já com idéia de que poderão desempenhar relevante papel na Escola, fazendo parte do seu corpo docente, quando regressarem (Ata da 5ª Reunião da Associação Brasileira de Enfermagem - ABEn, Seção São Paulo, 1946).

Uma das políticas mais importantes e atuantes do SESP foi a da qualificação de profissionais. Bolsas de estudos foram concedidas a médicos, engenheiros sanitaristas e enfermeiras, entre outros profissionais, que freqüentaram cursos de graduação e pós-graduação em universidades nos Estados Unidos. Esses profissionais realizaram estágios em hospitais e laboratórios daquele país e foi com uma dessas bolsas que Maria Rosa Sousa Pinheiro se beneficiou. (2, 6, 9, 36, 42, 134)

Em 1960, Maria Rosa Sousa Pinheiro, voltou aos EUA e Canadá, com bolsa de estudos da Fundação Kellogg para observar escolas de enfermagem e hospitais de universidades americanas e canadenses, com o intuito de incorporar novas tecnologias para a enfermagem brasileira. De volta ao país, exerceu o cargo de Vice-Diretora da Escola no período de 1944 a 1951, de Vice-Diretora no exercício do cargo de Diretora de agosto de 1955 a dezembro de 1956 e de Diretora de janeiro de 1957 a 1º de dezembro de 1978 permanecendo no cargo por 21 anos. A razão desse longo tempo no cargo de diretora, sem necessidade de concorrer à eleição a cada período de quatro anos, como estabelecia o Estatuto da USP, porque sua nomeação pelo Governador do Estado, na época, havia sido no cargo efetivo de diretora da Escola. Normalmente, é alguém no exercício de um cargo efetivo de professor que, quando eleito, passa a ocupar o cargo de diretor temporariamente, pelo prazo estipulado no Estatuto. Não era o caso de Maria Rosa Sousa Pinheiro, que teria que continuar nesse cargo de diretora enquanto estivesse em atividade. No intervalo, de 1951 a 1955, ela foi Diretora da Divisão de Enfermagem do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), no Rio de Janeiro. (2, 6, 9, 36, 42, 134)

Como referido, a Escola de Enfermagem pelo Decreto nº 42.809/63, a partir de dezembro, adquiriu nova personalidade jurídica, tornando-se uma unidade autônoma na estrutura da Universidade de São Paulo ⁽⁵²⁾.

Em Ata de 49º da reunião ordinária do Conselho Administrativo de 24 de setembro de 1959, a diretora faz um relatório sobre a desanexação, e apresenta o processo RUSP 4.642/56 ⁽¹³²⁾:

... que diz respeito à validade do Regulamento da EE havia pelo Decreto 23.796/54 e explica o seguinte: este Regulamento estipula a existência de Congregação que, aliás, é exigida pela legislação federal. (Regulamento baixado pelo Decreto federal 27.426/49); no entanto como na USP, escola anexa não pode ter congregação, fora feita consulta à RUSP sobre que atitude adotaria a Escola em vista dessa discrepância; o prof. Eduardo de Oliveira França, relator do processo, havia sugerido duas possibilidades: ou a dissolução da congregação da Escola de Enfermagem ou a autonomia da mesma escola; o processo fora encaminhado à Faculdade de Medicina, cujo diretor, por sua vez, havia encaminhado a Escola de Enfermagem para pronunciamento do Conselho; por várias vezes fora assunto incluído na ordem do dia das suas reuniões, mas prof. Pupo havia sempre pedido que fosse adiada a sua discussão até a integração do curso de Enfermagem Obstétrica do Departamento de Obstetrícia e Ginecologia da FMUSP no *Curso Técnico* de Enfermagem desta Escola. Tal integração não se realizou até agora e parece ter sido adiada sine die; mas há necessidade de uma decisão urgente do assunto, pois o Curso de Enfermagem de nível superior, criado em 1958, para ter validade precisa ser reconhecido pelo MEC e esse reconhecimento está condicionado à remessa, aquele Ministério do Regulamento da Escola; a diretora da Escola insiste, pois que o Conselho se pronuncie sobre o parecer do prof. Eduardo de Oliveira França no processo 4.642/56. O prof. Eurico Bastos diz que não poderá pronunciar-se sem conhecer detalhes do processo e solicita que o mesmo lhe seja enviado para estudo. (Ata da 49ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, 1959).

Para entrar em conformidade com o Decreto 23.796/54 era necessária a criação de uma Congregação, porém, um instituto anexo não poderia ter uma congregação própria, assim era necessário desanexar a escola. Foram muitas as possibilidades de terminar essa discussão na Escola, porém havia também a recomendação do Pres. Juscelino Kubitschek que os cursos de obstetrícia fossem juntos com aos de enfermagem, assim foi necessário realizar os acordos para a fusão das duas escolas anexas a FMUSP, a Escola de Enfermagem de São Paulo e a Escola de Obstetrícia da Faculdade de Medicina.

6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

6.1 INFLUÊNCIAS DA II GRANDE GUERRA PARA A SAÚDE PÚBLICA NA AMÉRICA LATINA

A II Grande Guerra, ao contrário do que se possa imaginar, trouxe ao Brasil mais esperança de vida. Ironicamente, a complexa postura facetada de um presidente altamente político, trouxe a oportunidade de um proveitoso acordo para o país.

Com uma iminente aproximação do governo do Presidente Getúlio Vargas com países do Eixo; apesar do fornecimento de produtos para ambos os lados da guerra e o governo brasileiro apresentar-se com uma posição de neutralidade, de ambigüidade; conferiu a possibilidade da aproximação com a Alemanha de Adolf Hitler e a instalação de uma base militar em Natal e Fernando de Noronha, que era temido por estrategistas americanos, por entender que esta base poderia ser usada para facilitar o transporte de homens e munições alemãs para chegarem ao Caribe e ao Canal do Panamá, ampliando a influência da ex-URSS no continente americano.

A estratégia do Presidente Franklin Delano Roosevelt e de empresários norte-americanos para o contra ataque a essa aproximação resultou na criação do Instituto de Assuntos Interamericanos (IAIA) e no “Acordo de Washington”, em março de 1942, contendo 30 tratados sobre assuntos variados, entre eles, um acordo militar, no qual o Brasil se comprometia a tornar-se membro dos Aliados contra o Eixo da II Guerra Mundial, e o acordo de saúde e saneamento que deu origem a agência binacional de saúde, o Serviço Especial de Saúde Pública - SESP. Havendo nesse acordo quatro subprojetos de saúde, saneamento, infra-estrutura, como hospitais, centros e escolas de saúde. (1, 2, 8, 9, 135)

O Brasil viveu sob a influência européia da Bella época até a década de 30, quando a América Latina começa a figurar na zona de interesse norte-americana. O acordo com o governo, vinha ao encontro das políticas sanitárias da Era Vargas, de 1930 e 1940, porém, era necessário modificar alguns costumes do povo brasileiro para que tornasse o convívio

dos técnicos americanos mais seguros, em relação às doenças tropicais. Para iniciar os trabalhos de saúde pública, saneamento e educação sanitária, a influência também precisava ser cultural para garantir o acesso as medidas de higiene profiláticas. O país mais desenvolvido consegue através do acultramento subverter o país em desenvolvimento ou subdesenvolvido.

Para os adultos essa aproximação veio através do cinema Hollywoodiano que ditou novas regras e tendências de beleza e comportamento. Para facilitar a identificação com a população adulta, foi criada a cantora portuguesa, consagrada com uma roupa inspirada nos vestidos brancos bordados, as 7 saias rodadas, armadas e engomadas das quituteiras bahianas; e que interpretava rumba como se fosse um samba: Carmem Miranda. (5, 36, 135)

Figura 23: Imagem fotográfica de uma visita de Carmem Miranda a Escola de Enfermagem de São Paulo. Fonte: Centro Histórico Cultural da Enfermagem Ibero-Americana – CHCEIA/EEUSP

Para que as crianças já se formassem acostumadas com a nova cultura houve também a criação do personagem Zé Carioca, que como o próprio nome já indicava, foi inspirado no personagem da boemia carioca, o “malandro carioca”. (5, 36, 135)

Assim, com o apoio da população, o SESP e o IAIA juntamente com a Fundação Rockefeller colocam em prática os planos de infra-estrutura e educação em saúde. Com o desenvolvimento da infra-estrutura prometida, o SESP tornar-se o orgulho para os brasileiros por sua competência técnica e apoio ao desenvolvimento científico.

6.2 O COMPLEXO DE SAÚDE

A análise dos diversos documentos encontrados possibilitou realizar um breve apanhado histórico da fundação da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo até sua desanexação. Para tanto, foi necessário ampliar o olhar e conhecer um pouco das instituições e personagens que estão diretamente ligadas a essa história, como a própria Universidade de São Paulo, Faculdade de Medicina, alguns de seus diretores e a própria Escola de Enfermagem da USP e suas primeiras diretoras.

Com amplo apoio da elite intelectual, política e econômica paulista, a Universidade de São Paulo foi criada pelo Decreto nº 6233, de 25 de janeiro de 1934 e congregou as outras faculdades que já existia, a de Medicina, a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, a Escola de Farmácia e Odontologia, de Medicina Veterinária, o Instituto Butantã, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas, o Museu Paulista e da Faculdade de Direito. Seu primeiro reitor foi empossado em 6 de junho de 1934 no salão nobre da Faculdade de Medicina ⁽¹³⁾.

Foi através do idealismo de grupos interessados no desenvolvimento e oficialização da educação em saúde que segunda metade do séc. XIX, profissionais que já praticavam a medicina na Capital formaram a Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, para a promoção da profissão por meio de estudos e conferências, porém só com a Lei Estadual nº 19 de 24

de novembro de 1891, foi criada a Academia de medicina, Cirurgia e Farmácia do Estado e a Lei Estadual nº 1357 de 19 de dezembro de 1912 estabeleceu o curso na Faculdade de medicina e Cirurgia de São Paulo, funcionando agora regular e oficialmente. ⁽⁸⁾

No dia seguinte ao lançamento da pedra fundamental do prédio da nova Faculdade de Medicina, 25 de janeiro de 1928, o governo do Estado de São Paulo, firmou o compromisso de construir o Hospital das Clínicas - HC para complementar o ensino desta Faculdade ⁽¹²⁾. Até a construção deste hospital, as aulas práticas eram realizadas no hospital da Santa Casa de Misericórdia, ainda hoje existente, no bairro de Santa Cecília.

Teve início a 10 de outubro de 1938 a construção do prédio central do HC, e sua inauguração, em 20 de abril de 1944, na interventoria de Fernando Costa, sendo diretor da Faculdade de Medicina Benedito Montenegro, o que permitiu consolidar as atividades de ensino que até a década de 40 eram realizadas na Santa Casa de Misericórdia. Através da Lei nº 2.457, de 29 de outubro de 1980, o Hospital passou a receber o nome de “Adhemar Pereira de Barros” ^(12,13)

O deslocamento de professores e principalmente dos estudantes pelos bondes públicos da capital para a realização das aulas práticas, e estágios, era motivo de grande desconforto, não só pelo tempo perdido e pela distância, como pelas condições do transporte. O conforto médico também tornou-se motivo para apoiar a construção do HC, como pode ser verificado o trecho de O Bisturi: “No outro dia íamos nós dependurado no estribo do bonde que passa pela Avenida Arnaldo, com integrantes da camada humana mais interna (...). Afinal até quando teremos de viajar dependurados, feitos salsichas nos bondes do HC a Sta. Casa, da Sta. Casa ao HC?” ⁽¹²²⁾

Mas esse não era o único motivo. Já fazia parte dos planos do consórcio liderado pela Fundação Rockefeller um complexo parque de excelência em saúde, constando deste o Instituto de Higiene, hoje a Faculdade de Saúde Pública; uma moderna Faculdade de Medicina, o Hospital de Clínicas para a complementação dos estudos médicos e a Escola de Enfermagem para dar suporte a esse hospital.

O laboratório de Higiene da atual Faculdade de Saúde Pública foi o início da efetiva colaboração entre a Fundação Rockefeller e o Governo do Estado no desenvolvimento das instituições de ensino de saúde do Estado⁽⁸⁾.

As discussões envolveram autoridades como o Interventor Adhemar Pereira de Barros, Diretor do Conselho Sanitário Internacional da Fundação Rockefeller, Fred. L. Soper e *Miss Mary Elizabeth Tennant*, chefe da Sessão de Enfermagem da mesma Fundação. Conjuntamente decidem pela criação da Escola de Enfermagem anexa a Faculdade de Medicina, assim como o novo Hospital das Clínicas e o Instituto de Higiene. É possível constatar esse acordo através da missiva de Fred Soper, endereçada ao Interventor do Estado Adhemar de Barros, em 1940.⁽⁵⁵⁾

... Miss Tennant e eu [Fred Soper] tivemos a oportunidade de conversar com o Gustavo Capanema – Ministro da Educação e Saúde - a respeito do entendimento que a Fundação Rockefeller teria com o governo do Estado de São Paulo para colaborar na organização da Escola Universitária de Enfermagem, em conexão com a Faculdade de Medicina, o Instituto de Higiene e o novo Hospital das Clínicas. (Soper, 1940).

Conforme o trecho da carta de Soper, a Escola de Enfermagem deveria ser criada como universitária conectada a Faculdade de Medicina, ao Instituto de Higiene e ao Hospital das Clínicas, as quatro instituições caracterizaram o complexo de saúde inigualável na América Latina. Em outra missiva de Soper, desta vez endereçada Fernando Costa, Interventor Federal no Estado de São Paulo, em 1941 é reafirmado à intenção da construção de importante centro de excelência em saúde, sempre integrado: a Faculdade de Medicina, o Instituto de Higiene, o Hospital das Clínicas e a futura Escola de Enfermagem. O planejamento do mais importante complexo de saúde da América Latina firmava o claro princípio da integralidade “(...) a educação médica, os cursos de higiene, saúde pública e o ensino de enfermagem devem se desenvolver juntos”⁽⁵⁴⁾. Dá-se início a sua construção.

... desde muitos anos a Fundação Rockefeller tem tido várias ocasiões de manter, com o Governo de S. Paulo, amistosas

relações de colaboração, nos terrenos do Ensino Médico e da Saúde Pública. (...) São Paulo fica assim, em toda a América do Sul, o único centro médico a dispor, reunidos em um só local, dos elementos essenciais para o ensino da medicina e da saúde pública. (...) Duas faltas, entretanto se notam em sua organização, e da maior importância. Uma delas é a falta de uma Escola de Enfermagem, (...). Outra diz respeito à necessidade de ser provido o Instituto de Higiene, que é a Escola de Higiene e Saúde Pública do Estado (...). (Soper, 1941)

Durante todo o estudo foi possível perceber o estreito laço entre essas Instituições.

Figura 24: Imagem fotográfica aérea do complexo de saúde de São Paulo. A esquerda na frente o Hospital Emílio Ribas, ao lado a Faculdade de Medicina e na extrema direita o Instituto de Higiene, atrás a esquerda o Hospital das Clínicas e na diagonal a Escola de enfermagem de São Paulo. Extraída do relatório “Conclusão do acordo NT-SPA-14”. Fonte: Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Osvaldo Cruz na Fundação Osvaldo Cruz.

No caso da FMUSP, por ser oficialmente a Escola de Enfermagem a ela anexa havia não apenas a ligação administrativa, mas por certo período, financeira também.

No caso administrativo, o Diretor da FMUSP era também o Presidente do Conselho Técnico e Administrativo da EE e Conselho Consultivo. No caso de uma decisão maior, como a escolha do modelo do Diploma a ser deferido aos egressos da Escola, foi necessário que este fosse apresentado pela Diretora da EE, nesta ocasião Edith de Magalhães

Fraenkel, e aprovado primeiramente ao Conselho Administrativo da EE e seu presidente, diretor da FMUSP, o apresentou conforme verificado na Ata do Conselho Universitário, Sessão 231º, que apresenta a aprovação do primeiro diploma da Escola de Enfermagem anexada a Faculdade de Medicina. “A seguir, submete o Reitor à aprovação do Conselho, o modelo dos diplomas da Escola de Enfermagem, anexa à Faculdade de Medicina, o qual foi aprovado”. ^(99, 136) Noutros casos, como no pedido de desanexação, a decisão do Conselho Administrativo ⁽⁸⁵⁾ da EE foi encaminhada para o CTA da FMUSP ⁽¹³⁷⁾, sua Congregação ⁽¹³⁸⁾ e enfim encaminhada pelo Diretor da FMUSP ao Conselho Universitário ⁽¹²²⁾.

A relação de anexação da Escola de Enfermagem a Faculdade de Medicina também ocorreu financeiramente, como é possível comprovar através da solicitação do aumento de verbas para a FMUSP realizado pelo diretor da mesma, Benedito Montenegro, em ofício datado de 13 de março de 1942, que foi dirigido à Secretaria de Educação e Saúde Pública e ao Reitor da Universidade, que fundamenta a necessidade de receber mais verba e com o Decreto de criação do Hospital das Clínicas e da Escola de Enfermagem, o que faz com que as verbas sejam desmembradas, assim, torna-se possível receber mais provimentos: “... dotação orçamentária é insuficiente (...) os decretos criando o Hospital das Clínicas e a Escola de Enfermagem a ele anexa, sejam publicados com a possível brevidade (...). Assinado Benedito Montenegro” ⁽⁶⁸⁾.

Interessante perceber que mesmo com essa criação e o desmembramento das verbas, a Escola é obrigada a manter um vínculo financeiro com a Faculdade de Medicina, uma vez que qualquer necessidade de aporte financeiro deveria ser realizado o pedido no Conselho Administrativo e deste o Diretor da FMUSP encaminha a solicitação para o Conselho Universitário, como pode ser confirmado pelo relato de Carvalho ⁽⁸⁾:

... era representada no Conselho Universitário pelo diretor da Faculdade de Medicina nem sempre suas necessidades eram levadas em consideração e suas reivindicações atendidas, talvez por falta de argumentos que uma pessoa mais diretamente ligada aos seus problemas administrativos e docentes poderia apresentar. (Carvalho, 1980, p.95)

Essa situação manteve-se até a desanexação da Escola, como é possível perceber no pedido de Maria Rosa Sousa Pinheiro ao Conselho Administrativo sobre a falta de acomodações para estudantes. Obteve como resposta que o Conselho “agirá junto aos poderes competentes a fim de ampliar o prédio da Escola de Enfermagem.” Ficou a cargo da diretora da escola oficial o Reitor pedindo recursos e a verba federal de 1958, para reparar o 3º andar, completar as obras já iniciadas no porão e construir mais um pavimento destinado à residência de pessoal discente ⁽⁸³⁾. Ou seja, a solicitação e o ofício elaborado por Maria Rosa Sousa Pinheiro foi entregue ao Reitor pelo Diretor da Faculdade de Medicina, Presidente do Conselho Administrativo da EE, o diretor da FMUSP.

Quanto à relação da Escola com o Instituto de Higiene também era bem próxima, principalmente representada pela figura de Geraldo Horácio de Paula Souza, ou simplesmente, Paula Souza, como preferia. Uma das condições para que a Fundação Rockefeller realizasse os investimentos na ampliação do Instituto de Higiene, era o compromisso de trabalhar pela criação da Escola de Enfermagem de São Paulo e a extinção de seu curso de educadoras sanitárias. A Fundação comprometeu-se com a concessão de bolsas de estudo a seis educadoras sanitárias para fazerem o curso de enfermagem nos Estados Unidos ou no Canadá e o auxílio financeiro para os laboratórios e a biblioteca da futura escola ⁽⁸⁾. As enfermeiras formadas pela escola que não eram bolsistas de outras regiões tinham a possibilidade de ficarem como docentes da própria escola, serem empregadas no HC ou ainda, no caso de especializarem-se em Saúde Pública, trabalhar para o Instituto de Higiene. As bolsistas do SESP tinham o compromisso de retornar ao local de origem e auxiliar a fundar escolas de enfermagem ou serviços de saúde pública.

6.3 A ESCOLA DE ENFERMAGEM E O HOSPITAL DAS CLÍNICAS

Em relação aos laços da escola com o Hospital das Clínicas eram muito profundos, uma vez que a escola nasceu da necessidade de dar suporte ao HC e a Diretora da Escola também era a Supervisora Técnica de Enfermagem. Na implantação do HC, ficaram a cargo de Edith de Magalhães Fraenkel ambas as responsabilidades, de estruturação e administração de todo o serviço de enfermagem, como Supervisora Técnica. Os materiais e técnicas de enfermagem utilizadas logo após a inauguração do HC foram todos determinados por Edith de Magalhães Fraenkel. “de 1942 a 1943 foi o tempo utilizado quase exclusivamente em organização e preparo prévio do Hospital das Clínicas e da Escola, isto é, estudo do currículo, da técnica de enfermagem a ser adotada, escolha de material, etc.” (8,56).

Essa proximidade era tão clara que foram encontrados documentos que apresentam a Escola de Enfermagem como sendo anexa do Hospital das Clínicas: “o Hospital das Clínicas e a Escola de Enfermagem a ele anexa. (...) Assinado Benedito Montenegro” (68).

Essa relação foi explicitada quando Enéias de Carvalho Aguiar sugeriu que nas reuniões semanais da Escola a presença da Orientadora da Subdivisão de Enfermagem do Hospital, suas duas Assistentes, e as Supervisoras do Hospital “... que seja convidado a tomar parte dessa reunião, a Clarice Ferrarini, chefe da Subdivisão de Enfermagem do Hospital das Clínicas...” (72,98). Assim, novamente fica evidente a estreita relação entre as duas instituições.

Contudo, essa aproximação não trouxe apenas bons momentos, como o já demonstrado, havia algumas “diferenças” em relação a técnica e administração de enfermagem que se aprofundaram com o passar do tempo, assim, eram constantes a insatisfação com as oportunidades de estágio oferecidas.

A ligação entre as duas instituições era tão clássica a ponto de Maria Rosa Sousa Pinheiro, referir-se a ambas como entidades irmãs, na

reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem em 1958, quando ao discutir no Conselho a necessidade da desanexação, o diretor da Faculdade de Medicina, referiu: ⁽¹⁴¹⁾

O prof. Pupo argumenta que até o presente a Escola de Enfermagem tem tido aberta as portas do Hospital das Clínicas para a prática de seus estudos por ser anexa a Faculdade de Medicina, mas que, se se tornar autônoma, talvez venha a encontrar dificuldades nesse sentido. (Ata da Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, 1958)

Essa possibilidade de encontrar dificuldades em relação ao campo de estágio historicamente oferecido pelo Hospital das Clínicas no caso da Escola se tornar autônoma em relação a Faculdade de Medicina aparentemente causou grande indignação a Maria Rosa Sousa Pinheiro ⁽¹⁴¹⁾:

Maria Rosa Pinheiro responde que muitas escolas de enfermagem e de auxiliares de enfermagem, sem relação alguma com a Faculdade de Medicina, encontram a mesma facilidade; que é de toda a vantagem para o Hospital das Clínicas e qualquer outro hospital ter estudantes de enfermagem praticando em seus serviços, pois, não só o trabalho do estudante é melhor que o de enfermeiros práticos e atendentes como por que significa para o hospital uma economia vultosa, pois os estudantes substituem funcionários sem receber daquela entidade qualquer remuneração (Ata da Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, 1958)

Afirma as vantagens de receber os estudantes de enfermagem como mão de obra gratuita e mais qualificada, uma vez que as estudantes de enfermagem necessitam praticar as técnicas para posteriormente ensiná-las ou supervisioná-las em suas vidas profissionais ⁽¹⁴¹⁾.

dá ainda o exemplo da Escola de Enfermagem da universidade da Bahia que é autônoma e cujas estudantes praticam no Hospital das Clínicas daquela Universidade sem dificuldade alguma de campo de estágio. (Ata da Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, 1958).

Maria Rosa Sousa Pinheiro mencionou a Universidade da Bahia como uma instituição autônoma, que apesar de ser criada anexada depois

da Escola de Enfermagem de São Paulo, foi desanexada bem antes, sem muitas oposições e mantém bom relacionamento com o campo de estágio do Hospital de Clínicas daquela Universidade, da mesma forma que era quando anexada.

Recorda ainda, Maria Rosa Sousa Pinheiro, um pouco da história de ambas as instituições, “quase que consideradas irmãs” e ainda aponta à inquestionável “qualidade do trabalho efetuado pelas estudantes desta Escola no referido hospital. Lembrando da “economia vultosa” representado pelos trabalhos prestados pelas estudantes sem remuneração ao Hospital das Clínicas, a Diretora argumentou que a autonomia da Escola não deve influenciar na simbiose já existente com o HC. ⁽¹⁴¹⁾

Porém, a história e a vivência demonstram que por algum motivo, a advertência de João Aguiar Pupo obteve certo êxito, uma vez que atualmente as oportunidades de estágios das estudantes da Escola de Enfermagem da USP no Hospital das Clínicas têm sido consideravelmente reduzidas. Os motivos deste afastamento não são claros e nem são o objeto deste estudo, porém, cabe ressaltar que de alguma forma a relação de irmandade outrora comprovadamente existente, praticamente inexistente atualmente.

6.4 RENASCIMENTO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL: O MUNDO QUER ENFERMEIRAS

A enfermagem é uma profissão sempre envolta num ideal vocacional, divinal e nem sempre, profissional. Muitas vezes é interpretada como uma vocação feminina e é esquecida a necessidade técnica. Em tempos de Guerra, com grande demanda destas profissionais, na Inglaterra foi obrigado o alistamento de moças como voluntárias, para servirem como enfermeiras. Um articulista anônimo inglês refere ser contraproducente essa obrigatoriedade, e cita o dito por uma enfermeira-mór de um hospital inglês do qual não recorda o nome: “As enfermeiras nascem, não se fazem. Se se

obriga alguém que não tenha jeito ou não goste do trabalho, a seguir a enfermagem, são os doentes que sofrem”⁽⁴⁶⁾.

Figura 25: Imagem fotográfica de uma moça caracterizada como uma enfermeira. Fonte: Souza-Campos, E. História da Universidade de São Paulo. Oficinas Gráficas Saraiva S.A.. São Paulo, 1954. Publicação comemorativa ao 4º centenário da Cidade de São Paulo.

No Brasil, em 1944, segundo o artigo intitulado “Escolas de Enfermagem” ⁽⁴⁷⁾ há um clamor pela abertura de novas escolas, devido o aumento da demanda. É importante lembrar que a maioria destes profissionais são mulheres e que emancipação feminina ainda estava começando. Até o início do século XX, a mulher era criada para ser dona de casa, ser dedicada ao lar. Não era considerada mulher respeitável a que lidava com dinheiro, ou pior, a que saísse de casa sem a companhia de um membro masculino da família. Assim, era pouco viável que a mulher que foi criada para ser “esposa prezada e mãe zelosa”, se dedique a trabalhar ainda mais numa profissão já estigmatizada por seu constante contato com o corpo alheio e plantões noturnos.

Ainda sobre esse artigo, há a referencia do receio de ser necessário restringir as ações e instalações de saúde pela falta de mão obra especializada, afirmou que o Ministro Capanema defendeu não poder fazer tantos avanços necessários à saúde por haver na época, pouco mais de mil enfermeiras em todo o Brasil, sendo a necessidade de vinte mil, ou seja, “uma rede de escolas de enfermagem por todo o país.” ⁽⁴⁷⁾

A necessidade de criar novas escolas foi também defendida por Waleska Paixão, diretora da Escola de Enfermagem Carlos Chagas, de Belo Horizonte, em seu artigo “Conceito de Enfermagem” ⁽⁴⁹⁾, e Clara Curtis, especialista americana, em seu trabalho “Necessidades da Enfermagem”, ⁽⁵¹⁾ apresentado em Conferência na Sociedade Brasileira de Higiene. Ambas defendem a importância de criar novas escolas, porém a primeira afirma que havia pouca procura pelas moças para a profissão. Justifica é importante que a candidata seja extremamente culta, de boa família e por isso se cada médico convencesse suas familiares e suas relações, haveria candidatas suficientes para a abertura de novas escolas. ⁽⁴⁹⁾ Essa preocupação também é confirmada pelo artigo “No Brasil há mais hospitais do que enfermeiras” de Virginia Arnold, responsável pelo setor de enfermagem da Fundação Rockefeller, que afirmou haver no Brasil de 1918 até 1955, insuficiência de enfermeiras para colocar uma profissional em cada hospital, já que havia apenas 4.046 profissionais e os hospitais e postos de assistência registrados em 1955 eram 4.425. ⁽⁵⁰⁾

Hoje, nas unidades de saúde muitos profissionais estão sobrecarregados, mas não por falta de enfermeiros e sim pela contenção de custos onde colocam um número menor de enfermeiros, transferindo algumas atividades privativas para os técnicos de enfermagem e esses sobrecarregados transferem as suas para os auxiliares. O risco destas transferências é grande devido o aumento da possibilidade de equívocos no cuidado, caracterizado pela negligência, imprudência ou imperícia. A sobrecarga de todos os níveis profissionais é importante fator nos inúmeros e graves casos de negligência e imprudência que convivemos.

6.5 SIM, ENFERMEIRAS!

É perceptível que ainda hoje a enfermagem sofre com os mesmos problemas verificados em 1945, por Dorothy Roger Williams, diretora de enfermagem do Red Cross Chapter, Cleveland; em seu artigo o “Futuro do serviço de enfermagem” defendeu que essa profissão sofre diversas crises, o que segundo a autora pode ser confirmado pelo baixo número de profissionais. Afirmo que o desinteresse pela profissão pode ser os baixos salários, falta de promoções, a falta de status social e o trabalho administrativo: “a tarefa mais importante da profissão é, na verdade, a enfermagem direta, de leito, aquela que se ocupa apenas com o nosso semelhante doente”. ⁽⁴⁸⁾

Infelizmente pouco, ou quase nada, mudou desde a publicação deste artigo em 1945. A profissão de enfermagem continua estigmatizada por uma falsa percepção social, baixos salários, insuficiência de profissionais nas unidades gerando sobrecarga de trabalho, difícil relação com a equipe multiprofissional, falta de reconhecimento e o estigma de que a enfermeira competente é apenas a enfermeira assistencial.

A enfermeira que se dedica a pesquisa, como as enfermeiras da Central de Controle de Infecção Hospitalar – CCIH, que pensam e definem a técnica para o controle da transmissão de microorganismos patógenos

durante a estadia do usuário do serviço de saúde na unidade de saúde, são chamadas, muitas vezes pelos próprios colegas de profissão, de “enferneuras”.

Por outro lado, as enfermeiras que se põe a gerenciar a assistência, são freqüentemente chamadas de “enfermesa”. Essas sofrem importante assédio moral por não serem consideradas socialmente como enfermeiras porque “não põe a mão na massa”, caracterizando ainda mais a enfermagem como um trabalho braçal e de pouca intelectualidade. Esse discurso distorcido da realidade é utilizado para a proliferação de escolas de enfermagem de baixa qualidade e profissionais que se formam como “técnicos aprimorados” com pouca crítica e embasamento científico, transformando o profissional em um “fazedor” e não em mais um membro pensante na equipe multiprofissional, o que agrava ainda mais o estigma do não-saber da enfermagem, sua desvalorização, baixa respeitabilidade e submissão, principalmente ao saber médico.

A Comissão de Ensino do Conselho Internacional de Enfermagem, em 1942, com recomendação especial do “Survey” do Ensino da Enfermagem no Canadá, acordaram as atribuições das enfermeiras era cooperar com o trabalho médico, observando as mudanças no estado de saúde e no processo saúde-doença físico e mental, os cuidados profiláticos e curativos, realizar esclarecer os cuidados de higiene corporal e mental, interessar-se pelo sofrimento humano e utilizar a estrutura possível para minimizá-los. ⁽⁵⁶⁾

Edith Magalhães Fraenkel em 1943 publicou ⁽⁶⁰⁾:

... A boa enfermagem exige inteligência e compreensão; exige uma mentalidade capaz de pensar e agir com presteza, em face de situações desconhecidas e imprevistas. A enfermagem significa muito mais que a simples aplicação da técnica, apesar de sua importância, pois, cada vez mais se patenteia a necessidade de compreender e interpretar os fatores sociais e emotivos, tanto quanto físicos. (Fraenkel, 1943, 33-6).

A diretora da Escola de enfermagem já defendia a autonomia profissional do enfermeiro e a humanização da saúde, antes mesmo que esse termo fosse cunhado.

Cabe recordar que não interessa a enfermagem invadir o campo médico ou de outro profissional da saúde, não trata-se, portanto de reserva de mercado, e sim reconhecimento de saberes diferentes, aos médicos cabem os diagnósticos e as propedêuticas, aos enfermeiros o cuidado e principalmente o pensar, o gerenciar não só o cuidado, mas todo o processo e estruturação deste. Edith de Magalhães Fraenkel já defendia essa posição em 1943 ⁽⁶¹⁾:

... o estudo da ciência e suas leis não visa transformar enfermeiras em médicos, e sim, provê-las de conhecimentos básicos e específicos, necessários ao desempenho inteligente de suas funções. Além disso, estes cursos, comparados aos da Faculdade de Medicina, são elementares. (Fraenkel, 1943, 41-2).

Esse receio parecia incomodar também os discentes da medicina, conforme o visto no “O Bisturi”, alguns reclamavam das poucas oportunidades de estágio nas enfermarias, pois as estudantes de enfermagem realizavam todo o serviço e não os deixavam ter o aprendizado técnico, Argumentavam que não queriam assumir tais cuidados, porém, deveriam aprendê-los para ensinar nos recônditos do país onde provavelmente não haveria enfermeiras universitárias. ⁽¹¹⁰⁾

Entretanto, nosso pensamento (...) viaja por nossas terras e paira em outras cidades onde não pode haver uma tão boa enfermagem e se extasia nas zonas rurais ou pobres onde nada existe de enfermagem. (...) Tão simplesmente médicos heróis que não podem apenas diagnosticar e receitar, mas também tem que executar o tratamento ou na melhor das hipóteses ensinar que alguém o faça. Agora perguntamos: Como vai o médico executar ou ensinar a fazer o que nunca aprendeu a fazer? (O Bisturi, 1945, 3 – 4).

Havia ainda o temor das estudantes de enfermagem disputarem o mercado de trabalho com os médicos, uma vez que estas também podem fazer especializações e pós-graduações era visto na edição de 1946 de “O Bisturi”⁽⁹⁴⁾:

... um anúncio estapafúrdio de um Enfermeiro que se dizia ex-interno de um Hospital (felizmente não era o HC!), e que dizia capacitado a fazer qualquer tarefa relacionada a pratica da Medicina. E notemos que esse individuo não era formado pela Universidade de São Paulo. Imaginem os leitores si o fosse... (Relatório Anual da Escola de Enfermagem de São Paulo, 1951).

Porém, é importante lembrar que o gerenciamento em saúde é parte integrante das funções da enfermeira, sendo uma de suas competências e é disciplina obrigatória nos currículos de enfermagem, diferentemente do que vemos nos currículos dos médicos ou outros profissionais de saúde. Tanto que em novembro de 2001, a Resolução do *Conselho Nacional de Educação* - CNE através da Câmara de Educação Superior - CES nº 3 determinava as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem, aponta como competência do enfermeiro a: I - Atenção à saúde, II - Tomada de decisões, III – Comunicação, IV – Liderança, V - Administração e gerenciamento e VI - Educação permanente. E dentre suas habilidades:⁽¹⁰⁾

XI – responder às especificidades regionais de saúde através de intervenções planejadas estrategicamente, em níveis de promoção, prevenção e reabilitação à saúde, dando atenção integral à saúde dos indivíduos, das famílias e das comunidades; XXIII – gerenciar o processo de trabalho em enfermagem com princípios de Ética e de Bioética, com resolutividade tanto em nível individual como coletivo em todos os âmbitos de atuação profissional; XXIV – planejar, implementar e participar dos programas de formação e qualificação contínua dos trabalhadores de enfermagem e de saúde; XXV – planejar e implementar programas de educação e promoção à saúde, considerando a especificidade dos diferentes grupos sociais e dos distintos processos de vida, saúde, trabalho e adoecimento; XXVI – desenvolver, participar e aplicar pesquisas e/ou outras formas de produção de conhecimento que objetivem a qualificação da prática profissional; XXX – participar da composição das estruturas consultivas e deliberativas do sistema de saúde; XXXI – assessorar órgãos, empresas e instituições em projetos de saúde. (Brasil, 2001).

Mesmo com a resolução e com o preparo profissional, a maioria dos diretores de serviços de saúde, gerentes de Unidades Básicas de Saúde, são médicos. Isso corrobora para no imaginário coletivo haver uma hierarquização, onde o profissional médico manda e o profissional enfermeiro, obedece. Sendo a enfermagem uma profissão ainda com predominância de mulheres, há além desta disputa de poder uma disputa de gênero, onde pejorativamente, a mulher enfermeira é titulada de secretária ou babá do médico, quando não é reconhecida como sua amante.

Enquanto não houver um combate para a desmistificação destes estigmas que assolam a profissão de enfermagem, será muito difícil conseguir o status e a respeitabilidade que esses profissionais almejam.

6.6 - A ESCOLA DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

A Fundação Rockefeller através do SESP investiu na capacitação de profissionais da saúde, concedeu bolsa de estudos no exterior para a formação de docentes, principalmente em saúde pública, forneceu apoio técnico e incentivou a criação e financiou instituições de ensino por diversas partes do país. ^(1,2, 3, 4, 13, 52)

A Escola de Enfermagem de São Paulo é fruto deste interesse em desenvolvimento da saúde, sendo parte integrante do complexo de saúde que envolve a Faculdade de Medicina, o Instituto de Higiene e o Hospital das Clínicas. Em 1940, já estavam adiantas as discussões entre o Interventor Adhemar Pereira de Barros, Diretor do Conselho Sanitário Internacional da Fundação Rockefeller, Fred. L. Soper e *Miss Mary Elizabeth Tennant*, chefe da Sessão de Enfermagem da mesma Fundação, com os professores da FMUSP e as autoridades do Departamento de Saúde do Estado sobre a criação da escola, que defendiam ser um marco e uma conquista necessária para o desenvolvimento da saúde e da assistência em saúde. Em 1941, Soper já afirmava que a Fundação estava interessada em capacitar e manter o corpo docente da Escola de Enfermagem em seus primeiros anos. ^(54,55)

O laboratório de Higiene da atual Faculdade de Saúde Pública foi o início da efetiva colaboração entre a Fundação Rockefeller e o Governo do Estado no desenvolvimento das instituições de ensino de saúde, como condição para o financiamento figurava a criação de uma Escola de Enfermagem Padrão, universitária, que fosse equiparada ao “Padrão Nigthingale” já seguido pela Escola Ana Neri no Rio de Janeiro. A futura escola de enfermagem já contava com as egressas da Escola Ana Neri para serem as primeiras docentes. Essas enfermeiras receberam bolsas de estudos para aprimoramento de novas técnicas de educação em saúde e diversas especialidades da enfermagem em universidades nos Estados Unidos e Canadá, a fim de voltarem ao Brasil e lecionarem na graduação e pós-graduação da Escola de Enfermagem de São Paulo.

O mesmo foi feito com duas educadoras sanitárias do Instituto de Higiene, para cursarem enfermagem na Universidade de Toronto, no Canadá, Zilda de Almeida Carvalho e Maria Rosa Sousa Pinheiro, que ao voltar ao Brasil, aliam-se a Edith de Magalhães Fraenkel, a segunda, para criar com qualidade e excelência da Escola e a primeira o HC. ⁽⁸⁾

Desde sua criação a autonomia era uma questão importante para essas enfermeiras. Em 1937, ao ser convidada pela Fundação Rockefeller, a Superintendente Geral do Serviço de Enfermagem do Ministério da Educação e Saúde, Edith Magalhães Fraenkel, só aceita organizar e dirigir a futura escola se tiver autonomia para a contratação das docentes ⁽⁸⁾.

Preparou-se, em janeiro de 1940, com bolsa de estudos de um ano e meio aos Estados Unidos e Canadá para conhecer melhor a realidade da moderna enfermagem, retorna em novembro de 1941 e nos dois anos seguintes realiza todos os preparativos para a efetiva inauguração da Escola e do HC.

Suas ideias sobre enfermagem contam com a vocação feminina, ao defender que o cuidado existiu desde a primeira mãe que defendeu o desenvolvimento de seu filho, desde os primórdios da humanidade, porém, Edith de Magalhães Fraenkel defendeu que apenas essa vocação não era suficiente, ao elaborar um currículo de enfermagem complexo e abrangente a todas as áreas da ciência. O embasamento teórico e científico foi tão

importante nesta formação que mesmo morando na cidade, as estudantes viviam em regime de internato na EE, para poderem dedicar-se integralmente aos estudos, as práticas no HC e a educação postural exigida pela escola. Defendeu que a diretora era a responsável pela educação das estudantes, além do gerenciamento do serviço de enfermagem do hospital e da própria escola. Ao analisar as imagens fotográficas das estudantes ao realizarem a matrícula e depois ao se formarem, é perceptível a incorporação do “*Habitus*” ⁽¹³⁹⁾, da forma de ser, se apresentar e agir, característicos de uma enfermeira formada pela EEUSP. Mesmo reconhecendo a necessidade de formar novas turmas, não abria mão de um processo rigoroso de seleção. Afirmou: ^(46, 56, 58,60, 65)

... A boa enfermagem exige inteligência e compreensão; exige uma mentalidade capaz de pensar e agir com presteza, em face de situações desconhecidas e imprevistas. A enfermagem significa muito mais que a simples aplicação da técnica, apesar de sua importância, pois, cada vez mais se patenteia a necessidade de compreender e interpretar os fatores sociais e emotivos, tanto quanto físicos. (Fraenkel, 1943, 25-6).

Vários eram os hospitais norte-americanos que mantinham uma escola de enfermagem, o que Edith de Magalhães Fraenkel considerava ser o ideal, porém, muitas não tinham a estrutura necessária, por esse motivo, fez um abrangente estudo não apenas sobre o currículo, mas sobre toda a infra-estrutura necessária para uma escola moderna e de referência, incluindo o período de férias de 30 dias anuais e um tarde livre, para que as estudantes após cumprir 44 horas de estudos semanais, possam descansar mentalmente ^(7 46,58).

Antes da conclusão do prédio próprio, a escola iniciou suas atividades funcionando temporariamente no ainda em construção prédio do HC. Assim algumas enfermarias que já encontravam instaladas, foram inauguradas e tiveram as aulas práticas dos estudantes de enfermagem e os de medicina, outras por falta de verbas, equipamentos ou de professores da medicina, ainda estava desocupadas, sendo as disciplinas ministradas na Santa Casa e o espaço, cedido também para a Escola de Enfermagem, que funcionava com sua parte administrativa, pedagógica e o alojamento para as

estudantes nas dependências do hospital. Porém, essa prática, apesar de necessária não era bem vinda, pois, havia grande ansiedade para a completa inauguração do HC e efetiva transferência de todas as clínicas para o prédio novo, o que em partes, dependia do término da construção do prédio da Escola de Enfermagem. ^(8, 71)

Em 1945 foi pensada a possibilidade de transferir o alojamento das estudantes do HC para o galpão do Hospital Emílio Ribas ou, apesar da distância o Pavilhão Condessa Álvares Penteado da Santa Casa ou o Hospital de Crianças de Indianópolis ^(72,73). Não obtendo sucesso em nenhuma das opções e tendo vagas as enfermarias ginecologia e a cirúrgica por falta de docente da FMUSP para assumir sua inauguração no HC, esses espaços foram mais uma vez cedidos as estudantes da Escola de Enfermagem como alojamento. ⁽⁷²⁾

Para supervisionar as obras e minimizar as intercorrências foi feita a criação de uma comissão que acompanhava as obras, dos quais constam Edith de Magalhães Fraenkel e Benedito Montenegro: ⁽⁷⁵⁾

A construção ficará a cargo do Serviço Especial de Saúde Pública, e será fiscalizada por uma comissão Executiva composta de: 1 representante da Secretaria da Viação; a Diretora da Escola de Enfermagem e o Harold D. Celope, representante da Fundação Rockefeller. O plano de construção está sendo elaborado pelos engenheiros construtores americanos Pfisterer e Beise (Ata da 3ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, 1943).

O projeto apesar de ter sido impugnado pelo professor da Faculdade de Arquitetura Anhaia Melo, “na objeção de ser de estilo modernista, avançado demais”, acabou sendo aprovado, e a Fundação Rockefeller se comprometeu em equipá-lo totalmente, porém, o prédio da Escola acabou consumindo um valor muito maior que o planejado, e a obra ficou muito atrasada, em partes pelas dificuldades geradas pela Guerra. ^(71,75)

A demora na entrega do prédio da Escola e essa ocupação de espaços do HC não agradavam aos estudantes da medicina, que por vezes se queixavam em sua publicação do Centro acadêmico, “O Bisturi”. Vários foram os textos enviados questionando porque as estudantes de

enfermagem tinham “apartamentos que darão todo o conforto a elas quando os pobres ‘estudantes-pobres’ têm de morar no Brás, (...), Juquerí, etc..., sujeitos a condução difícil, a vida de custo elevado, a briga com a dona da pensão e tudo mais” ⁽⁹⁶⁾. Mesmo ao ser justificado que os ‘apartamentos’ tratam-se das enfermarias do 5º andar e que não há neles nenhum sinal de conforto, apenas simples e necessário móveis, “... não passam de enfermarias abrigando cada uma, três, quatro, cinco e até mais moças e desprovidas praticamente de móveis”. ⁽⁹⁶⁾ A discussão continuou por outras muitas edições de tal periódico, como a afirma que neste mesmo 5º andar havia um cassino, por ter um espaço dedicado à saúde mental das estudantes com uma vitrola, sofás, uma mesa para jogos de carteados e uma banquetta para engraxar os sapatos. “Tal sala foi instalada pela própria Direção da Escola de Enfermagem nas Instalações dessa Escola, que provisoriamente ocupam espaço do HC.” ⁽⁹⁶⁾

Ainda referindo-se sobre a demora na entrega do prédio da Escola, este foi batizado de “Palácio das Enfermeiras” e “Montenegro-Marú” referência sobre o Diretor da Faculdade de medicina, Benedito Montenegro, que muito contribuiu para a criação da Escola de Enfermagem; e ao tamanho da obra, uma vez que o pós-fixado “marú” em japonês significa redondo. Marú é comumente usado para designar obras com grandes espaços internos, como os navios Kasato Marú que foi utilizado na imigração japonesa, ou Junyo Marú, navio cargueiro japonês afundado pelos ingleses em 1944. Na arquitetura de castelos japoneses marú é o nome que designa o espaço interno, o mais protegido entre a fortaleza do castelo e sua fundação era feita sobre uma grande pedra, como o Castelo de Maruoka de 1576. Assim, é possível concluir que o “Montenegro-Marú” seja uma grandiosa obra arquitetônica, com um amplo espaço interno ⁽¹¹³⁾.

Quanto ao “Palácio da Enfermeira”, temos a relatar que o batismo veio um pouco atrasado, pois que o mesmo já se chama “Montenegro-Marú”, dados os esforços empreendidos por tal professor no sentido da instalação de uma escola de enfermagem de alto padrão junto à ao Hospital das Clínicas, a qual, se tal não fosse, talvez hoje estivesse erguida em outro Estado. (O Bisturi, 1947, s / pág.)

As relações entre os discentes da Faculdade de Medicina e da Escola de Enfermagem não eram muito cordiais uma vez que em vários destes textos do “O bisturi” foi possível constatar referências as estudantes como essas “zinhas”, foram utilizadas em frases como: ... “Advogado gratuito das zinhas” referente a “traição” de um dos estudantes de medicina por estar do lado das discentes da escola. Havia uma dissidência em relação ao apelido que deveria ser dados ao prédio da enfermagem, por uns chamado de “Montenegro-marú” e por outros de “Castelo das Enfermeiras” como defendido: “Permita-me refutar mais uma vez o seu batismo e usar um nome mais de acordo com a vontade soberana das zinhas”. Parece que havia uma concorrência por atenção e principalmente alojamento: “ainda tinha que aturar a concorrência dessas zinhas, como se não bastasse a situação de mesquinhez em que vivemos”, “vê que não fui o único a criticar as zinhas” (94, 96, 97,98).

Além do possível ciúme dos estudantes de medicina em relação ao alojamento e a ocupação do HC, também pode ser verificado a dificuldade em aceitar que as novas estudantes eram “universitárias da USP”, da mesma forma que aparentemente havia certo receio de perda de espaço no mercado de trabalho, uma vez que houve a referencia a indignação de um classificado onde um “enfermeiro” se dizia capaz de efetuar qualquer procedimento médico, o profissional o qual o texto se refere não era formado pela Escola de Enfermagem da USP, e sim uma pessoa que havia trabalhado por um tempo num grande hospital, não mencionado ⁽¹¹¹⁾.

Ainda o outro da um interno estriles na fila do almoço: - Eh, eu tenho pressa, vê se não deixa essas enfermeiras passar na frente. – Enfermeiras não! Respondeu uma delas acrescentando: Universitárias da Escola de Enfermagem. (...) O hospital foi feito para os estudantes e não para as Enfermeiras ocuparem todo um andar com apartamentos e cassinos. Não demora muito e vamos ter a tristeza de vez, como ainda a pouco vimos num ônibus da Aclimação, um anuncio estapafúrdio de um Enfermeiro que se dizia ex-interno de um Hospital (felizmente não era o HC!), e que dizia capacitado a fazer qualquer tarefa relacionada a pratica da Medicina. E notemos que esse individuo não era formado pela Universidade de São Paulo. Imaginem os leitores si o fosse... (O Bisturi, 1966, s/ pág.)

Mas as relações entre as enfermeiras do hospital das clínicas e os discentes de enfermagem e de medicina não eram boas, como pode ser visto na preocupação de Edith de Magalhães Fraenkel com a integração dos estudantes e a convivência harmoniosa entre estes, como demonstrado ao indagar a Benedito Montenegro sobre “qual o melhor modo de fazer a aproximação dos Centros Acadêmicos '31 de outubro' e ' Osvaldo Cruz'”.⁽⁷¹⁾ E a constatação da falta de entrosamento entre a Escola de Enfermagem e a Subdivisão de Enfermagem do HC, mesmo sendo ela Diretora da Escola também Orientadora da Subdivisão de enfermagem.⁽⁷²⁾

As relações entre as alunas da Escola de Enfermagem e as residentes e internas do Hospital das Clínicas e as doutorandas da Faculdade de Medicina que moram na Escola eram cordiais, contando que houvesse vagas para todas. Ao tomar conhecimento que essas relações são muito cordiais, o Presidente teve a intenção de tornar permanente e não mais provisória o abrigo na Escola de Enfermagem das estudantes de medicina, estagiárias do Hospital das Clínicas, porém a falta de acomodações para as estudantes da própria escola culminou na necessidade da Faculdade de medicina encontrar outro lugar para suas discentes⁽⁸⁵⁾

No intuito de minimizar os problemas com a supervisão de enfermagem do HC, Enéias de Carvalho Aguiar sugeriu que nas reuniões semanais da Escola em que tomassem parte a Diretora da Escola de Enfermagem e Orientadora da Subdivisão de Enfermagem do Hospital, suas duas Assistentes, uma vice-diretora da Escola e outra a chefe da Subdivisão de Enfermagem e mais as professoras de enfermagem da escola; e as supervisoras do Hospital, que da parte do hospital só a chefe da Subdivisão tome parte sem Supervisoras, “... que seja convidado a tomar parte dessa reunião, a Clarice Ferrarini, chefe da Subdivisão de Enfermagem do Hospital das Clínicas...”^(72,98).

6.7 O PROCESSO DE DESANEXAÇÃO

Discussões entre profissionais de diversas áreas e autoridades foram importantes para planejar cada detalhe da futura escola de enfermagem. Entre esses artigos, Edith de Magalhães Fraenkel apresentou a enfermagem como uma alternativa de independência e autonomia feminina. A Escola de Enfermagem surge no momento de transição, onde as moças de “boa família” educadas para o casamento iniciam a procura pela sua independência do poder masculino em suas vidas, algumas destas moças preferem sair do pátrio-poder e não tornarem-se diretamente esposas, e sim, profissionais de enfermagem. ⁽⁷⁾

Haydée Dourado, ainda em 1942, defendia não apenas a autonomia do Conselho Administrativo como também sua autonomia financeira e administrativa, como equiparação as demais faculdades junto à universidade, como era prática nos Estados Unidos e principalmente na Europa. Corroborava com essa intenção 10 países reunidos em Santiago de Chile no “1º Congresso Panamericano de Enfermagem”. Foi decidido nesta ocasião, entre outras: “... c) Que as escolas de enfermagem sejam incorporadas às respectivas Universidades, visando, para o futuro, o nivelamento com as outras Faculdades”. Edith de Magalhães Fraenkel, em 1948, defende maior participação de enfermeiras nas reuniões do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, uma vez que este conselho é constituído por 5 médicos e só a diretora da escola como enfermeira. ^(56, 72, 89)

Em 1946 criou-se a Escola de Enfermagem da Universidade da Bahia (EEUB), através do Decreto-Lei 8.779 de 22 de janeiro de 1942. Haydée Dourado tornou-se a diretora da nova escola, indicada para o cargo por Edith Magalhães Fraenkel e como Vice Diretora era a enfa. Olga Verderese. A professora Maria José de Oliveira, quando substituindo a diretora da Escola iniciou as providências para a desanexação, deixando de solicitar assinatura da direção da Faculdade de Medicina nas autorizações de aquisição. Em 10.02.1954 a diretora da Escola de Enfermagem e a

representante da Congregação tomam assento no Conselho Universitário, sendo bem recebidas pelos demais membros. ⁽⁷⁰⁾

Assim, a Escola de Enfermagem da Bahia, que nasce 4 anos depois da Escola de São Paulo e anexada, consegue sua desanexação antes da Escola de Enfermagem de São Paulo.

A conjunção de todos esses fatores reforça ainda mais o desejo de desanexar a Escola, mas foi a partir de uma discussão, em relação à regulamentação da Escola de Enfermagem, na reunião do Conselho Administrativo da Escola que em 31 de outubro de 1956, iniciou-se o processo de desanexação, através de um comentário de Maria Rosa Sousa Pinheiro. Tratavam de uma decisão sobre o novo Regulamento da Escola, e Maria Rosa fica indignada com a situação de dependência da Escola em relação ao diretor da FMUSP e a falta da autonomia e representação da Escola no Conselho: ⁽⁸⁵⁾

Comunica também que, como havia sido determinado na reunião anterior, a Escola oficiara ao professor Eduardo de Oliveira França solicitando que o mesmo se dignasse opinar sobre a situação do Regulamento da mesma de acordo com as sugestões deste Conselho. O professor Corbeth prontifica-se a falar com o professor França sobre o assunto, solicitando-lhe que dê o seu parecer com a possível brevidade. A vice Diretora em exercício lamenta então a Escola de Enfermagem não ter representação direta no Conselho Universitário e não figurar no Regimento Interno da mesma, solicitando do professor Pupo que apóie a pretensão da mesma de ser incluída entre os institutos universitários, quando for oportuno. O Diretor da Faculdade de Medicina diz não ter dúvida em dar esse apoio. (Ata da 19ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, 1956).

Com essa primeira aprovação do Diretor da Faculdade de Medicina, o pedido de desanexação teve seu início junto ao Conselho Universitário em 02 de setembro de 1957, conforme apresentado na Ata deste Conselho da 440ª Sessão: ⁽¹²²⁾

Entra em discussão o Processo 4642/56 em que a Escola de Enfermagem solicita esclarecimentos sobre a validade do Decreto estadual nº 23.796, de 10 de novembro de 1954, que regula sua organização em face ao Decreto-lei estadual nº 16.308, de 16 de novembro de 1946 e do Decreto federal nº 27.426, de 14 de novembro de 1949, ambos regulando o curso de enfermagem. É lido o parecer da Comissão de Ensino e regimentos que apresenta a seguinte conclusão: "... É nosso parecer deva ser elaborado projeto de lei, com a assistência da Consultoria Jurídica da Universidade, estipulando-se a revogação do Decreto Lei nº 16.308 e de determinados artigos do Decreto-Lei nº 13.040, bem como convalidando-se os atos praticados pela administração da Escola de Enfermagem – Diretoria, Conselho Consultivo e Congregação – a partir da data do novo Regulamento. Talvez fosse ainda oportuno, cogitar-se, a propósito desta lei a ser elaborada, ou de se extinguir a Congregação da Escola de Enfermagem por incompatível com o estatuto de instituto anexo, ou de desanexar-se (por lei, uma vez que a Lei nº 2.956 de 20.1.56 regula a situação) a Escola de Enfermagem da Faculdade de Medicina erigindo-se em instituto autônomo sem prejuízo dos laços funcionais e culturais que a ligam à Faculdade de Medicina como aconteceu com a Faculdade de Higiene. Essas medidas, porém, só deveriam ser objeto de deliberação depois do pronunciamento de ambos os institutos: a Faculdade de Medicina e a Escola de Enfermagem. Salvo melhor juízo. A) E. Oliveira França – Relator. A. L. Ayrosa Galvão." Com a palavra o Conselheiro João de Aguiar Pupo diz que o assunto é de grande interesse para a Faculdade de Medicina e para toda a Universidade, razão pela qual manifesta-se favoravelmente à conclusão do parecer e na conformidade da qual propõe o encaminhamento dos autos à Escola de Enfermagem e à Faculdade de Medicina para que se manifestem sobre a matéria. Submetida a votos para a proposta é unanimemente aprovada (Ata do Conselho Universitário, 1957).

Maria Rosa Sousa Pinheiro aborda o assunto relativo ao Processo RUSP n 4.642/56. A consulta da Diretora da Escola sobre qual o valor do Regulamento da Escola em face da situação acarretada pelo conflito entre a Regulamentação da Lei 775/49 que exige congregação nas escolas de Enfermagem e o fato de ser esta Escola anexa a Faculdade de Medicina, o que não permite que tenha congregação própria; o relator do processo, no Conselho Universitário, opinou pela dissolução da Congregação da Escola de Enfermagem, o que estaria em desacordo com a lei federal ou fosse dada autonomia a Escola. Seria necessário o Conselho Administrativo opinar antes de encaminhar o processo a Congregação da Faculdade de Medicina. Pupo diz ⁽¹⁴⁰⁾:

... o tema do presente processo deverá ser estudado em conjunto com a decisão acima mencionada, uma vez que há relação entre os dois assuntos [fusão das escolas anexas, de enfermagem e de obstetrizes]. (Ata da 19ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, 1958).

Há a necessidade de realizar a fusão entre a escola de obstetrícia e a escola de enfermagem, pois ambas eram instituições anexas a FMUSP, sem efetivar essa fusão, não seria discutido a desanexação da Escola de Enfermagem. Pupo relatou na reunião do Conselho Administrativo de 30 de maio de 1958 ⁽⁸²⁾:

... em virtude da recomendação do Presidente Juscelino Kubitschek de que as obstetrizes sejam formadas nas escolas de enfermagem num regime de uma fase de ensino comum e outra diversificada, em virtude da USP contar com uma boa escola de enfermagem, com todos os recursos necessários para a formação dos dois tipos de profissionais, não seria mais cabível que as duas escolas funcionassem paralelamente, contratando os mesmos professores para lecionarem duas vezes a mesma matéria. (Ata da 19ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, 1958).

Em 11 de setembro de 1958, no Conselho Administrativo, Maria Rosa Sousa Pinheiro recebeu com cautela a decisão de fusão das duas escolas, pois havia o temor por parte das docentes da Escola de Enfermagem que a fusão inviabilizasse a desanexação, Filomena Spera, representante docente da Escola em seu Conselho Administrativo, reafirma

que a ideia de autonomia da escola é um anseio tão antigo quanto à própria Escola. Maria Rosa Sousa Pinheiro se manifestou ⁽¹⁴¹⁾:

... não estará de acordo com a fusão se esta vier prejudicar a autonomia da Escola de Enfermagem, cuja, possibilidade foi aventada no parecer do prof. Eduardo de Oliveira França, relator do processo RUSP nº 4.642/56. Este processo foi trazido a reunião de 30 de maio do Conselho para este opinar. (...) profa. Filomena C. Spera diz que esta autonomia é há muitos anos um desejo do corpo docente da Escola de Enfermagem. (Ata da Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, 1958).

Pupo demonstra nesta reunião ainda um temor em realizar a desanexação da Escola e esta ficar sem a possibilidade de manter as aulas práticas das estudantes em suas dependências ⁽¹⁴¹⁾:

O prof. Pupo argumenta que até o presente a Escola de Enfermagem tem tido aberta as portas do Hospital das Clínicas para a prática de seus estudos por ser anexa a Faculdade de Medicina, mas que, se se tornar autônoma, talvez venha a encontrar dificuldades nesse sentido. (...) Maria Rosa Pinheiro responde que muitas escolas de enfermagem e de auxiliares de enfermagem, sem relação alguma com a Faculdade de Medicina, encontram a mesma facilidade; que é de toda a vantagem para o Hospital das Clínicas e qualquer outro hospital ter estudantes de enfermagem praticando em seus serviços, pois, não só o trabalho do estudante é melhor que o de enfermeiros práticos e atendentes como por que significa para o hospital uma economia vultosa, pois os estudantes substituem funcionários sem receber daquela entidade qualquer remuneração; dá ainda o exemplo da Escola de Enfermagem da universidade da Bahia que é autônoma e cujas estudantes praticam no Hospital das Clínicas daquela Universidade sem dificuldade alguma de campo de estágio. (Ata da Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, 1958).

Maria Rosa Sousa Pinheiro prontamente recorda um pouco da história de ambas as instituições, quase que consideradas irmãs e ainda aponta à inquestionável “qualidade do trabalho efetuado pelas estudantes desta escola no referido hospital. Lembrando da “economia vultosa” representado pelos trabalhos prestados pelas estudantes sem remuneração ao Hospital das Clínicas, a Diretora argumenta que a autonomia da Escola não deve influenciar na simbiose já existente com o HC. ⁽¹⁴¹⁾

Ao referir-se ao Regulamento da Escola de Enfermagem que consta do processo RUSP 4.642/56, Eurico Bastos, Diretor da FMUSP, solicita a Maria Rosa Sousa Pinheiro que na reunião do Conselho Administrativo de 24 de setembro de 1959, que enviasse um ofício expondo os fatos do processo de desanexação para que seja levado em reunião da Congregação da FMUSP. ⁽¹³²⁾

Maria Rosa Sousa Pinheiro comunica ao Conselho de Docentes de 25 de novembro de 1959, que foi tratado na reunião do Conselho Administrativo, a autonomia da Escola: ⁽¹⁴²⁾

1. Autonomia da Escola:

Para fins de reconhecimento do Curso Superior é preciso que a Escola envie ao Ministério da Educação e Cultura o seu Regulamento, para isso é necessário que seja alterado o atual a fim de ser incluída a Congregação, que só pode existir em escola autônoma. O prof. Bastos pediu que a Escola envie a Faculdade para ser estudado pela Congregação um histórico da situação. (Ata da Reunião do Corpo Docente da Escola de Enfermagem de São Paulo, 1959).

As docentes da Escola tinham grande interesse em conseguir essa desanexação, sendo esse um processo a muito esperado. Na reunião do Conselho Administrativo de 12 de maio de 1960, foi discutido o Regulamento da Escola de Enfermagem, onde o Diretor da FMUSP Eurico Bastos, comunica que o material explicativo enviado pela diretora da Escola, Maria Rosa Sousa Pinheiro, foi distribuído aos membros do CTA daquela Faculdade e que o assunto será discutido na próxima reunião. ⁽¹⁴³⁾

Na reunião seguinte, do Conselho Administrativo, de 3 de agosto de 1960, o Presidente comunica ⁽¹⁴⁴⁾:

que o processo RUSP 4.642/56 foi encaminhado ao CTA da Faculdade de Medicina, conforme havia sido decidido, e que os membros do mesmo desejam a opinião do prof. Corbett. Por sugestão do prof. Pedrosa é o processo encaminhado a diretoria da Escola de Enfermagem para que esta faça um resumo do seu conteúdo e dê a sua opinião antes de encaminhá-lo ao prof. Corbett. (Ata da Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, 03 de agosto de 1960).

Como o início deste processo foi em 31 de outubro de 1956, completariam 4 anos até a reunião extraordinária realizada em 21 de setembro de 1960, quando é aprovado o parecer favorável a desanexação, emitido pela diretora da Escola e enfim encaminhado a congregação da FMUSP para aprovação: ⁽⁸⁷⁾

... a diretora da Escola apresenta o Processo RUSP 4.642/56 que, na reunião anterior lhe tinha sido encaminhado para que lhe desse seu parecer, comunicando que, além da informação solicitada havia apresentado o anteprojeto de lei tornando autônoma como instituto universitário, a Escola de Enfermagem. O assunto é discutido pelos presentes após o que a vista da opinião da maioria, o Presidente declara aprovado o parecer da diretora da Escola e o encaminha a Congregação da Faculdade de Medicina para que se manifeste. (Ata da Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, 1960).

Maria Rosa Sousa Pinheiro aguarda até a reunião de 22 de fevereiro de 1961 do Conselho Administrativo para receber a informação que o processo de desanexação está sob análise de uma subcomissão formada para esse fim: ⁽¹⁴⁵⁾

... a diretora indaga o Presidente sobre o andamento dos processos RUSP 4.642/56 – Regulamento da Escola e o RUSP 17.224/53 - Quadros da Escola. O Presidente comunica que foram entregue a comissão indicada para tratar dos assuntos dos institutos anexos a Faculdade de Medicina, composta dos professores Adherbal Tolosa e Luiz Carlos Junqueira e do Mário Ramos de Oliveira. (Ata da Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, 1961).

Na ata da reunião do Conselho Técnico Administrativo da FMUSP de 12 de fevereiro de 1962, a decisão do Conselho apareceu sem grandes discussões e sem nenhuma referencia maior, apenas uma nota, onde lê-se a aprovação sobre o pedido de desanexação: “Quanto a um pedido da Escola de Enfermagem, solicitando autonomia, este Conselho após debates resolveu não se opor a referida pretensão.” ⁽¹³⁷⁾

Novamente em reunião do Conselho de Docentes da Escola, em 3 de maio de 1962, Maria Rosa Sousa Pinheiro comunica: “... o processo de desanexação da Escola está com o Cardoso atual diretor da Faculdade de Higiene e que irá falar com o mesmo sobre o processo” ⁽¹⁴⁶⁾

Em sessão extraordinária do Conselho Universitário, conforme a Ata datada de 10 de dezembro de 1962 ocorreu a aprovação final do processo de desanexação: ⁽¹²⁴⁾

Processo 4642/56 - a seguir o Conselho aprova os pareceres das Comissões de Ensino e Pesquisa e de Legislação, com as sugestões da Consultoria Jurídica, favoráveis ambos a que seja desanexada da Faculdade de Medicina de São Paulo a Escola de Enfermagem. (Ata do Conselho Universitário, 1962).

Em 31 de outubro de 1956 iniciou-se o processo de desanexação em uma reunião do Conselho Administrativo, em 10 de dezembro de 1962, 6 anos após, o CO decide pela incorporação da Escola de Enfermagem a USP, e não mais como uma instituição anexa a outra Faculdade. Foram necessários 20 anos para obtermos a equiparação as demais unidades da Universidade.

No auditório da Escola de Enfermagem, em 6 de fevereiro de 1963, reuniu-se pela última vez esse Conselho Administrativo, com a presença do Eurico Bastos, como presidente, Álvaro Guimarães Filho, Odair P. Pedroso, Zuleika M. Kameblay e Maria Rosa Sousa Pinheiro. Participaram como convidadas as Sras. Heloisa A Leite Martins e Maria Salomé Consa, respectivamente professoras de Enfermagem Obstétrica e Enfermagem de Saúde Pública da Escola de Enfermagem. ⁽¹⁴⁷⁾

Assim, após essa decisão do Conselho Universitário a Escola de Enfermagem pode ser representada oficialmente por um de seus membros, conforme visto na Ata da sessão 545º de 1964 ⁽¹²⁵⁾; com a presença da Diretora Maria Rosa Sousa Pinheiro como Conselheira.

A Congregação da Escola de Enfermagem só foi implantada após 12 anos, em 1975. Até sua implantação, o Conselho Universitário passou a funcionar como Congregação e em 1964 foi instalado o Conselho Técnico Administrativo (CTA) da Escola ⁽¹²¹⁾, sob a presidência de Maria Rosa Sousa Pinheiro. ⁽⁸⁾

O Conselho Universitário passou a funcionar como congregação da EEUSP e na Escola foi instalado, em fevereiro de 1964, o Conselho Técnico Administrativo sob a presidência de Maria Rosa Pinheiro, Diretora e com os seguintes membros do Conselho Universitário da USP: João Alves Meira, Álvaro Guimarães Filho, Augusto Leopoldo Ayrosa Galvão e uma representante do corpo discente, Julieta Esther Amaral, presidente do Centro Acadêmico “XXXI de Outubro”. (Carvalho, 1980, p.96)

Iniciou um novo tempo para a Escola de Enfermagem com sua representação através da Diretora Maria Rosa Sousa Pinheiro no Conselho Universitário, em 03 de fevereiro de 1964, na sessão 545^o ⁽¹²⁵⁾; sendo a segunda mulher a tornar-se Conselheira, sendo antecedida somente por Alice Piffer Canabrava, diretora da Faculdade de Economia e Administração de 11 de novembro de no ano de 1954 até 23 de novembro de 1957, no até então, reduto exclusivamente masculino.

Maria Rosa Sousa Pinheiro testemunhou quando em 8 de junho de 1964, o Conselho Universitário recebeu Gleite de Alcântara “como diretora da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, dizendo esperar de todos a melhor colaboração.” ⁽¹²⁷⁾

Intensificava-se a presença feminina no Conselho como se apresentava na lista de presença da sessão 575^o ⁽¹²⁸⁾ entre os Conselheiros figuravam duas mulheres, as Diretoras das Escolas de Enfermagem da USP, unidades de São Paulo e de Ribeirão, Maria Rosa Sousa Pinheiro e Gleite de Alcântara, respectivamente. E em 26.06.1967 a entrada de mais uma Conselheira Martha Vannucci. ⁽¹²⁹⁾

Na sessão 695^o de 20.12.1977 ⁽¹³⁰⁾, Maria Rosa Sousa Pinheiro foi substituída pelo Carlos da Silva Lacaz, novo Diretor da Escola de Enfermagem.

Constatou-se na lista de presença da sessão 699^o ⁽¹⁴⁸⁾, do ano seguinte, a presença de outras seis Conselheiras, abrindo definitivamente a participação de mais mulheres no Conselho Universitário da USP, antes considerado um reduto masculino.

6.8 DIRETORES DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Edith de Magalhães Fraenkel 1941 – 1955

Maria Rosa Sousa Pinheiro 1955 – 1978

Carlos da Silva Lacaz 1978 – 1982

Leda Wilson Mattos 1982 – 1986

Yoriko Kamiyama 1986 – 1989

Sonia Della Torre Salzano 1989 – 1991

Tâmara Iwanow Cianciarullo 1991 – 1995

Paulina Kurcgaut 1995 – 1999

Emiko Yoshiakawa Egry 1999 - 2003

Ana Maria Kasue Miydahira 2003 – 2007

Isília Aparecida Silva 2007 - atual

6.9 PERSONALIDADES IMPORTANTES NA ESCOLA DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Para melhor compreender a trajetória histórica aqui mencionada, é importante fazer um breve relato das personalidades que tanto influenciaram nesta história: Benedito Montenegro, Paula Souza, Edith de Magalhães Fraenkel, Maria Rosa Sousa Pinheiro e Carlos da Silva Lacaz.

Figura 26: Imagem fotográfica da sala de reuniões do 1º andar com os quadros dos três primeiros diretores da Escola de Enfermagem de São Paulo: Edith de Magalhães Fraenkel, uma das fundadoras; Maria Rosa Sousa Pinheiro, diretora que lutou pela desanexação e Carlos da Silva Lacaz. Centro Histórico Cultural da Enfermagem Ibero-Americana – CHCEIA/EEUSP

6.9.1 Benedito Montenegro

Benedito Montenegro nasceu em Jaú em 07/04/1888, Bacharel em Ciências e Letras no Instituto Mackenzie e em 1905 na Filadelfia, Pennsylvania, Estados Unidos em medicina. Entre outros feitos, o cirurgião especialista em cirurgia gástrica, Benedito Montenegro fez parte da Missão Médica Paulista como Tenente Coronel Médico e Chefe de Serviço.

Figura 27: Imagem fotográfica de Benedito Montenegro Fonte: Marinho, GSMC. Trajetória da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo: aspectos históricos da “Casa de Arnaldo”. São Paulo: FMUSP, 2006

Catedrático de técnicas cirúrgicas em 1930, em 1934 assumiu a cátedra de Clínica e Patologias Cirúrgicas, foi diretor da Faculdade de Farmácia e Odontologia entre 1934 a 1937, da Faculdade de Medicina em 17/6/1941, quando pode dar prosseguimento aos trabalhos do antigo diretor Ludgero da Cunha Motta, junto a Fundação Rockefeller para efetivar a criação da Escola de Enfermagem com o apoio do governo do Estado.

6.9.2 Geraldo Horácio de “Paula Souza”

O médico sanitarista Paula Souza, como preferia ser chamado, foi responsável por construir o campo de administração em saúde de São Paulo e uma nova proposta de modelo de atendimento à população através de centros de saúde, sempre trabalhou em prol da criação de um ambiente adequado à produção científica no Instituto de Higiene de São Paulo, foi diretor deste entre 1922-1951.

Figura 28: Imagem fotográfica Paula Souza, diretor do Instituto de Higiene. Fonte: Geraldo Horácio de Paula Sousa: Perfil e Trajetória <http://www.fsp.usp.br/site/paginas/mostrar/218>

Durante sua trajetória profissional construiu uma sólida aliança com a Fundação Rockefeller, o que explica em parte sua grande influência na criação da Escola de Enfermagem de São Paulo. Paula Souza conseguiu consolidar o modelo de atuação em saúde pública que ele organizou e conduziu. ⁽¹⁴⁹⁾

6.9.3 Edith Magalhães Fraenkel

Nascida em 9/5/1889 em Santa Thereza no Rio de Janeiro, neta de Benjamin Constant Botelho de Magalhães e filha de cônsul, tinha cultura privilegiada, era poliglota, falava alemão, sueco, espanhol, inglês, francês e italiano. Formou-se no curso Normal, visitadoras sanitárias da Cruz Vermelha Brasileira, em 1920.

Figura 29: Imagem fotográfica de Edith de Magalhães Fraenkel, primeira diretora da EEUSP. Fonte: Carvalho, AC. Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo – resumo histórico 1942-1980.1980: 38.

Em 2 de setembro de 1921, chega ao Brasil, trazida por Carlos Chagas, Diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública - DNSP, a enfermeira norte-americana Ethel Parsons, do serviço Internacional de Saúde da Fundação Rockefeller que passou a chefiar a Missão Técnica de Cooperação para o desenvolvimento da Enfermagem no Brasil. Esta iniciou cursos intensivos de visitadoras de Higiene, e em fins de 1921, Ethel Parsons convidou Edith Magalhães Fraenkel para fazer o curso completo de

enfermagem nos Estados Unidos, aos 33 anos, no “Philadelphia General Hospital” diplomando-se em 1925.

Lecionou na Escola Ana Neri, influenciou na criação da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas, atual Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn. Em 1927 foi nomeada enfermeira chefe do Departamento Nacional de Saúde Pública, Diretora da Divisão e enfermeiras de Saúde Pública, em 1931 passou a Superintendente Geral. Criou a Revista Anais de Enfermagem, em 1934 organizou no Rio de Janeiro o Serviço de Obras Sociais, em 1936 fundou no Rio de Janeiro a primeira Escola de Serviço Social no Brasil, mas foi em 1939 que foi convidada pela Fundação Rockefeller para organizar e dirigir a Escola de Enfermagem de São Paulo, sendo sua primeira diretora entre 1941 – 1955. ^(8, 150).

6.9.4 Maria Rosa Sousa Pinheiro

Nascida em Araraquara, no Estado de São Paulo, fez o Curso de Educadores Sanitários oferecido pela Faculdade de Higiene e Saúde Pública da USP, graduou-se como Bacharel em Letras Estrangeiras pela Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, da mesma instituição.

Figura 30: Imagem fotográfica de Maria Rosa Sousa Pinheiro, segunda diretora da EEUSP, em início de carreira. Fonte: Centro Histórico Cultural da Enfermagem Ibero-Americana – CHCEIA/EEUSP

Foi professora e administradora dos serviços de enfermagem, foi educadora sanitária do Instituto de Higiene da USP, assumiu o cargo de Educadora-Chefe, em 1940, graduou-se em Enfermagem na Universidade de Toronto, Canadá, a convite de Geraldo Horácio de Paula Souza, Diretor do Instituto de Higiene da USP, foi contemplada com uma bolsa de estudos da Fundação Rockefeller. Foi com bolsa de estudos do Instituto de Assuntos

Inter-Americanos (IAIA), em 1947, que concluiu nos Estados Unidos o Curso de Pós-Graduação em Administração de Ensino de Enfermagem, no *Teachers'college*, da Universidade de Columbia, em New York, retornando ao Brasil com o grau de *Master of Arts*. Participou de eventos científicos, nacionais e internacionais, como os patrocinados pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) da Organização Mundial da Saúde (OMS), da qual foi membro da Comissão de Peritos em Enfermagem, de 1951 a 1968, e como tal participou de reuniões realizadas em Genebra (1951 e 1968) e Londres (1954). Em 1966 exerceu assessoria ao Ministério de Saúde de Portugal, no planejamento de cursos de pós-graduação para enfermeiros, bem como analisou cursos de pós-graduação em Enfermagem existentes na América Latina e colaborou com entidades governamentais. ^(6,8)

Figura 31: Imagem fotográfica de Maria Rosa Sousa Pinheiro, a primeira diretora da EEUSP membro do Conselho Universitário da USP. Fonte: Centro Histórico Cultural da Enfermagem Ibero-Americana – CHCEIA/EEUSP

6.9.5 Carlos da Silva Lacaz

Nascido em Guaratinguetá em 19 de setembro de 1915, em 1940 diplomou-se em medicina, especialista em microbiologia e imunologia, tornou-se professor titular destas disciplinas na Faculdade de Medicina da USP. Fundou o Instituto de Medicina Tropical de São Paulo em 1959. Entre 1971 e 1973 foi Secretário de Higiene e Saúde do Município de São Paulo ⁽⁸⁾

Figura 32: Imagem fotográfica de Carlos da Silva Lacaz, terceiro diretor da EEUSP. Fonte: Centro Histórico Cultural da Enfermagem Ibero-Americana – CHCEIA/EEUSP

Designado pela FMUSP em outubro de 1943 para colaborar com a Escola de Enfermagem como responsável pela disciplina de Microbiologia e Imunologia, o Prof. Lacaz esteve desde o início da escola acompanhando seu desenvolvimento. ⁽⁸⁾

Foi Diretor da Faculdade de Medicina entre 1974 e 1978 e diretor da Escola de Enfermagem da USP, já desanexada, entre 1978 e 1982, e Pró-Reitor da USP.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de a desanexação ser um anseio defendido antes mesmo da criação da Escola de Enfermagem em 1942, essa autonomia demorou 20 anos, só em 03 de fevereiro 1964 que a escola obteve sua representação no Conselho Acadêmico.

A desanexação só foi possível pela determinação do Presidente Juscelino Kubitscheck de que as obstetrizes fossem formadas nas escolas de enfermagem num regime de uma fase de ensino comum e outra diversificada. Como a USP possuía uma qualificada Escola de Enfermagem, sugeriu-se a fusão dos cursos, e só depois deste, retomou-se o processo de desanexação.

A autonomia da Escola de Enfermagem em relação à Faculdade de Medicina representava a necessidade da própria profissão de enfermagem de firmar sua identidade através do embasamento teórico e suas competências técnicas e profissionais. Como arte do cuidado, tornava-se importante clarificar a diferenciação desta em relação à medicina. Ambos saberes são distintos e igualmente importantes, porém, historicamente há disputa de saberes e de poderes entre tais profissionais, o que ilegítima a atuação da enfermagem enquanto ciência do cuidado.

Apesar de tantas dificuldades para que as enfermeiras conseguissem guiar e representar a Escola de Enfermagem, após a aposentadoria de Maria Rosa Sousa Pinheiro em 1978, foi um o médico e um dos primeiros docentes da Escola de Enfermagem Carlos da Silva Lacaz. Não foi possível que outra docente da escola assumisse a diretoria porque na época não havia professora titular na Escola.

A autonomia conquistada pela instituição deve servir de reflexo para outras instituições, para que os profissionais formados por essas escolas autônomas possam levar essa horizontalidade para a vida profissional. Para que desde a formação seja investida na postura igualitária e respeitosa entre a equipe multiprofissional.

Com a existência de outras escolas de enfermagem atualmente anexadas, é importante a continuação desta pesquisa, desta vez, comparativo, para estudar se há a interiorização da postura de submissão a

partir da formação acadêmica e se há diferença postural e autônoma entre os egressos de instituições anexadas e desanexas.

8. REFERÊNCIAS

1. - Ferreira J. De Roosevelt, mas também de Getúlio: o Serviço Especial de Saúde Pública. Hist. cienc. saude-Manguinhos [serial on the Internet]. 2007 Dec [cited 2010 Oct 26] ; 14(4): 1425-1428. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702007000400019&lng=en. doi: 10.1590/S0104-59702007000400019.

2.- Santos LAC, Faria LR. A cooperação internacional e a enfermagem de saúde pública no Rio de Janeiro e São Paulo. Horizontes, Bragança Paulista.2004, v. 22, 2:123-50.

3.- Campos, AV. Políticas internacionais de Saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006: 09 – 65; 193-220.

4.- Campos, AV. O SESP e seu Programa de Enfermagem: a fundação das Escolas de Enfermagem da Universidade de São Paulo e do Estado do Rio de Janeiro. Fontes para a História da Fundação Serviços de Saúde Pública – FSESP. Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Osvaldo Cruz, Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2008:229-233.

5. - Meneguello, C. Poeira de estrelas: o cinema Hollywoodiano na mídia brasileira das décadas de 40 e 50. Editora Unicamp, Campinas, São Paulo, 1996.

6. - Oguisso T, Campos PFS, Santiago ES. Maria Rosa Sousa Pinheiro e a reconfiguração da enfermagem brasileira. Texto contexto - enferm. [serial on the Internet]. 2009 Dec [cited 2010 Nov 18] ; 18(4): 643-651. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072009000400005&lng=en. doi: 10.1590/S0104-07072009000400005.

7. – Fraenkel, EM. Pontos do currículo para Escolas de Enfermagem. Revista Médico-Social.1942, 4(1):31-2.

8. - Carvalho, AC. Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo – resumo histórico 1942-1980. Sangirard, São Paulo. 1980: 17-95.

9. – Souza-Campos, E. História da Universidade de São Paulo. Oficinas Gráficas Saraiva S.A.. São Paulo, 1954. Publicação comemorativa ao 4º centenário da Cidade de São Paulo.

10. – Brasil. Resolução do Conselho Nacional de Educação - CNE através da Câmara de Educação Superior - CES nº 3 determinava as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem, de novembro de 2001.

11. - Campos PFS, Oguisso T. A Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo e a reconfiguração da identidade profissional da Enfermagem Brasileira. Rev. bras. enferm. [serial on the Internet]. 2008 Dec [cited 2010 Dec 19] ; 61(6): 892-898. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672008000600017&lng=en. doi: 10.1590/S0034-71672008000600017.

12. - Lacaz, CS. História da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – Reminiscências, Tradição, Memória de minha Escola. 2ed- São Paulo: Editora Atheneu; 1999.

13. - Marinho, GSMC. Trajetória da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo: aspectos históricos da “Casa de Arnaldo”. São Paulo: FMUSP, 2006.

14. - Roemer, 1994 apud Campos, AV. Políticas internacionais de Saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006, pág. 33.

15. - Blumental, 1968. apud Campos, AV. Políticas internacionais de Saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006, pág. 195

16. - Green, 1971. apud Campos, AV. Políticas internacionais de Saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006, pág. 41.

17. – Boletim do SESP (BR), 35. “Enfermeiras para o Brasil.” Serviço Especial de Saúde Pública. Rio de Janeiro (RJ): SESP 1953, 33:5.

18. - Carvalho, AC - Associação Brasileira de Enfermagem 1926-1976 – Documentário. 2º ed. Brasília, ABEn Nacional, 2008.

19. - Boletim do SESP (BR), Serviço Especial de Saúde Pública. Rio de Janeiro (RJ): SESP, 1947, 48:6.

20. - Boletim do SESP (BR), Serviço Especial de Saúde Pública. Rio de Janeiro (RJ): SESP, 1954, 7:4.

21. - Boletim do SESP (BR), Serviço Especial de Saúde Pública. Rio de Janeiro (RJ): SESP, 1954, 9:2-4.

22. - Boletim do SESP (BR), Serviço Especial de Saúde Pública. Rio de Janeiro (RJ): SESP, 1955, 9:1.

23. - Boletim do SESP (BR), Serviço Especial de Saúde Pública. Rio de Janeiro (RJ): SESP, 1956, 10:3.

24. - Boletim do SESP (BR), Serviço Especial de Saúde Pública. Rio de Janeiro (RJ): SESP, 1955, 11:3.

25. - Boletim do SESP (BR), Serviço Especial de Saúde Pública. Rio de Janeiro (RJ): SESP, 1960, 3:4.

26. - Boletim do SESP (BR), Serviço Especial de Saúde Pública. Rio de Janeiro (RJ): SESP, 1942, 1(1) 19-21.

27. - Carrijo A, Oguisso T Souza – Campos, PF. Training and Professional practice: narratives of former students of the school of nursing Lauriston Job Lane. Revista pesquisa cuidado é fundamental Online Qualis B3, America do Norte, 2 maio, 2010. Disponível em: <HTTP://www.serr.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view587>. Acesso em: 30 Dez 2010.

28. - Curso de Inglês para as alunas da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. Código de Referência: Br.Fiocruz-COC/FSESP/AMS/00/CT/FC/11.

29. - Correspondências. Código de Referência: Br.Fiocruz-COC/FSESP/AMS/00/CT/FC/05.

30. - Correspondências. Código de Referência: Br.Fiocruz-COC/FSESP/AMS/00/CT/FC/21.

31. - Completion Agreement for Sub-Project NT-SPA-60m.
"Construction of a Nurse School and Residence at the School of Nursing of the University of São Paulo. Códigos de referência: Br.Fiocruz-COC/FSESP/AMS/00/US/00/29.
32. - Copy of folheto of School - A escola de Enfermagem de São Paulo, sem data. Código de Referência: Br.Fiocruz-COC/FSESP/AMS/00/US/00/32.
33. - Carta de Lionard Felixfuld ao cônsul americano em São Paulo, 24 de agosto de 1948. Carta de Catherine M. Kain para Edith Fraenkel, 31 de maio de 1950. Códigos de Referência: Br.Fiocruz-COC/FSESP/AMS/00/CT/FC/14 e Br.Fiocruz-COC/FSESP/AMS/00/CT/FC/21.
34. A Escola de Enfermagem de São Paulo. Código de Referência: Br.Fiocruz-COC/FSESP/AMS/00/US/00/32.
35. – Marcus MT, Liehr PR. Abordagens de Pesquisa Qualitativa. In: LoBiondo-Wood G, Haber J. Pesquisa em Enfermagem: métodos, avaliação crítica e utilização. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 2001,
36. Kossoy B. In: Fotografia e História. São Paulo. Ateliê editorial. 2001. pg. 63-73.
37. Chartier R. A História Cultural. Entre práticas e representações. Trad. Galhardo, MM. Rio de Janeiro: RJ: Bertrand Brasil, 1990, págs. 27 e 28.
38. Burke P. Abertura: A nova história, seu passado e seu futuro. In A escrita da história. Novas perspectivas. Burke, P. org. Trad. Lopes, M. São Paulo: UNESP, 1992. págs. 9 – 15, 25 – 28.
39. Fausto B. O crime do restaurante chinês. Carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30. São Paulo: SP Companhia das Letras, 2009, pág.9.

40. Levi G. Sobre a micro-história. *In* A escrita da história. Novas perspectivas. Burke, P. org. Trad. Lopes, M. São Paulo: UNESP, 1992. págs. 135 – 139, 153 -156, 158 - 160.

41. Perrot M. História da vida privada, 4: da Revolução Francesa a Primeira Guerra. Sob a direção de Michelle Perrot [et al]; tradução Bottman D e Joffily, B. São Paulo: SP, Companhia das letras, 1991. pág. 9-12.

42. Revel J. Jogos de escalas - a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

43. Hobsbawm EJ. Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz. Trad. Hirsch, I; Oliveiveira, LL. 3º ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998, págs. 7 e 8.

44. Bethencourt F, Curto DR. Notas de Apresentação *in* Ginzburg, C. A micro-história e outros ensaios. Rio de Janeiro: RJ: Bertrand Brasil, 1989, págs. VIII e X

45. – Ata do Conselho Universitário, sessão 115º de 13.09.1938.

46. – Fraenkel, EM. Pontos do currículo para Escolas de Enfermagem. Revista Médico-Social. 1943, 7(1): 25-6.

47. – Escolas de Enfermagem. Revista Médico–Social – Questões hospitalares e médico-sociais. 1944, 21: 30-1.

48. - Williams DR. Futuro dos serviços de enfermagem. Revista Médico-Social – Questões hospitalares e médico-sociais. 1945, 23: 40.

49. – Paixão W. Conceito de enfermagem. Revista Médico-Social. 1945, 26 (3)17.

50. - Arnold V. No Brasil há mais hospitais do que enfermeiras. Revista Paulista de Hospitais. 1956: v.IV, 12, (IV), 38.

51. – Curtis C. Necessidades da Enfermagem. Revista Médico-Social. 1944

52. - Tota, AP. O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da segunda Guerra. Companhia das Letras, São Paulo, 2000.

53. - Ata do Conselho Universitário, Sessão 206º, de 23.05.1945

54. - Carta do Sr. Fred L. Soper. Representante no Brasil da Divisão Internacional da Fundação Rockefeller endereçada ao Dr. Fernando Costa, Interventor Federal no Estado de São Paulo, de 24 de junho de 1941, documento do acervo do Museu Histórico Professor Carlos da Silva Lacaz, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP);

55. - Carta de Miss Mary E. Tennant endereçada ao Dr. Adhemar de Barros, Interventor Federal no Estado de São Paulo, 23 de junho de 1940, documento do acervo do Museu Histórico Professor Carlos da Silva Lacaz, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP);

56. – Campos ES. Escola de enfermagem do centro médico da Faculdade de Medicina de S. Paulo. Programa descritivo e gráfico. Revista Médico-Social. 1942; 2(I): 25-8.

57. - Campos ES. Escola de enfermagem do centro médico da Faculdade de Medicina de S. Paulo. Programa descritivo e gráfico. Revista Médico-Social. 1942; 1(I): 13-8.

58. – Relatório de 1937

59. – Fraenkel EM. Pontos do currículo para Escolas de Enfermagem. Revista Médico-Social. 1942; 3(I): 33-5.

60. - Fraenkel EM. Pontos do currículo para Escolas de Enfermagem. Revista Médico-Social. 1943; 5(I): 33-6.

61. - Fraenkel EM. Pontos do currículo para Escolas de Enfermagem. Revista Médico-Social. 1943; 8(I): 41-2.

62. - Ata do Conselho Universitário, sessão 389º de 13.12.1954

63. – Relatório Miss Tennant

64. - Carta do Sr. Fred L. Soper, Representante no Brasil da Divisão Internacional da Fundação Rockefeller, endereçada ao Dr. Adhemar de Barros, Interventor Federal no Estado de São Paulo, de 23 de julho de 1940, documento do acervo do Museu Histórico Professor Carlos da Silva Lacaz, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP);

65. - Boletim do SESP (BR), Serviço Especial de Saúde Pública. Rio de Janeiro (RJ): SESP, 1948, 56:1.

66. - Ata do Conselho Técnico e Administrativo da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, de 06 de agosto de 1940.

67. - Ata do Conselho Técnico e Administrativo da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 28 de março de 1941.

68. - Ata do Conselho Técnico e Administrativo da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 8 de maio de 1942.

69. - Ata do Conselho Técnico e Administrativo da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 19 de janeiro de 1943.

70. - Ata da 1º Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, em 27 de janeiro de 1943

71. - Ata da Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, em 20 de janeiro de 1944.

72. - Ata da 7º Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, em 06 de março de 1945.

73. - Ata da 6º Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, em 10 de novembro de 1944.

74. - Ata da 2º Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, em 21 de maio de 1943

75. - Ata da 3º Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, em 27 de janeiro de 1943

76. - Galleguillos, TGB; Oliveira, MAC. A gênese e o desenvolvimento histórico do ensino de enfermagem no Brasil. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v35, n.1, p. 80-7, 2001.

77. - Secaf, V; Costa, HCB_VA. Enfermeiras do Brasil: história das pioneiras. Martinari, São Paulo, 2007. Horta, WA. Nota preliminar sobre histórico de enfermagem. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v.3, n.2, p. 33-8, 1969.

78. - Oguisso, T. Memória e história: Centro histórico-cultural da Enfermagem Ibero-Americana. Escola Anna Nery Revista de Enfermagem, v.4, n.3/3, p.359-67, 2000.

79. - Moreira, A; Oguisso, T. Celebrando as origens da enfermagem brasileira. Revista Paulista de Enfermagem, v.19, n.3, p. 5-13, 2000.

80. - Barreira IA. Memória e história para uma nova visão da enfermagem no Brasil. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v.7, n.3, p.87-93, 1999.

81. - Relatório Anual da Escola de Enfermagem de São Paulo de 1947.

82. - Ata da 19º Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, em 20 de março de 1958.

83. - Ata da Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, em 12 de novembro de 1958.

84. - Ata da 14º Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, em 14 de março de 1947.

85. - Ata da 19º Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, em 31 de outubro de 1956.

86. - Ata da Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, 18 de junho de 1959.

87. - Ata da Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, 21 de setembro de 1960.

88. - Relatório Anual da Escola de Enfermagem de São Paulo de 1948.

89. - Ata da 8ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, em 23 de abril de 1945.

90. - Ata da 9ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, em 11 de outubro de 1945.

91. - Ata da 11ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, em 10 de junho de 1946.

92. - Relatório Anual da Escola de enfermagem de São Paulo de 1949.

93. - Relatório Anual da Escola de enfermagem de São Paulo de 1950

94. - Relatório Anual da Escola de enfermagem de São Paulo de 1951.

95. - Relatório Anual da Escola de enfermagem de São Paulo de 1959.

96. - Relatório anual da Escola de enfermagem de São Paulo de 1960.

97. - Relatório Anual da Escola de enfermagem de São Paulo de 1961.

98. - Relatório do Primeiro Trimestre de 1954.

99. - Ata da 13ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, em 17 de outubro de 1946

100. - Ata do Conselho Técnico e Administrativo da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, de 28 de fevereiro de 1962.

101. - Ata da 1º Reunião do Corpo Docente da Escola de Enfermagem de São Paulo, 28 de abril de 1954.

102. - Ata da Reunião do Corpo Docente da Escola de Enfermagem de São Paulo, 22 de fevereiro de 1956

103. - Ata da Reunião do Corpo Docente da Escola de Enfermagem de São Paulo, 29 de outubro de 1958

104. - Ata da Reunião do Corpo Docente da Escola de Enfermagem de São Paulo, 05 de outubro de 1961

105. - Ata da Reunião do Corpo Docente da Escola de Enfermagem de São Paulo, 28 de junho de 1962

106. - Ata da Reunião do Corpo Docente da Escola de Enfermagem de São Paulo, 16 de março de 1967

107. – Ata da Reunião do Corpo Docente da Escola de Enfermagem de São Paulo, 05 de novembro, 1970.

108. - Ata da 19º Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, em 23 de janeiro de 1948.

109. – O Bisturi. São Paulo (SP): Centro Acadêmico Osvaldo Cruz, 1933 1(I): 1 e 5.

110. - O Bisturi. São Paulo (SP): Centro Acadêmico Osvaldo Cruz, 1945, 45 (XIII): 3 - 4.

111. - O Bisturi. São Paulo (SP): Centro Acadêmico Osvaldo Cruz, 1966, 47(XIV) s/ pág.

112. - O Bisturi. São Paulo (SP): Centro Acadêmico Osvaldo Cruz, 1946, 48(XIV), s/ pág.

113. - O Bisturi. São Paulo (SP): Centro Acadêmico Osvaldo Cruz, 1947, 49(XV), s / pág.

114. - O Bisturi. São Paulo (SP): Centro Acadêmico Osvaldo Cruz, 1947, 51(XV), s/ pág.

115. - O Bisturi. São Paulo (SP): Centro Acadêmico Osvaldo Cruz, 1953, 65(XX), s/ pág.

116. – Conclusões do Primeiro Congresso Panamericano de Enfermagem. Revista Médico-Social. 1943;6(1):32.

117. - Ata da 19º Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, em 27 de novembro de 1948.

118. Fernandes, JD. Memorial Escola de Enfermagem 1946-1996. Salvador - Universidade Federal da Bahia: 2001.

119. – Ata da Congregação da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, sessão de julho de 1963 pág. 299.

120. - Ata da Congregação da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, sessão de 07 de outubro de 1963 pág. 333.

121. – Ata da 1º Reunião do Conselho Técnico Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, 13 de fevereiro de 1964.

122. - Ata do Conselho Universitário, sessão 440º de 02.09.1957.

123. - Ata do Conselho Universitário, sessão 519º de 06.10.1962

124. - Ata do Conselho Universitário, sessão 529º de 10.12.1962

125. - Ata do Conselho Universitário, sessão 545º de 03.02.1964
126. - Ata do Conselho Universitário, sessão 388º de 13.12.1954.
127. – Ata do Conselho Universitário, sessão 549º de 08.06.1964.
128. - Ata do Conselho Universitário, sessão 575º de 15.07.1966.
129. - Ata do Conselho Universitário, sessão 584º de 26.06.1967.
130. - Ata do Conselho Universitário, sessão 695º de 20.12.1977.
131. - Secaf, V. Maria Rosa Sousa Pinheiro - Personalidade marcante. São Paulo, [mimeo] 1988.
132. - Ata da 49º Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, 24 de setembro de 1959.
133. - Ata da 5º Reunião da Associação Brasileira de Enfermagem - ABEn , Secção São Paulo, em 05 de junho de 1946, Livro I.
134. - Ata da 18º Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, em 06 de novembro de 1947.
135. Atas do Conselho Universitário compreendidas no período de 13.09.1938 à 26.09.1978;
136. - Ata do Conselho Universitário, 231º Sessão de 24.10.1946
137. - Ata do Conselho Técnico e Administrativo da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, de 12 de fevereiro de 1962, pág. 58
138. - Ata da Congregação da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, sessão de 12 de agosto de 1963 pág. 300.

139. – Bourdieu, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro. Berthand Brasil, 2003.

140. - Ata da 19º Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, em 30 de maio de 1958.

141. - Ata da Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, em 11 de setembro de 1958.

142. - Ata da Reunião do Corpo Docente da Escola de Enfermagem de São Paulo, 25 de novembro de 1959

143. - Ata da 52º Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, 12 de maio de 1960.

144. - Ata da Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, 03 de agosto de 1960.

145. - Ata da Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, 22 de fevereiro de 1961.

146. - Ata da Reunião do Corpo Docente da Escola de Enfermagem de São Paulo, 03 de maio de 1962.

147. - Ata da Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo, 06 de fevereiro de 1963.

148. - Ata do Conselho Universitário, sessão 699º de 26.09.1978

149. - Faria Lina. A Casa de Geraldo de Paula Souza: texto e imagem sobre um sanitarista paulista. Hist. cienc. saude-Manguinhos [serial on the Internet]. 2005 Dec [cited 2010 Dec 23] ; 12(3): 1011-1024. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702005000300019&lng=en. doi: 10.1590/S0104-59702005000300019.

150. - Rolim MJ, Souza, PMIC. Trajetória de Edith Magalhães Fraenkel. Rev. bras. enferm. [serial on the Internet]. 2006 [cited 2010 Dec 23] ; 59(spe): 432-437. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672006000700009&lng=en. doi: 10.1590/S0034-71672006000700009.

9. Anexos

Anexo 1

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (*) CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 3, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2001.

Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, tendo em vista o disposto no Art. 9º, do § 2º, alínea “c”, da Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, e com fundamento no Parecer CNE/CES 1.133, de 7 de agosto de 2001, peça indispensável do conjunto das presentes Diretrizes Curriculares Nacionais, homologado pelo Senhor Ministro da Educação, em 1º de outubro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem, a serem observadas na organização curricular das Instituições do Sistema de Educação Superior do País.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de Graduação em Enfermagem definem os princípios, fundamentos, condições e procedimentos da formação de enfermeiros, estabelecidas pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, para aplicação em âmbito nacional na organização, desenvolvimento e avaliação dos projetos pedagógicos dos Cursos de Graduação em

Enfermagem das Instituições do Sistema de Ensino Superior.

Art. 3º O Curso de Graduação em Enfermagem tem como perfil do formando egresso/profissional:

I - Enfermeiro, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva. Profissional qualificado para o exercício de Enfermagem, com base no rigor científico e intelectual e pautado em princípios éticos.

Capaz de conhecer e intervir sobre os problemas/situações de saúde-doença mais prevalentes no perfil epidemiológico nacional, com ênfase na sua região de atuação, identificando as dimensões bio-psicosociais dos seus determinantes. Capacitado a atuar, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano; e

II - Enfermeiro com Licenciatura em Enfermagem capacitado para atuar na Educação Básica e na Educação Profissional em Enfermagem.

Art. 4º A formação do enfermeiro tem por objetivo dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades gerais:

I - **Atenção à saúde:** os profissionais de saúde, dentro de seu âmbito profissional, devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo. Cada profissional deve assegurar que sua prática seja realizada de forma integrada e contínua com as demais instâncias do sistema de saúde, sendo capaz de pensar criticamente, de analisar os problemas da sociedade e de procurar soluções para os mesmos. Os profissionais devem realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética, tendo em conta que a responsabilidade da atenção à saúde não se encerra com o ato técnico, mas sim, com a resolução do problema de saúde, tanto em nível individual como coletivo;

II - **Tomada de decisões:** o trabalho dos profissionais de saúde deve estar fundamentado na capacidade de tomar decisões visando o uso apropriado, eficácia e custo-efetividade, da força de trabalho, de medicamentos, de equipamentos, de procedimentos e de práticas. Para este fim, os mesmos devem possuir competências e habilidades para avaliar,

sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas;

III - **Comunicação**: os profissionais de saúde devem ser acessíveis e devem manter a confidencialidade das informações a eles confiadas, na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral. A comunicação envolve comunicação verbal, não-verbal e habilidades de escrita e leitura; o domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira e de tecnologias de comunicação e informação;

IV - **Liderança**: no trabalho em equipe multiprofissional, os profissionais de saúde deverão estar aptos a assumir posições de liderança, sempre tendo em vista o bem-estar da comunidade. A liderança envolve compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz;

V - **Administração e gerenciamento**: os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativas, fazer o gerenciamento e administração tanto da força de trabalho quanto dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a serem empreendedores, gestores, empregadores ou lideranças na equipe de saúde; e

VI - **Educação permanente**: os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática. Desta forma, os profissionais de saúde devem aprender a aprender e ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais, mas proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os futuros profissionais e os profissionais dos serviços, inclusive, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmico/profissional, a formação e a cooperação por meio de redes nacionais e internacionais.

Art. 5º A formação do enfermeiro tem por objetivo dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades específicas:

I – atuar profissionalmente, compreendendo a natureza humana em suas dimensões, em suas expressões e fases evolutivas;

II – incorporar a ciência/arte do cuidar como instrumento de interpretação profissional;

III – estabelecer novas relações com o contexto social, reconhecendo a estrutura e as formas de organização social, suas transformações e expressões;

IV – desenvolver formação técnico-científica que confira qualidade ao exercício profissional;

V – compreender a política de saúde no contexto das políticas sociais, reconhecendo os perfis epidemiológicos das populações;

VI – reconhecer a saúde como direito e condições dignas de vida e atuar de forma a garantir a integralidade da assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;

VII – atuar nos programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente, da mulher, do adulto e do idoso;

VIII – ser capaz de diagnosticar e solucionar problemas de saúde, de comunicar-se, de tomar decisões, de intervir no processo de trabalho, de trabalhar em equipe e de enfrentar situações em constante mudança;

IX – reconhecer as relações de trabalho e sua influência na saúde;

X – atuar como sujeito no processo de formação de recursos humanos;

XI – responder às especificidades regionais de saúde através de intervenções planejadas estrategicamente, em níveis de promoção, prevenção e reabilitação à saúde, dando atenção integral à saúde dos indivíduos, das famílias e das comunidades;

XII – reconhecer-se como coordenador do trabalho da equipe de enfermagem;

XIII – assumir o compromisso ético, humanístico e social com o trabalho multiprofissional em saúde.

XIV – promover estilos de vida saudáveis, conciliando as necessidades tanto dos seus clientes/pacientes quanto às de sua comunidade, atuando como agente de transformação social;

XV – usar adequadamente novas tecnologias, tanto de informação e comunicação, quanto de ponta para o cuidar de enfermagem;

XVI – atuar nos diferentes cenários da prática profissional, considerando os pressupostos dos modelos clínico e epidemiológico;

XVII – identificar as necessidades individuais e coletivas de saúde da população, seus condicionantes e determinantes;

XIII – intervir no processo de saúde-doença, responsabilizando-se pela qualidade da assistência/cuidado de enfermagem em seus diferentes níveis de atenção à saúde, com ações de promoção, prevenção, proteção e reabilitação à saúde, na perspectiva da integralidade da assistência;

XIX – coordenar o processo de cuidar em enfermagem, considerando contextos e demandas de saúde;

XX – prestar cuidados de enfermagem compatíveis com as diferentes necessidades apresentadas pelo indivíduo, pela família e pelos diferentes grupos da comunidade;

XXI – compatibilizar as características profissionais dos agentes da equipe de enfermagem às diferentes demandas dos usuários;

XXII – integrar as ações de enfermagem às ações multiprofissionais;

XXIII – gerenciar o processo de trabalho em enfermagem com princípios de Ética e de Bioética, com resolutividade tanto em nível individual como coletivo em todos os âmbitos de atuação profissional;

XXIV – planejar, implementar e participar dos programas de formação e qualificação contínua dos trabalhadores de enfermagem e de saúde;

XXV – planejar e implementar programas de educação e promoção à saúde, considerando a especificidade dos diferentes grupos sociais e dos distintos processos de vida, saúde, trabalho e adoecimento;

XXVI – desenvolver, participar e aplicar pesquisas e/ou outras formas de produção de conhecimento que objetivem a qualificação da prática profissional;

XXVII – respeitar os princípios éticos, legais e humanísticos da profissão;

XXVIII – interferir na dinâmica de trabalho institucional, reconhecendo-se como agente desse processo;

XXIX – utilizar os instrumentos que garantam a qualidade do cuidado de enfermagem e da assistência à saúde;

XXX – participar da composição das estruturas consultivas e deliberativas do sistema de saúde;

XXXI – assessorar órgãos, empresas e instituições em projetos de saúde;

XXXII - cuidar da própria saúde física e mental e buscar seu bem-estar como cidadão e como enfermeiro; e

XXXIII - reconhecer o papel social do enfermeiro para atuar em atividades de política e planejamento em saúde.

Parágrafo Único. A formação do Enfermeiro deve atender as necessidades sociais da saúde, com ênfase no Sistema Único de Saúde (SUS) e assegurar a integralidade da atenção e a qualidade e humanização do atendimento.

Art. 6º Os conteúdos essenciais para o Curso de Graduação em Enfermagem devem estar relacionados com todo o processo saúde-doença do cidadão, da família e da comunidade, integrado à realidade epidemiológica e profissional, proporcionando a integralidade das ações do cuidar em enfermagem. Os conteúdos devem contemplar:

I - Ciências Biológicas e da Saúde – incluem-se os conteúdos (teóricos e práticos) de base moleculares e celulares dos processos normais e alterados, da estrutura e função dos tecidos, órgãos, sistemas e aparelhos, aplicados às situações decorrentes do processo saúde-doença no desenvolvimento da prática assistencial de Enfermagem;

II - Ciências Humanas e Sociais – incluem-se os conteúdos referentes às diversas dimensões da relação indivíduo/sociedade, contribuindo para a compreensão dos determinantes sociais, culturais,

comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais, nos níveis individual e coletivo, do processo saúde-doença;

III - Ciências da Enfermagem - neste tópico de estudo, incluem-se:

a) **Fundamentos de Enfermagem**: os conteúdos técnicos, metodológicos e os meios e instrumentos inerentes ao trabalho do Enfermeiro e da Enfermagem em nível individual e coletivo;

b) **Assistência de Enfermagem**: os conteúdos (teóricos e práticos) que compõem a assistência de Enfermagem em nível individual e coletivo prestada à criança, ao adolescente, ao adulto, à mulher e ao idoso, considerando os determinantes sócio-culturais, econômicos e ecológicos do processo saúde-doença, bem como os princípios éticos, legais e humanísticos inerentes ao cuidado de Enfermagem;

c) **Administração de Enfermagem**: os conteúdos (teóricos e práticos) da administração do processo de trabalho de enfermagem e da assistência de enfermagem; e

d) **Ensino de Enfermagem**: os conteúdos pertinentes à capacitação pedagógica do enfermeiro, independente da Licenciatura em Enfermagem.

§ 1º Os conteúdos curriculares, as competências e as habilidades a serem assimilados e adquiridos no nível de graduação do enfermeiro devem conferir-lhe terminalidade e capacidade acadêmica e/ou profissional, considerando as demandas e necessidades prevalentes e prioritárias da população conforme o quadro epidemiológico do país/região.

§ 2º Este conjunto de competências, conteúdos e habilidades deve promover no aluno e no enfermeiro a capacidade de desenvolvimento intelectual e profissional autônomo e permanente.

Art. 7º Na formação do Enfermeiro, além dos conteúdos teóricos e práticos desenvolvidos ao longo de sua formação, ficam os cursos obrigados a incluir no currículo o estágio supervisionado em hospitais gerais e especializados, ambulatorios, rede básica de serviços de saúde e comunidades nos dois últimos semestres do Curso de Graduação em Enfermagem.

Parágrafo Único. Na elaboração da programação e no processo de supervisão do aluno, em estágio curricular supervisionado, pelo professor, será assegurada efetiva participação dos enfermeiros do serviço de saúde onde se desenvolve o referido estágio. A carga horária mínima do estágio curricular supervisionado deverá totalizar 20% (vinte por cento) da carga horária total do Curso de Graduação em Enfermagem proposto, com base no Parecer/Resolução específico da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Art. 8º O projeto pedagógico do Curso de Graduação em Enfermagem deverá contemplar atividades complementares e as Instituições de Ensino Superior deverão criar mecanismos de aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo estudante, através de estudos e práticas independentes, presenciais e/ou a distância, a saber: monitorias e estágios; programas de iniciação científica; programas de extensão; estudos complementares e cursos realizados em outras áreas afins.

Art. 9º O Curso de Graduação em Enfermagem deve ter um projeto pedagógico, construído coletivamente, centrado no aluno como sujeito da aprendizagem e apoiado no professor como facilitador e mediador do processo ensino-aprendizagem. Este projeto pedagógico deverá buscar a formação integral e adequada do estudante através de uma articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão/assistência.

Art. 10. As Diretrizes Curriculares e o Projeto Pedagógico devem orientar o Currículo do Curso de Graduação em Enfermagem para um perfil acadêmico e profissional do egresso. Este currículo deverá contribuir, também, para a compreensão, interpretação, preservação, reforço, fomento e difusão das culturas nacionais e regionais, internacionais e históricas, em um contexto de pluralismo e diversidade cultural.

§ 1º As diretrizes curriculares do Curso de Graduação em Enfermagem deverão contribuir para a inovação e a qualidade do projeto pedagógico do curso.

§ 2º O Currículo do Curso de Graduação em Enfermagem deve incluir aspectos complementares de perfil, habilidades, competências e conteúdos, de forma a considerar a inserção institucional do curso, a flexibilidade individual de estudos e os requerimentos, demandas e expectativas de desenvolvimento do setor saúde na região.

Art. 11. A organização do Curso de Graduação em Enfermagem deverá ser definida pelo respectivo colegiado do curso, que indicará a modalidade: seriada anual, seriada semestral, sistema de créditos ou modular.

Art. 12. Para conclusão do Curso de Graduação em Enfermagem, o aluno deverá elaborar um trabalho sob orientação docente.

Art. 13. A Formação de Professores por meio de Licenciatura Plena segue Pareceres e Resoluções específicos da Câmara de Educação Superior e do Pleno do Conselho Nacional de Educação.

Art. 14. A estrutura do Curso de Graduação em Enfermagem deverá assegurar:

I - a articulação entre o ensino, pesquisa e extensão/assistência, garantindo um ensino crítico, reflexivo e criativo, que leve a construção do perfil almejado, estimulando a realização de experimentos e/ou de projetos de pesquisa; socializando o conhecimento produzido, levando em conta a evolução epistemológica dos modelos explicativos do processo saúde-doença;

II - as atividades teóricas e práticas presentes desde o início do curso, permeando toda a formação do Enfermeiro, de forma integrada e interdisciplinar;

III - a visão de educar para a cidadania e a participação plena na sociedade;

IV - os princípios de autonomia institucional, de flexibilidade, integração estudo/trabalho e pluralidade no currículo;

V - a implementação de metodologia no processo ensinar-aprender que estimule o aluno a refletir sobre a realidade social e aprenda a aprender;

VI - a definição de estratégias pedagógicas que articulem o saber; o saber fazer e o saber conviver, visando desenvolver o aprender a aprender, o aprender a ser, o aprender a fazer, o aprender a viver juntos e o aprender a conhecer que constitui atributos indispensáveis à formação do Enfermeiro;

VII - o estímulo às dinâmicas de trabalho em grupos, por favorecerem a discussão coletiva e as relações interpessoais;

VIII - a valorização das dimensões éticas e humanísticas, desenvolvendo no aluno e no enfermeiro atitudes e valores orientados para a cidadania e para a solidariedade; e

IX - a articulação da Graduação em Enfermagem com a Licenciatura em Enfermagem.

Art. 15. A implantação e desenvolvimento das diretrizes curriculares devem orientar e propiciar concepções curriculares ao Curso de Graduação em Enfermagem que deverão ser acompanhadas e permanentemente avaliadas, a fim de permitir os ajustes que se fizerem necessários ao seu aperfeiçoamento.

§ 1º As avaliações dos alunos deverão basear-se nas competências, habilidades e conteúdos curriculares desenvolvidos, tendo como referência as Diretrizes Curriculares.

§ 2º O Curso de Graduação em Enfermagem deverá utilizar metodologias e critérios para acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem e do próprio curso, em consonância com o sistema de avaliação e a dinâmica curricular definidos pela IES à qual pertence.

Art. 16. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arthur Roquete de Macedo

Presidente da Câmara de Educação Superior